



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SORAYA CRISTINA VITAL ALVES

**ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO
BRASIL NO PERÍODO DE 2008 A 2015**

2016

VA474e Vital Alves, Soraya Cristina , 1986-
e Estado da Arte dos Estudos sobre Percepção
Ambiental no Brasil no período de 2008 a 2015 / Soraya
Cristina Vital Alves. - 2016.
112 f.: il.

Orientadora: Valéria Marques de Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Mestrado em Psicologia, 2016.

1. Percepção Ambiental. 2. Ciências Ambientais. 3.
Educação Ambiental. I. Marques de Oliveira, Valéria,
1963-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Mestrado em Psicologia III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SORAYA CRISTINA VITAL ALVES

**ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO
BRASIL NO PERÍODO ENTRE 2008 E 2015**

Sob a Orientação da Professora Doutora
Valéria Marques de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Programa de Pós Graduação em Psicologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Seropédica, RJ

Julho de 2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO
BRASIL NO PERÍODO ENTRE 2008 E 2015**

SORAYA CRISTINA VITAL ALVES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia,
no Programa de Pós Graduação em Psicologia.

Aprovada em 14/07/2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.ª. Dra. Valéria Marques de Oliveira, UFRRJ
Presidente

Prof. Dr. Benjamin Carvalho Teixeira Pinto, UFRRJ
Membro interno

Prof.ª. Dra. Priscila Pires Alves, UFF-VR
Membro externo

*À minha tia Rosália e minha sogra Dilma
(in memoriam), aos meus pais Irene e João
e aos sobrinhos Giovana e Guilherme.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois sem Ele certamente eu nada seria, e não teria perseverado até aqui.

Aos meus queridos e admiráveis pais, por sempre me apoiarem e torcerem pelo meu sucesso. O que sou hoje se deve à orientação e amor de vocês.

Às minhas irmãs, pelo orgulho que sempre sinto da parte de vocês quando consigo conquistar algo, e sobrinhos, que amo como filhos, pela compreensão nos períodos de ausência.

Ao meu marido Leonardo, pelo apoio incondicional em todas as horas ao longo destes sete anos, e pela ajuda nas tabelas e gráficos!

À minha orientadora Valéria Marques pela indulgência, conselhos sempre proféticos e por ser um exemplo de comprometimento e paixão com a vida acadêmica, sempre na busca de que o conhecimento científico contribua para a transformação da vida das pessoas.

À CAPES, pelo auxílio da bolsa de estudos durante 5 meses.

À Ana Paula Vasco e à professora Sônia Zakrzewski, por terem inspirado o tema da minha pesquisa.

Ao professor Cleomar Rocha, pela abertura e aulas bastante esclarecedoras sobre percepção.

Aos professores da banca Priscila Pires e Benjamin Pinto, pelo aceite do convite e pelas valiosíssimas contribuições. Ao professor Benjamin também pela orientação interessada e humana durante o estágio docente.

Aos meus amigos do mestrado, Renata Resende e Vinícius Tavares, por tornarem esta caminhada mais leve e divertida (Dá-lhe G5!!!).

Aos meus eternos amigos Lorena, Raquel, Tiago, Thiago, Theon, Soesma, Diego, Larisse, Tuca, Ívano, Grazy, Ísis, Vanessa, Karina e Viviane pela longa amizade, que me dá segurança para enfrentar qualquer desafio. E a todos os meus primos, pelos momentos divertidos e memórias compartilhadas, que não nos deixa esquecer de onde viemos.

Às minhas pets Kelly e Polaca, pela fidelidade e brincadeiras que trouxeram leveza nos momentos angustiantes.

À minha prima Raquel, pela ajuda com o abstract.

À direção e secretaria da Escola de Lajes, pela compreensão com os compromissos acadêmicos inerentes ao curso de mestrado.

Aos autores de todas as dissertações e teses que li, por terem me emocionado e descortinado um Brasil que eu desconhecia.

Muito obrigada!!!

*Aqui vive um povo que merece mais respeito (...)
Aqui vive um povo que é mar e que é rio,
E seu destino é um dia se juntar [...]
Aqui vive um povo que cultiva a qualidade,
ser mais sábio que quem o quer governar [...]
Ficar de frente para o mar, de costas pro Brasil,
não vai fazer desse lugar um bom país*

Milton Nascimento.

RESUMO

Neste trabalho foi caracterizada a produção acadêmica sobre Percepção Ambiental (PA) desenvolvida pelos Programas de Pós-Graduação (PPG) *Stricto Sensu* brasileiros, nas Grandes Áreas do conhecimento, com especial atenção à produção das áreas de Ciências Biológicas e Psicologia, no período de 2008 a 2015. A pesquisa buscou dar continuidade ao trabalho de Vasco (2009), que fez levantamento semelhante entre os anos de 1988 a 2007. Objetivamos, ainda, ampliar o trabalho citado ao apontarmos as correntes filosóficas que direcionam as produções analisadas e ao investigarmos como as Ciências Biológicas vêm dialogando com a Psicologia no estudo da PA. O presente trabalho possui enfoque metodológico quanti-qualitativo, de caráter bibliográfico do tipo Estado da Arte. Na primeira etapa, identificamos os PPG *Stricto Sensu* brasileiros que pesquisam sobre Percepção Ambiental, bem como as dissertações e teses que apresentavam a PA como tema principal do seu trabalho. Na segunda etapa, mapeamos a produção acadêmica acerca do tema PA em diversos repositórios disponíveis, criando um Banco de Dados cotendo determinadas informações sobre os trabalhos. Na terceira etapa, analisamos criticamente as principais características inseridas no Banco de Dados em questão. A partir do Banco de Dados construído, notamos que a PA é estudada nas Grandes Áreas de Ciências Ambientais, Humanas, Biológicas, Sociais Aplicadas, Exatas e Agrárias. No período investigado, identificamos 188 produções pelos PPG em PA. O maior número de produções brasileiras divulgadas é a região Nordeste, logo seguida pela Sudeste. A maioria das pesquisas adotou a metodologia qualitativa, com corrente filosófica estruturalista. O foco temático da maioria das pesquisas foi PA sobre ambiente urbano e PA sobre recursos hídricos, envolvendo moradores do local do estudo. De maneira geral, todos os trabalhos encontrados mostraram-se relevantes para a melhor compreensão dos problemas ambientais levantados pelos mesmos. Porém, a confusão sobre as correntes filosóficas existentes e a carência de um conhecimento mais embasado na maioria dos trabalhos sobre PA são questões a serem apontadas. A aproximação entre Ciências Biológicas e Psicologia nas pesquisas em PA ainda se mostra muito discreta, sendo necessário o esforço das duas áreas para que o diálogo entre ambas seja aprofundado no estudo das questões ambientais.

Palavras-chave: Percepção Ambiental. Ciências Ambientais. Educação Ambiental.

ABSTRACT

In this paper we characterized the academic production on Environmental Perception (EP) developed by Brazilian *Stricto Sensu* Postgraduate Programs (PGP) in the great knowledge areas, with special attention in the production from Biological Sciences and Psychology, from 2008 to 2015. The research sought to continue the research of Vasco (2009), which made a similar survey between 1988 and 2007. We also aim to broaden the study above by pointing out the philosophical currents that direct the analyzed productions. We also intend to investigate how Biological Sciences has been dialoguing with Psychology in the study of EA. This paper has quantitative-qualitative methodological approach, and the State of the Art type of research was used. In the first stage, we identified Brazilian *Stricto Sensu* PGPs that research Environmental Perception, as well as dissertations and theses which AP is its main theme. In the second step, we mapped the academic production about AP in several available repositories, creating a Database containing information about the studies. In the third step, we analyzed critically the main characteristics inserted in the Database. From the built database, we note AP is studied in the large Areas of Environmental, Human, Biological, Social, Exact and Agrarian Sciences. In the investigation period, we identified 188 PPG productions in PA. The largest number of Brazilian production is in the Northeast region, soon followed by the Southeast. Most of the researches adopted the qualitative methodology, with a structuralist philosophical current. The thematic focus of most surveys was AP on urban environment and AP on water resources, involving residents of the study site. In general, all the surveys have been relevant to a better understanding of the environmental problems raised by them. However, the confusion about philosophical currents and the lack of a better knowledge in the main works on AP are questions to be pointed out. The approach between Biological Sciences and Psychology in the researches in AP is still very discreet, so it's necessary an effort from these areas to deep the study of environmental issues.

Keywords: Environmental Perception. Environmental Sciences. Environmental Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Produção sobre tema "PA" nos PPG das Grandes Áreas identificadas no período entre 2008 a 2015	50
Gráfico 2 Produção sobre o tema "PA" nos PPG das áreas identificadas, no período entre 2008 e 2015	51
Gráfico 3 Quantidade de trabalhos por ano de defesa produzidos nos PPG em PA entre 2008 a 2015	51
Gráfico 4 Distribuição de trabalhos por unidade federativa produzidos nos PPG em PA entre 2008 a 2015	52
Gráfico 5 Distribuição da produção dos PPG em PA nas regiões brasileiras entre 2008 a 2015	52
Gráfico 6 Frequência de distribuição da produção dos PPG em PA nas regiões brasileiras entre 2008 a 2015	53
Gráfico 7 Quantidade de trabalhos sobre PA de acordo com o banco de publicação entre 2008 a 2015	58
Gráfico 8 Distribuição da produção dos PPG em PA quanto ao nível de Mestrado e Doutorado entre 2008 a 2015	59
Gráfico 9 Distribuição da produção de teses e dissertações sobre PA nos PPG em PA entre 2008 a 2015	59
Gráfico 10 Distribuição das teses e dissertações produzidas nos PPG em PA, de acordo com o enfoque metodológico entre 2008 a 2015.....	64
Gráfico 11 Órgãos de fomento das pesquisas produzidas nos PPG em PA entre 2008 a 2015	65
Gráfico 12 Distribuição da produção dos PPG em PA de acordo com os órgãos de fomento entre 2008 a 2015	66
Gráfico 13 Número de produção dos PPG em PA de acordo com a corrente filosófica entre período de 2008 a 2015	66
Gráfico 14 Origem das instituições da produção dos PPG em PA entre 2008 a 2015	68

Gráfico 15 Número de trabalhos produzidos por curso nos PPG em Ciências Biológicas entre 2008 a 2015	70
Gráfico 16 Número de dissertações e teses sobre PA nos PPG em Ciências Biológicas entre 2008 a 2015	71
Gráfico 17 Número de trabalhos produzidos por curso nos PPG em Ciências Humanas entre 2008 a 2015	71
Gráfico 18 Dissertações e teses sobre PA defendidas nos PPG em Ciências Humanas entre 2008 a 2015	72
Gráfico 19 Distribuição da produção nos PPG em PA, de acordo com o instrumento de pesquisa entre 2008 a 2015.....	76
Gráfico 20 Foco temático das pesquisas sobre Percepção Ambiental, produzidas nos PPG em Ciências Biológicas entre 2008 a 2015.....	78
Gráfico 21 Foco temático das pesquisas sobre Percepção Ambiental, produzidas nos PPG em Ciências Humanas entre 2008 a 2015.....	80
Gráfico 22 Distribuição do número de sujeitos envolvidos nas pesquisas sobre Percepção Ambiental, produzidas no PPG em Ciências Biológicas entre 2008 a 2015	82
Gráfico 23 Distribuição do número de sujeitos envolvidos nas pesquisas sobre Percepção Ambiental, produzidas no PPG em Ciências Humanas entre 2008 a 2015	83
Gráfico 24 Produção nas áreas de Ciências Biológicas e Psicologia nos PPG em PA entre 2008 a 2015	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, nas Grandes Áreas de pesquisa, junto aos cursos de Doutorado, por região brasileira entre 2008 a 2015.....	55
Quadro 2 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, nas Grandes Áreas de pesquisa, junto aos cursos de Mestrado, por região brasileira entre 2008 a 2015.....	55
Quadro 3 Comparação da Quantidade e frequência de trabalhos de Vasco (2009) e o atual, por região geográfica	57
Quadro 4 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental nas Grandes Áreas de pesquisa, nos cursos de Doutorado, no período de 2008 a 2015.....	60
Quadro 5 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental nas Grandes Áreas de pesquisa, nos cursos de Mestrado entre 2008 a 2015	61
Quadro 6 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, nas Grandes Áreas <i>de Ciências Biológicas e Humanas</i> , por região brasileira entre 2008 a 2015	72
Quadro 7 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, na Grande Área de Ciências Biológicas, junto aos cursos de Doutorado, por região brasileira entre 2008 e 2015	73
Quadro 8 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, na Grande Área de Ciências Biológicas, junto aos cursos de Mestrado, por região brasileira entre 2008 e 2015	73
Quadro 9 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, na Grande Área de Ciências Humanas, junto <i>aos cursos de Doutorado</i> , por região brasileira entre 2008 e 2015.....	73
Quadro 10 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, na Grande Área de Ciências Humanas, junto aos cursos de Mestrado, por região brasileira entre 2008 e 2015	74
Quadro 11 Número de trabalhos financiados sobre Percepção Ambiental nas Grandes Áreas de Ciências Biológicas e de Ciências Humanas entre 2008 e 2015	75

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FAPEMAT	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNADESP	Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico
FUNDECT	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
FURG	Fundação Universidade de Rio Grande (RS)
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (AM)
IPEN	Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (SP)
PA	Percepção Ambiental
PELD	Pesquisas Ecológicas de Longa Duração
PPG	Programa de Pós Graduação
SEDUC – PA	Secretaria do Estado de Educação do Pará
SEDUC – SP	Secretaria do Estado de Educação de São Paulo
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. PROBLEMA	26
1.2. OBJETIVOS	26
1.2.1. Objetivo geral	26
1.2.2. Objetivos específicos	26
2. PERCEPÇÃO AMBIENTAL (PA)	28
2.1. IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL	28
2.2. PERCEPÇÃO	29
2.3. PERCEPÇÃO AMBIENTAL	34
2.4. PSICOLOGIA AMBIENTAL: CAMPO DE ESTUDO TRANSDISCIPLINAR	35
2.4.1. Críticas atuais ao estudo em percepção ambiental e psicologia ambiental	36
2.4.2. Análise de conteúdo e análise do discurso: diferenças	39
3. METODOLOGIA	41
3.1. REFERENCIAIS METODOLÓGICOS	41
3.2. MATERIAL DE ESTUDO	44
3.3. ETAPAS DE PESQUISA	45
3.4. AS PESQUISAS SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	46
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
4.1. AS ÁREAS DO CONHECIMENTO QUE PESQUISAM SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	49
4.2. PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES	59
4.3. AS PESQUISAS SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS NO BRASIL NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DAS ÁREAS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E CIÊNCIAS HUMANAS	69
4.3.1. Instrumentos de pesquisa	75
4.3.2. Foco temático	77
4.3.3. Sujeitos envolvidos	81
4.4. PRODUÇÕES EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E PSICOLOGIA SOBRE PA	84
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
5.1. RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	92

REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE	103

1. INTRODUÇÃO

Desde os anos setenta do século XX, a preocupação com os problemas ambientais tem se tornado cada vez mais frequente. A mídia tem contribuído sobremaneira para este senso comum, por exemplo, ao divulgar as conferências internacionais que discutem o cuidado com o meio ambiente como prática essencial para a sobrevivência das próximas gerações de seres humanos.

Considerando que o ser humano e seu meio ambiente possuem íntima relação, o crescimento desenfreado da economia e do consumo intensifica o desequilíbrio na interação entre ambos. Da mesma forma que em organismos individuais, esta falta de equilíbrio gera um estresse social e ecológico (CAPRA, 1995) nesta unidade complexa. Tal equilíbrio precisa ser repostado, para assegurar nossa saúde individual. Roszak (1969 *apud* CAPRA, *op.cit*) resume a interdependência do homem e seu ambiente: “As necessidades do planeta são as necessidades da pessoa, [...] os direitos da pessoa são os direitos do planeta” (ROZAK, 1969, p.374 *apud* CAPRA, *op.cit*).

Biólogos que estudam problemas ambientais estão aprendendo que o conhecimento biológico sozinho não é capaz de resolver tais problemas (SAUNDERS, 2003). De fato, Capra (*op. cit.*) lembra que atualmente especialistas de vários campos do conhecimento já não conseguem lidar com os problemas urgentes que surgem em suas áreas de especialização. Isso vai no sentido contrário à forte tendência do cientista clássico em permanecer no conhecimento que lhe é familiar, que tende a resistir a conceitos novos que parecem querer desestabilizá-lo (PEREIRA JR. & GUERRINI, 2004).

A base do pensamento biológico ainda é cartesiana, ou seja, para que um assunto possa ser estudado, ele precisa ser decomposto, quantificado e categorizado de modo fragmentado (GOMES, 2008; LOUREIRO, 2003). Tal pensamento vai ao encontro à lógica reducionista, cujo princípio se calca na crença de que qualquer objeto complexo de estudo, para ser explicado, pode sempre ser pormenorizado e reduzido às suas partes constituintes mais simples (STIGAR, 2008).

Assim, as Ciências Biológicas não encontram respostas para lidar com temas subjetivos, que são intrínsecos ao estudo da questão ambiental. De fato, Marques (2005) alerta

que a tentativa de estudar objetivamente um tema que em sua natureza é subjetivo e dinâmico, é em si mesma uma ação reducionista.

Para compreendermos os problemas ambientais da atualidade, é preciso entender como se dá a relação do homem com o meio ambiente. Para que esta interação possa ser investigada, torna-se necessário entendermos a percepção que cada ser humano possui sobre o meio ambiente e seus elementos. Para isso, é preciso que suas atitudes e atribuições de valores sejam analisadas do ponto de vista afetivo e cognitivo, surgindo assim, a necessidade de um enfoque mais humanista, que reconheça a subjetividade do indivíduo (MACHADO, 1999; BRUNER, 1997). Como o foco destes estudos está centrado no comportamento humano, as Ciências Humanas como a Psicologia, têm tido um papel essencial no entendimento desta relação (SAUNDERS, 2003).

A Psicologia é de grande valia para atuar neste campo de estudo, já que é capaz de conceituar a relação das pessoas com a natureza, além de se esforçar em compreender quais fatores motivam as mesmas a proteger tais relações (SAUNDERS, *op. cit.*).

Um olhar plural, transdisciplinar (MARQUES, 2005) libera o pensamento do indivíduo de conceitos limitados do seu grupo profissional e estimula uma visão mais aberta sobre o objeto de estudo. A transdisciplinaridade requer uma abertura para novas dimensões do conhecimento humano. Entende que a ciência é um sistema aberto à transcendência para diferentes dimensões (PEREIRA JR. & GUERRINI, 2004). Tal olhar poliocular se alimenta da troca, da cooperação e da solidariedade.

A transdisciplinaridade se difere da interdisciplinaridade, no sentido de que a segunda pauta-se na colaboração das diversas disciplinas de conhecimento, porém mantendo suas particularidades. Já a primeira propõe uma ruptura dos saberes compartimentalizados, prevalecendo a ideia de relação que pode haver em todo conhecimento (MARQUES, *op. cit.*). Contudo, a transdisciplinaridade ainda é uma intenção na maioria das vezes, isto é, sua aplicabilidade torna-se muito aquém da sua proposta teórica. Frequentemente, o que se observa são equipes que se organizam de modo interdisciplinar, o que já é um contraponto ao pensamento disciplinar ou multidisciplinar, que lida com os objetos de estudo de modo separado ou justaposto, respectivamente.

Tal concepção vai ao encontro à epistemologia não ordinária, que surge como uma reação à epistemologia ordinária (MALUF, 2003). Na epistemologia ordinária concebe-se que o conhecimento deve ser fragmentado para poder ser compreendido; acredita-se na

neutralidade do observador e nas relações de causa e efeito de determinado fenômeno; entende-se que a ciência pode controlar e moldar a natureza por meio de uma explicação positivista e determinista.

Já a epistemologia não ordinária compreende que as áreas do conhecimento não estão encerradas em si mesmas, que não existe neutralidade por parte do observador, uma vez que a leitura sobre o mundo exterior atravessa nosso mundo exterior. Possui uma visão probabilística no lugar da determinista, e não acredita no pensamento linear de causa e efeito, mas sim em um pensamento fluido, onde o observador e o observado estão em constante interação e em constante movimento. Portanto, a visão que temos de determinado fenômeno vai depender de onde nós, do fenômeno e de onde estamos posicionados em um determinado momento de espaço-tempo (MARQUES, 2005).

O pensamento linear, ou pensamento positivista, compreende que causa e efeito ligados diretamente, e o observador entende que seu referencial é algo único, e, portanto, o correto. O pensamento circular, surgido como reação ao linear, postula que, assim como a causa influencia o efeito, o efeito também influencia a causa. O risco nessa abordagem é o surgimento de um círculo vicioso, no qual apenas a causa e o efeito influenciando-se mutuamente são considerados na análise de um fenômeno. Há a noção do pensamento espiral, cuja conceituação é semelhante ao pensamento circular na interação entre os pontos, com a diferença que, ao retornar ao ponto inicial, existe um salto para um nível mais evoluído.

O pensamento espiral ainda está baseado numa lógica composta por etapas e avanços sobre um mesmo eixo, dentro de uma mesma concepção de espaço e tempo. Diferentemente, o pensamento fluido, não considera apenas um eixo, mas sim que o observador, seu referencial e o observado _ o objeto _ estão em contínua movimentação, não havendo fixidez. Assim, para determinado fenômeno ser analisado, haverá de se considerar o contexto social e geográfico em questão, os aspectos culturais e biológicos, a história de vida do observador e do observado, o momento histórico em que o estudo está sendo realizado, assim por diante. Além de não ter apenas um eixo, nenhuma análise capta todos os eixos, há a consciência que a realidade é estudada entre parênteses, ou seja, um recorte.

Sob a lógica do pensamento fluido, o conhecimento não deve ser fragmentado em suas determinadas áreas, sem a possibilidade de comunicação entre elas, nem pode se fechar em um único espaço e tempo, mas abranger a diversidade. É preciso considerar que diferentes olhares, a partir de diferentes perspectivas, resultam em diferentes realidades (MARQUES,

2005). É muito importante lembrar que a epistemologia não ordinária não refuta a lógica cartesiana, mas a engloba, emprestando-lhe movimento. Ambas são passíveis de convivência.

Muitas vezes, um pesquisador se depara com um fator que não pode ser explicado com os conceitos disponíveis na sua área, surgindo assim, a necessidade de consultar campos de estudo vizinhos capazes de explicar tal questão (MILGRAM, 2009 [1969]).

Pesquisas sobre psicologia ambiental sublinham a importância da existência de um pensamento transdisciplinar (PINHEIRO, 1997). Tais pesquisas apontam que estudos sobre meio ambiente vêm crescendo muito na área de Psicologia (PINHEIRO & GÜNTHER, 2008). Uma vez que o homem é o responsável pelos problemas ambientais ao mesmo tempo em que representa a solução destes problemas, a importância do papel das ciências humanas e sociais nesta área tem sido cada vez mais reconhecida (SAUNDERS, 2003).

De fato, os problemas que mais afligem a humanidade atualmente não podem mais ser estudados por um enfoque científico tradicional, uma vez que passam pela percepção que cada indivíduo possui do meio ambiente. Isto exige dos estudiosos uma posição que ligue a objetividade das ciências naturais com a preocupação mais humanista das “ciências do espírito” (DILTHEY, 1956, *apud* MINAYO & SANCHES, 1993). Segundo Dilthey (*op.cit*), as ciências da natureza seriam baseadas em uma perspectiva explicativa, enquanto as humanas em uma perspectiva compreensiva, sendo assim chamadas de “ciências do espírito”.

Pacheco (2009) afirma que a aproximação da Psicologia às ciências naturais é extremamente útil e até mesmo fundamental, no sentido de dar voz às populações inseridas em um determinado ambiente. A sedimentação do conceito de percepção ambiental vem abrindo espaço para a escuta dos valores do cidadão comum em fóruns e comitês ambientais, previstos na legislação. Para promover a gestão ambiental, de acordo com o Ibama (2006), determinados instrumentos devem se integrar e se articular para tal. São eles: educação ambiental, geração de informações, participação popular, legislação local, execução de projetos, fiscalização, monitoramento da qualidade ambiental e recursos financeiros.

Nota-se que a participação popular é de fato um elemento intrínseco da gestão ambiental no Brasil, o que reforça a importância do estudo da percepção ambiental, já que o mesmo possibilita que os moradores de determinada comunidade possam atuar de maneira integrada com o poder público para o cumprimento da política local de cuidado ao meio ambiente. Neste contexto de gestão ambiental compartilhada, a percepção da população torna-se uma importante aliada ao poder público quanto à leitura da realidade social, contribuindo

assim para a tomada de decisões relacionadas à gestão ambiental de determinado local (RODRIGUES, MALHEIROS et al., 2012).

Assim, torna-se relevante saber o andamento atual das pesquisas em percepção ambiental no Brasil, uma vez que tais estudos contribuem diretamente na prática de uma sociedade sustentável (GRZYBOWSKI, 2009; PEDRINI & BRITO, 2006; DIEGUES, 1992). Este conceito, embora não seja novo, visto que já é discutido desde a década de 90, ainda necessita maior aprofundamento e impacto na realidade cotidiana. O conceito de sociedade sustentável é oposto à concepção atual de desenvolvimento sustentável. A crítica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável recai na ideia de alcançar o nível de “desenvolvimento” atingido pelas sociedades industrializadas, cujo consumo exorbitante dos recursos naturais, sobretudo aqueles oriundos dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, é insustentável a médio e a longo prazos (DIEGUES, *op.cit.*).

Os próprios termos “países em desenvolvimento” e “subdesenvolvidos” remetem ao conceito de *desenvolvimento como etapas*, no qual uma nação, para ser considerada desenvolvida, deve atravessar uma série sucessiva de etapas históricas, cujo elemento desencadeador seria a industrialização. Outro enfoque bastante utilizado sobre o conceito de desenvolvimento é o *desenvolvimento como crescimento*, no qual o desenvolver seria sinônimo de produzir, utilizando-se de indicadores como produto interno bruto e renda *per capita*. Indicadores como equidade social e distribuição de renda não são considerados neste modelo.

O conceito de *desenvolvimento sustentável* foi deturpado ao longo das décadas. O conceito original compreende desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz a necessidade do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de satisfazerem as suas¹. Além disso, no conceito original entendia-se que o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança social, que demanda transformações econômicas e sociais, por meio da participação política. Tal conceito também tem uma base ecológica que entende que a preservação dos ecossistemas e recursos naturais é fundamental para a sobrevivência humana (DIEGUES, *op.cit.*).

¹ De acordo com o conceito de justiça ambiental (Acsehrad, 2010), é importante destacarmos a qual classe de geração futura estamos nos referindo. O estudo da questão ambiental sob uma ótica cultural considera que os riscos ambientais são diferenciados e desigualmente distribuídos. Assim, uma “geração futura” originada de uma anterior exposta a danos ambientais, teria uma condição bem diferente da “geração futura” oriunda de outra com acesso a benefícios ambientais.

A importância da manutenção das diversidades biológica e cultural também é enfatizada no conceito original de desenvolvimento sustentável, com o apelo de que devemos modificar a visão de que a natureza está em uma relação hierárquica abaixo da espécie humana, passível de ser explorada indiscriminadamente. Ao contrário, devemos compreender que fazemos parte da mesma.

Assim, na teoria do desenvolvimento sustentável, a utilização dos recursos naturais deve respeitar a capacidade suporte de cada ecossistema explorado pela sociedade (DIEGUES, 1992), a fim de manter um equilíbrio dinâmico entre as demandas humanas e a capacidade da natureza em satisfazê-las (PEDRINI & BRITO, 2006).

Porém, a aplicabilidade deste conceito tem usado a expressão “desenvolvimento sustentável” como uma justificativa para a perpetuação da exploração ilimitada dos recursos naturais, com o objetivo crescente de acúmulo de capital por parte dos países ricos e das elites dos países pobres.

Para Fernandez (2005), a expressão atualmente vem sendo usada com quatro sentidos diferentes: o sentido original citado anteriormente, para aqueles de boa-fé; para os empresários, uma maneira de obter permissão para explorar recursos em áreas naturais protegidas e de inserir produtos num mercado cada vez mais consciente ecologicamente; para os governos, uma forma de desviar recursos financeiros internacionais destinados à preservação da natureza.

Já para alguns setores ambientalistas, resume-se à proteção do meio ambiente natural, independentemente da realidade social em questão (DIEGUES, *op. cit.*). Isto vai de encontro à perspectiva cultural do estudo da questão ambiental, que conforme comentado anteriormente, considera o meio ambiente múltiplo em qualidades socioculturais, onde os riscos ambientais são diferenciados e desigualmente distribuídos, fazendo uso do termo “desigualdade ambiental” ou “injustiça ambiental” (ACSELRAD, 2010).

Ainda segundo Fernandez (*op.cit.*), o termo “desenvolvimento” na economia, foi emprestado da embriologia, na qual significa desdobramento, ou seja, crescimento rumo a um sistema mais complexo. Assim, desenvolvimento sustentável seria uma expressão autocontraditória, pois, uma vez que nosso planeta é um sistema finito, crescimento contínuo e preservação são incompatíveis a longo prazo.

Ao contrário, uma sociedade sustentável busca atender aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais dos cidadãos. Uma sociedade sustentável busca superar a

ideologia do progresso, ou segundo Acselrad (2010), a razão utilitária, que ignora a importância da qualidade de vida e vê o meio ambiente como algo uniforme e composto somente de recursos materiais, sem elementos socioculturais que se diferenciam entre si.

Na concepção de uma sociedade sustentável, a justiça social e ambiental deve ser norteadora da tomada de decisões, considerando a razão cultural no estudo da questão ambiental, conforme discutido anteriormente. O conceito de justiça ambiental busca combater a desigualdade ambiental, dando igual proteção ambiental a todos os grupos sociais e étnicos. Propõe que os mecanismos de transferência dos custos ambientais do desenvolvimento para os mais pobres cessem. (ACSELRAD, 2010).

O progresso em uma sociedade sustentável é mensurado pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer), em contraste ao progresso meramente material (PEDRINI & BRITO, 2006). Propõe-se sobrepor o direito coletivo do cidadão do acesso à alimentação, moradia, saúde, cultura e felicidade, ao direito individual e privado de acumular sem limites (GRZYBOWSKI, 2009), estando bastante calcada no princípio da democracia:

Na busca de definição das bases de um novo mundo, não podemos esquecer conquistas humanas que se revelam estratégicas e que precisam ser potencializadas. Trata-se da democracia como método de transformação e como *modus operandi* de uma sociedade baseada na justiça social e ambiental. Para ampliar o espaço da política sobre a economia, do espaço público sobre o privado, do poder cidadão sobre o poder do dinheiro e das empresas, a democracia é fundamental. Mas a democracia é essencial para reposicionar a questão ambiental como uma questão de justiça social, desta e das futuras gerações. (GRZYBOWSKI, *op.cit*, p.1).

Em uma perspectiva não-formalista de democracia, baseada na valorização da cidadania, da diversidade cultural e da justiça social, a democracia não é encarada apenas como garantia jurídica de participação política, mas deve garantir direitos ao cidadão como: justo acesso ao que é socialmente produzido e à base natural vital, como água, ar, terra, etc., a fim de possibilitar uma vida ambientalmente equilibrada. Além disso, uma sociedade democrática deve ter acesso à condição concreta de se organizar coletivamente (LOUREIRO, 2008).

As sociedades sustentáveis podem definir seus próprios padrões de produção e consumo, a partir da sua história e de seu ambiente natural, deixando assim de lado o padrão das sociedades industrializadas. A qualidade de vida torna-se prioridade, e entende-se que as pessoas, principalmente as mais pobres, devem ser sujeitos e não objetos do

“desenvolvimento”. Uma sociedade sustentável exige uma sustentabilidade ambiental, social e política, devendo, por exemplo, abranger a participação popular nas decisões, as liberdades democráticas, a preservação dos ecossistemas e da diversidade biológica.

De fato, a sociedade sustentável demanda uma nova ética mundial, ao considerar nós, seres humanos, como parte da natureza, devendo esta relação ser muito mais harmoniosa e respeitosa (DIEGUES, 1992). Quando aprendemos a respeitar a natureza, aprendemos também a respeitar o próximo, o que contribui para a qualidade de vida de todos, objetivo central do conceito de sociedade sustentável.

Para impulsionar uma nova ética mundial, a educação ambiental torna-se peça fundamental neste processo. Conforme apresentado anteriormente, a educação ambiental, assim como a participação popular e outros instrumentos, são necessários para a promoção da gestão ambiental, segundo o Ibama (2006).

Um dos princípios da Carta da Terra, construída pela sociedade civil durante a Rio-92 na Jornada Internacional de Educação Ambiental, postula que a educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, com o compromisso de transformar cada oportunidade em experiências educativas para sociedades sustentáveis (PEDRINI & BRITO, 2006). A educação ambiental também é uma importante ferramenta para a conservação da biodiversidade.

Para um projeto de educação ambiental ser desenvolvido, é preciso estabelecer o que se entende por meio ambiente (URSI & TOWATA, 2012). Marcos Reigota (2007) classificou três diferentes conceitos de meio ambiente: Naturalista, que compreende a natureza como algo a ser contemplado, o Antropocêntrico e o Globalizante. O conceito antropocêntrico, ou utilitarista, vê o meio ambiente como uma fonte de recursos para satisfazer as necessidades do homem. Assim, tal concepção leva o homem a praticar ações de dominação da natureza (URSI et al., 2013). Já a visão Globalizante compreende que tanto os elementos naturais quanto os sociais são parte integrante do meio ambiente.

Sauvé (2005) elencou sete apreensões de meio ambiente. As três primeiras correspondem ao meio ambiente “natureza”, que possui o mesmo sentido que o conceito naturalista proposto por Reigota (*op.cit*); o meio ambiente “recurso”, cujo significado é similar ao conceito antropocêntrico de Reigota; e o meio ambiente “problema”, que enxerga o meio ambiente como algo que precisa ser “consertado”, recuperado, já que é visto como objeto de diversas formas de poluição. Sauvé (2005) também categoriza o meio ambiente

“sistema”, cuja definição se aproxima do conceito globalizante de Reigota; o meio ambiente “lugar em que se vive”, fundamentado na interação do ser humano com seu ambiente; o meio ambiente “biosfera”, que considera o planeta Terra como um macroorganismo em equilíbrio dinâmico (LOVELOCK, 1979 *apud* MARGULIS, 2001); e, por fim, o meio ambiente “projeto comunitário”, onde o mesmo é visto como um lugar de cooperação com o objetivo de alcançar o bem coletivo.

Segundo Towata (2013), seis categorias principais de concepções sobre meio ambiente podem ser consideradas: Naturalista romântica; Naturalista reducionista; Antropocêntrica; Problema; Globalizante e Conservacionista.

Das categorias ainda não citadas anteriormente, a naturalista romântica entende que o meio ambiente corresponde à ideia de natureza intocada, similar à categoria “Naturalista” proposta por Reigota (2007). A naturalista reducionista considera o meio ambiente como um conjunto de elementos naturais dos ecossistemas, sendo o homem excluído deste cenário.

Já a categoria Conservacionista não define exatamente o que seria meio ambiente, mas propõe diversas maneiras de conservá-lo.

Segundo autores como Borges, Ribeiro e Pinto (2014), Ursi *et al.* (2013), Ursi e Towata (2012), as concepções mais comuns encontradas em estudos de campo geralmente referem-se à visão do tipo naturalista reducionista ou antropocêntrica. De fato, a concepção de meio ambiente relacionada à ideia de natureza é bastante frequente entre os brasileiros (LIMA SILVA, 2014; RODRIGUES & MALAFAIA, 2009; URSI *et al.*, *op.cit.*).

A visão globalizante ainda aparece de forma reduzida em tais estudos. Ursi e Towata (*op.cit.*) sublinham a necessidade dos programas em educação ambiental em reforçar a visão globalizante de meio ambiente, que encara nós, seres humanos, como parte integrante e indissociável da natureza. Tal concepção entende que, para a manutenção da sobrevivência da nossa própria espécie, devemos utilizar os recursos naturais com parcimônia e respeito, para garantir não a sobrevivência do planeta, mas a sobrevivência da nossa própria espécie nele (MARGULIS, *op.cit.*). Assim, um dos principais objetivos da prática da educação ambiental deve ser a de oportunizar aos alunos o contato com a visão globalizante de meio ambiente (URSI *et al.*, *op.cit.*).

A visão globalizante vai ao encontro da perspectiva da educação ambiental crítica. Nesta perspectiva, entende-se que os problemas ambientais não podem ser resolvidos apenas com mudanças comportamentais individuais. Acreditar somente nestas mudanças é obedecer

à lógica da educação tradicional, na qual está embutida a ideia de que a transmissão de conhecimentos “certos” dos professores aos alunos levará os mesmos a adquirirem uma consciência ecológica (GUIMARÃES, 2005).

A educação ambiental crítica, ao contrário, deve ser integrada aos problemas sociais, uma vez que os problemas sociais também são problemas ambientais (LAYRARGUES & LOUREIRO, 2013). Reigota (2010) afirma que um dos principais desafios para a educação ambiental contemporânea é o de superar as questões puramente biológicas da biodiversidade e abordar seus fatores antropológicos, culturais, políticos e econômicos.

A abordagem crítica da educação ambiental exige que novos valores e atitudes sejam capazes de transformar as causas básicas da crise socioambiental, ao invés de reforçar a acomodação dos indivíduos frente à mesma. É necessário restaurar a relação do homem com o meio ambiente (BORGES, RIBEIRO & PINTO, 2014). Segundo Siebenhuener (1998), o sentimento do homem de pertencimento à natureza é uma característica geneticamente condicionada. Segundo o mesmo autor, a psicologia evolucionária indica que a constituição psicológica do homem moderno foi formada há cerca de 40.000 anos, se estabilizando até os dias atuais. A sensação de simpatia, beleza e paz que o convívio com a natureza desperta, de acordo com Siebenhuener (*op. cit*), estaria adormecido pelo peso do desenvolvimento cultural, mas pode ser reativado por meio da educação ambiental.

Da mesma maneira que é importante o levantamento das concepções, o levantamento da percepção ambiental também é relevante para a tomada de decisões dentro das políticas públicas ambientais, visto que as mesmas devem ser construídas tanto pela população quanto por seus governantes. Além disso, o estudo da percepção ambiental é uma importante ferramenta para a educação ambiental alcançar seu objetivo de construir uma nova ética mundial. Para estimular novas visões de mundo, atitudes e valores, é preciso compreender a maneira que percebemos nosso próprio ambiente.

Em 1995, foi publicado o primeiro levantamento acerca do Estado da Arte² das pesquisas em percepção ambiental no Brasil (DEL RIO & OLIVEIRA, 1999 [1996]). Em 2009, um trabalho de monografia foi publicado fazendo levantamento semelhante entre os anos de 1988 a 2007 (VASCO; 2009). Nosso objetivo é dar continuidade a este levantamento, incorporando algumas outras questões que serão descritas a seguir.

² A pesquisa do tipo Estado da Arte é de cunho bibliográfico, tendo como objetivo catalogar e descrever a produção acadêmica acerca de determinado tema, em períodos e específicos (FERREIRA, 2002).

1.1. PROBLEMA

Quais são as características da produção acadêmica brasileira atual, no período entre 2008 e 2015, sobre Percepção Ambiental, e de que maneira as Ciências Biológicas estão dialogando com as Ciências Humanas, principalmente com a Psicologia, no estudo da Percepção Ambiental?

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

- Caracterizar a produção acadêmica brasileira desenvolvida por Programas de Pós-Graduação (PPG) sobre Percepção ambiental no período entre 2008 e 2015, destacando o diálogo entre Ciências Biológicas e Psicologia.

1.2.2. Objetivos específicos

- Comparar a produção das pós graduações referente a 2008 e 2015 com as categorias encontradas por Vasco (*op.cit*) em seu estudo similar compreendendo o período entre 1988 e 2007, dialogando com Del Rio e Oliveira (1999 [1996]).
- Identificar as correntes filosóficas que norteiam a produção acadêmica, considerando as duas segmentações identificadas nos estudos em Percepção Ambiental: Estruturalista ou Fenomenológica (DEL RIO & OLIVEIRA, *op. cit* ; PACHECO, 2009).

Para alcançar tais objetivos, a pesquisa será de cunho bibliográfico e serão investigadas as dissertações e teses produzidas no período entre 2008 e 2015.

Nosso trabalho está dividido em seis capítulos: nos dois primeiros será abordado o conceito de percepção ambiental, a importância de seu estudo e sua relação com a psicologia ambiental como campo de estudo transdisciplinar. No terceiro capítulo, será apresentada e

pormenorizada a metodologia utilizada, bem como as etapas da pesquisa. No capítulo 4 serão apresentados os resultados juntamente com a discussão, onde identificaremos as grandes áreas que pesquisam PA no Brasil e a natureza das suas dissertações e teses. Estreitaremos nosso recorte para as produções nas grandes áreas de Ciências Biológicas e Humanas, analisando fatores como: os instrumentos de pesquisa utilizados, o foco temático e os sujeitos envolvidos. Ao fim do capítulo chegaremos ao objetivo principal da pesquisa, que consiste em analisar de que forma a Ciências Biológicas vem dialogando com a Psicologia no estudo da percepção ambiental. No quinto e sexto capítulos, teceremos as considerações finais e sugestões para futuros trabalhos.

2. PERCEPÇÃO AMBIENTAL (PA)

Neste capítulo vamos discorrer sobre a relevância dos estudos em percepção ambiental, buscaremos aprofundar a compreensão sobre o conceito de percepção, conceituaremos percepção ambiental e apresentaremos outra área de estudo em meio ambiente: a psicologia ambiental. Ao final, citaremos as atuais críticas aos estudos de percepção ambiental e psicologia ambiental. Lembramos que frequentemente no texto nos referenciaremos à Percepção Ambiental pela sigla PA.

2.1. IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Biólogos e geógrafos sensíveis aos problemas ambientais reconhecem no conceito de percepção ambiental uma ponte entre os impactos ambientais que estudam e as formas de vida humana. Frequentemente investigam o tema “percepção ambiental” por si mesmos, sem buscarem diálogo com outras áreas, entre elas a Psicologia (PACHECO, 2009).

Ainda segundo Pacheco (*op. cit*), nenhum conceito é exclusivo de determinada área da ciência, mas vale a pena se beneficiar da contribuição que determinadas áreas de estudo mais avançadas em determinadas investigações podem proporcionar, uma vez que essa dinâmica enriquece os resultados de nossos projetos e alarga nossa perspectiva. De fato, o conhecimento contemporâneo se faz por múltiplos saberes.

O conceito de percepção ambiental tem sido investigado, atualmente, tanto por um viés biológico, pela Neurociência e pela Psicobiologia, por exemplo, quanto pelo viés psicológico, pelo estudo da relação deste meio com a subjetividade. Por este motivo, a percepção ambiental ora é considerada mais associada às ciências biológicas, ora mais associada às ciências humanas (PACHECO, *op.cit*).

Embora a percepção seja bastante estudada pela Psicologia, a percepção ambiental foi aprofundada principalmente na Geografia Humana, por exemplo, com o conceito de “Topofilia” (TUAN, 1980). Topofilia consiste no elo afetivo entre a pessoa e o ambiente físico no qual ela entra em contato. Para Tuan (*op.cit*), a relação que construímos com o meio

ambiente envolve percepção, atitudes e valores, que dependerão da cultura e das experiências que vivenciamos ao longo da vida. Em 1995, foi publicado o primeiro levantamento do estado da arte de pesquisas em percepção ambiental no Brasil, nas áreas de Geografia e Urbanismo (DEL RIO & OLIVEIRA, 1999 [1996]).

De acordo com Pacheco (2009), como a percepção é o momento mais embrionário da nossa humanidade, “o primeiro passo para nos tornarmos humanos” (p. 58), seu estudo acaba por atrair pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como a Ciências Biológicas, Linguística, Geografia e Arquitetura.

2.2. PERCEPÇÃO

Segundo Pacheco (*op. cit.*), a percepção que temos do mundo só é possível porque estamos mergulhados nele por meio do nosso corpo. O corpo permite que ocorra a aderência indispensável entre nossa consciência e o mundo. Através das sensações do corpo é que a consciência torna-se apta a perceber o que está à sua volta.

É através dos sentidos que reconhecemos o mundo, sendo a percepção o primeiro estágio da comunicação humana (SANTAELLA, 1993). Segundo Giles (1979, *apud* PACHECO, *op. cit.*), a percepção fornece a base sobre a qual é construída a essência, ou seja, o sentido. Pacheco (*op. cit.*) afirma que a percepção pode ser compreendida como a forma mais primitiva de constituição de sentido. A percepção é a primeira verdade do mundo (RICOEUR, 2009) e ponto de partida para a significação (GILES, 1979 *apud* PACHECO, *op.cit.*).

A percepção é uma interpretação da realidade através da atribuição de significado aos objetos percebidos, e a realidade é uma construção de sentimentos e pensamentos através da experiência. Para Husserl (*apud* TURATO, 2003, p. 205), “a percepção é um ato que determina a significação”. Em síntese, perceber é se dar conta de algo externo a nós, é se defrontar com algo. Perceber é reconhecer o que está à sua frente (SANTAELLA, 2012).

O estudo da percepção data da época do domínio grego na sociedade ocidental. O objetivo em estudar a percepção está, em linhas gerais, baseado na tentativa de desvendar os modos pelos quais as coisas que estão lá fora, no mundo, chegam até nós de maneira que nos é compreensível (SANTAELLA, *op. cit.*).

Nos seres humanos, entretanto, a percepção não se resume em um conjunto de sensações percebidas pelo corpo. Para a percepção existir, é necessário que tais sensações sejam traduzidas em sentido, significado. Segundo a fenomenologia, para um objeto ser percebido, o mesmo precisa ser dotado de uma essência.

Segundo Gibson (1974, *apud* SANTAELLA, 2012), percebemos o mundo através dos órgãos dos sentidos, porém nossa interpretação ultrapassa a resposta aos estímulos sensoriais recebidos do ambiente. Assim, o sujeito possui um papel crucial no processo de organização dos dados (PACHECO, 2009). É nesta adição de significado aos estímulos que se forma a percepção. Neste ponto, é a mente que entra em cena. Assim, a percepção não é baseada em um estímulo-resposta, mas em uma significação maior que a soma das partes.

Tal argumento é defendido pela Psicologia da Gestalt, que apresenta a seguinte interrogação: “como podemos ver as formas?” (SANTAELLA, *op.cit*). Segundo a Psicologia da Gestalt, abordagem que recebeu influência da Fenomenologia, a maneira pela qual um objeto é percebido é determinada pelo contexto ou configuração total em que o mesmo está envolvido, não pelas características fixas dos componentes individuais.

Bruner (2002) enriquece este debate quando afirma que temos facilidade em nos adaptar ao meio ambiente porque conseguimos interpretar o mundo exterior através de símbolos, e através deles conseguimos construir nossa própria realidade. Ele introduz novos elementos de investigação que vão além das Leis da Boa Forma da Gestalt, e destaca a influência da cultura neste processo.

A percepção é individual (PINHEIRO, 1997) e seletiva (DEL RIO & OLIVEIRA, 1999). Haverá uma pluralidade de características que cada percepção particular perderá. Nossa audição, por exemplo, nunca será capaz de captar todos os aspectos de determinada melodia, mesmo se quem ouve seja um especialista em música (SANTAELLA, *op. cit*). De fato, nossa percepção comete erros. Embora sejamos seres cognitivos, também interagimos como corpos físicos. Desta forma, a percepção é tanto sensorial quanto cognitiva. Por esta razão que existem áreas como a Psicobiologia, que estuda os processos mentais de maneira concreta, por meio de máquinas, por exemplo.

Assim, no momento em que determinado fenômeno nos atinge, ele o faz de acordo com a maneira que nossos órgãos sensoriais estão prontos para recebê-lo. Por este motivo também que a visão, nosso sentido mais “confiável”, possibilita os inúmeros erros da percepção (RODRIGUES; MALHEIROS et al., 2012). Além destes erros por questões de

funcionamento orgânico, o campo das ideias também pode provocar ilusões e distorções, como os preconceitos na leitura da realidade, por exemplo.

Tuan (1980) afirma que a percepção também é formada por atitudes e visões de mundo do grupo cultural no qual o indivíduo está inserido:

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, *op. cit.*).

Porém, ainda que determinadas pessoas façam parte de um mesmo grupo cultural, cada indivíduo deste grupo expressará atitudes e pensamentos distintos entre si, pois cada uma carrega valores em suas manifestações resultantes da percepção. Exemplos destes valores são: a cultura, história de vida, religião, classe social, temperamento, entre uma série de outros (RODRIGUES; MALHEIROS et al., 2012).

Santaella (2012) aponta para o fato de que as pesquisas empíricas em percepção versam sobre duas dicotomias: ou se coloca a ênfase no mundo exterior, encarando o corpo como mero receptor de estímulos, ou o enfoque é direcionado ao mundo interior, onde o aspecto psicológico é o responsável pela formação de sentido da realidade exterior. Porém, para Peirce (*apud* SANTAELLA, *op.cit.*), uma ponte pode ser construída ao se considerar a mediação dos signos, através da linguagem, já que ela é a única forma de síntese que detemos para conectar o mundo exterior e nossa realidade interior.

A percepção humana da realidade é sempre influenciada por signos, seja ela atualizada pela interpretação do sujeito ou não. O interpretante é um conteúdo objetivo do próprio signo, portanto a maior parte do processo perceptivo não pode ser controlada pelo sujeito. Desta maneira, a percepção não depende estritamente de uma mente subjetiva para ser construída (SANTAELLA, 1993).

Para Santaella (*op. cit.*) há muito pouco ou quase nada sob nosso controle no processo perceptivo, e que tal domínio pode ser comparado ao controle que nós temos com o crescimento de nossas unhas e cabelos. Se tomássemos consciência de cada processo perceptivo ocorrido na nossa mente, seríamos seres tão lentos que seria impossível nossa adaptação ao meio ambiente, e estaríamos fadados à extinção. Ao contrário, nossa espécie tem ampliado cada vez mais sutilmente nossos sentidos, em resposta às pressões evolutivas.

Toda percepção, para ocorrer, necessariamente deve ser capaz de ser interpretada, mesmo que esta não se apresente à consciência do sujeito, mesmo que não dependa do seu controle. Peirce afirma que só percebemos o que estamos equipados para interpretar, isto é, nossos esquemas mentais já estão preparados para produzir um efeito interpretativo (SANTAELLA, 2012), e somente devido a estes esquemas prévios que a percepção torna-se viável:

Nada podemos dizer sobre aquilo que aparece, senão pela mediação de um juízo perceptivo, isto é, uma interpretação. Como podemos interpretar algo externo a nós, qualquer coisa que seja, sem um julgamento de percepção que nos diga o que é que nós estamos percebendo? Basta pensar na situação quase esquizofrênica, insuportável, que é estar diante de algum percepto que escapa à nossa interpretação, ou seja, que não reconhecemos (SANTAELLA, *op. cit.*, p. 117).

Historicamente, o estudo da percepção sempre foi pautado por uma relação diádica, que postula que são dois os elementos da percepção: o sujeito que percebe e o objeto que é percebido. Charles Sanders Peirce (SANTAELLA, *op. cit.*) quebra esta linearidade ao estudar a percepção do ponto de vista semiótico. Semiótica é a ciência que estuda os signos. Na nossa estrutura de vida, não temos como presentificar, tornar concreto, todas as coisas do mundo. Então criamos elementos que se referenciam, que substituem alguma coisa. Signo, portanto, é alguma coisa que representa algo para uma mente interpretante. É tudo que substitui uma coisa para uma mente interpretante.

A Semiótica tem sua origem na fenomenologia, e pode auxiliar no estudo da linguagem. Fenômeno é tudo aquilo que aparece à percepção e à mente. A função da fenomenologia é apresentar os modos como os fenômenos são percebidos pela mente (SANTAELLA, 2005; ROCHA, 2015).

No modelo triádico de Peirce, o pensamento é classificado em três categorias: primeiridade, secundidade e terceiridade. A primeiridade pode ser associada ao *representamen*, ou seja, é a condição daquilo que está presente. A secundidade estaria associada ao objeto ou referente, isto é, aquilo que é referenciado pela primeiridade e está ausente. A terceiridade poderia ser relacionada ao interpretante, que estabelece uma lógica entre a primeiridade e a secundidade.

Supomos que, em um trabalho de análise artística sobre determinada escultura, utilizamos a foto da escultura, e não a própria escultura em si, para analisá-la. Na verdade, não estamos analisando o elemento da secundidade, isto é, a escultura, objeto ausente que está

sendo referenciado pela foto; mas sim a fotografia deste objeto, ou seja, o elemento da primeiridade, o que está presente (ROCHA, 2015). Deste modo, não podemos dizer que estamos analisando a escultura (secundidade), mas sim a representação dela (primeiridade) para uma mente interpretante (terceiridade).

Do mesmo modo, em uma análise de entrevista, não estamos analisando a fala da pessoa em si, no momento real que a conversa ocorreu (secundidade, isto é, o que não está presente); mas sim a transcrição da gravação em forma de áudio ou vídeo desta conversa (primeiridade, ou seja, o que está presente) para o leitor, mente interpretante (terceiridade).

Assim, o significado real da entrevista já é perdido em três momentos: o primeiro está no ato da própria entrevista, quando das interrupções do entrevistador, na falta de continuação da conversa quando o entrevistado não responde o que o pesquisador espera, por exemplo. O segundo está no fato de que as informações contidas na entrevista real sejam parcialmente perdidas no momento de sua transcrição ou gravação, já que anota-se o resumo de uma fala, filma-se apenas alguns dos ângulos que estão presentes no momento real da entrevista.

O terceiro momento está no próprio ato de análise, no qual o pesquisador busca preencher de significado a fala já reproduzida do entrevistado, uma vez que seu conteúdo obrigatoriamente atravessa a interpretação do pesquisador, já que, por mais que o mesmo se esforce, sua análise nunca poderá ser integralmente neutra (BRUNER, 1997).

Todo trabalho de análise deveria começar pela secundidade, e não pela primeiridade, já que se perde a experiência da percepção, o trato fenomenológico (ROCHA, *op. cit.*). Daí a dificuldade encontrada em pesquisas de campo em percepção ambiental, uma vez que nosso elemento de secundidade não é um objeto concreto como uma escultura, mas as percepções, histórias de vida, experiências, discursos de várias vozes, onde na grande maioria das vezes só torna-se possível “coletar” suas opiniões ou mapas mentais sobre determinada temática ambiental. Segundo Towata (2013), muitas vezes a pesquisa em percepção ambiental fica reduzida a um simples levantamento de concepções.

A percepção é uma ação contemplativa dos estímulos exteriores ou interiores, que é acompanhada de uma sensação e de uma geração de um juízo em relação a tais estímulos, isto é, de uma interpretação.

Já a concepção ocorre após a percepção, é a construção de conceitos feita a partir de uma interpretação que já foi realizada pela percepção. A concepção surge somente após uma reflexão acerca de um determinado fenômeno, é a ressignificação de signos e de conceitos.

Segundo Thomas Reid (PICH, 2010), a concepção é uma ação da mente, realizada de maneira consciente, ativa, dependente do sujeito que a opera. Em oposição, a percepção, conforme explicado anteriormente, não depende da nossa consciência para ocorrer.

2.3. PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Percepção ambiental é o campo de investigação específica da Psicologia no estudo da relação homem-ambiente no cenário das grandes questões ecológicas atuais, apesar de certa instabilidade de definições (PACHECO, 2009).

Percepção ambiental pode ser definida como a noção de percepção aplicada às relações de indivíduos e comunidades com o meio ambiente (PACHECO, *op. cit.*). Trata-se de um fenômeno psicossocial, onde a representação do ambiente depende de processos cognitivos e afetivos (PINHEIRO, 1997), construídos através de experiências individuais.

A percepção ambiental, segundo Pedrini, Costa et al. (2010), não se constitui somente do empréstimo de sentido aos elementos do ambiente, mas também do nosso imaginário. Para Oliveira (1983), o meio ambiente é composto de elementos ecológicos, urbanos, sociais e psicológicos. Assim, a percepção ambiental pode ser feita em várias escalas, desde a mundial até a pessoal, passando pela regional e local.

Para Ittelson (1973, *apud* PINHEIRO, *op. cit.*), a percepção ambiental se distingue da percepção do objeto em três características: na percepção do objeto, há a ênfase no estudo dos estímulos, já na percepção ambiental, o foco está direcionado em cenários de larga escala, de tamanho e complexidade muito maiores. Na percepção ambiental, há uma ruptura da distinção sujeito/objeto, uma vez que o sujeito também faz parte do cenário percebido. Além disso, dependendo do objetivo do percebedor, a percepção do ambiente pode ser bastante distinta. Por exemplo, interesses estéticos de um sujeito podem levar a uma percepção ambiental totalmente diferente do sujeito que possui interesses utilitários em relação ao mesmo ambiente.

Para Pedrini, Costa et al. (2010), a percepção ambiental é etapa imprescindível para a promoção de qualquer atividade em educação ambiental. As ações de educação ambiental em uma perspectiva crítica devem levar em conta a combinação de concepções, da percepção

ambiental e da relação cultural da sociedade, que muito influencia a PA³(PINTO, 2016). Durkheim (2009) compreende a percepção ambiental como um modo de representação social. Segundo Benjamin C. Pinto (*op. cit*), a representação social é uma interpretação coletiva das diversas percepções individuais⁴. Segundo Reigota (2007), as representações sociais do meio ambiente só são conhecidas por meio das percepções do sujeito.

2.4. PSICOLOGIA AMBIENTAL: CAMPO DE ESTUDO TRANSDISCIPLINAR

O termo “Psicologia Ambiental” foi utilizado a partir de 1943. Desde então, Kurt Lewin destacou a importância de se estudar o ambiente no campo da Psicologia. A Psicologia Ambiental foi estabelecida nos anos 70, momento em que os problemas ecológicos começaram a ganhar espaço na mídia, na intenção de analisar a conexão entre os ambientes físicos, os problemas ambientais e os seres humanos. Nos anos 90, o interesse da mesma focalizou-se na interação das pessoas com o ambiente sócio-físico (RODRIGUES; MALHEIROS et al., 2012).

Tal transição ocorreu devido ao diálogo da Psicologia Ambiental com outras áreas de conhecimento, e da sua crescente interrelação com o meio ambiente, por meio de estudos que analisavam, por exemplo, a percepção ambiental de um determinado grupo de pessoas. Assim, a Psicologia Ambiental é uma ciência essencialmente transdisciplinar (RODRIGUES; MALHEIROS et al., *op.cit*)

Segundo Pinheiro (1997), a Psicologia precisa se engajar na proposta de soluções dos problemas ambientais, pois estes são, certamente, problemas humano-ambientais, que refletem não uma crise ambiental, mas uma crise de pessoas-no-ambiente (CORRALIZA, 1997).

³ Comunicação pessoal de Benjamin C. Pinto, em 11 de julho de 2016, recebida por email.

⁴ Comunicação pessoal, em 11 de julho de 2016, recebida por email.

2.4.1. Críticas atuais ao estudo em percepção ambiental e psicologia ambiental

A administração de áreas naturais protegidas possui como diretriz a escuta das comunidades locais quando da tomada de decisões relevantes a respeito das mesmas. A lei 9.985, de 18/07/2000, que rege o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelece a necessidade da participação das comunidades locais no rumo da gestão das UC's. Para tanto, a pesquisa em percepção ambiental tem sido bastante utilizada neste contexto. O objetivo é fazer com que essa ferramenta permita que conheçamos os valores, as necessidades e expectativas das populações locais em relação a determinada unidade de conservação (FERNANDES; SOUZA et al., 2004).

A crítica epistemológica ao conceito de percepção ambiental se dá na constatação, após um exame crítico de trabalhos dessa área, que seus referenciais teóricos contêm distintas visões de mundo que precisam ser elucidadas, uma vez que dão suporte à tomada de decisões de gestores que determinam o destino de áreas protegidas e lidam com a relação comunidade e meio ambiente (PACHECO, 2009).

Pacheco (*op. cit.*) preocupa-se com o fato de que, principalmente quando o movimento se dá das ciências biológicas para as humanas, tal conceito é apropriado de maneira desligada da sua raiz epistemológica. Pedrini, Costa et al. (2010) apresentam as categorias da percepção do conceito de meio ambiente construídas em outros trabalhos, já citados na introdução (SAUVÉ, 2005; REIGOTA, 2007). Os autores reconhecem a importância destas categorizações, mas também consideram as mesmas simplórias para a compreensão do meio ambiente. Pedrini, Costa et al. (*op. cit.*) advertem que os limites destas categorias nem sempre estão claramente definidos no relato dos sujeitos, já que outras percepções intermediárias são plausíveis. Além disso, apesar de simplórias, tais tipologias são muito utilizadas no Brasil devido à sua fácil aplicabilidade (BEZERRA & GONÇALVES, 2007).

Como qualquer representação científica, a percepção ambiental pode ter sua conceituação embasada em interesses grupais, disputas políticas e outros fatores que fazem da ciência um conhecimento contextualizado e parcial.

Diversos autores constataam que existe certa pobreza teórico-metodológica em grande quantidade de trabalhos brasileiros sobre percepção ambiental (MORIN & KERN, 1994; OKAMOTO, 2002).

É preciso estar atento sobre quais interesses os trabalhos sobre percepção ambiental estão assentados. Pacheco (2009), ao analisar trabalhos sobre percepção ambiental, aponta que muitos estudos descrevem falas baseadas em noções de educação ambiental, clichês reproduzidos pela mídia e opiniões acerca do meio ambiente natural. Sua dúvida era se os discursos ali descritos realmente reproduziam a relação mais fundamental da pessoa com o meio ambiente, ou se as mesmas respondiam buscando apenas corresponder às expectativas do pesquisador. Pedrini, Costa et al. (2010) alertam que, em estudos de percepção ambiental, há que se ter a vigilância para que não seja feita uma apreensão simplista do fenômeno perceptivo, o que levará a uma conclusão reducionista por parte do pesquisador.

Conforme mencionado anteriormente, Del Rio e Oliveira (1999) afirmam que existem duas segmentações nos estudos em percepção ambiental: a estruturalista e a fenomenológica, sendo a última consideravelmente influenciada por Tuan. Segundo Figueiredo (1991), o estruturalismo é considerado uma espécie de positivismo das ciências humanas, admitindo-se relações de causa e efeito (DEL RIO & OLIVEIRA, *op.cit*). Já a fenomenologia consiste em uma tentativa de ultrapassar a pura descrição de um discurso, por exemplo, e apreender o seu sentido originário, ou sua essência, sem atribuição de juízo (GOTO, 2004).

A postura fenomenológica entende que o conhecimento está distribuído em dois polos: o da facticidade do mundo e o da intencionalidade da consciência. O papel da fenomenologia é o de investigar como esta consciência, que doa sentido às sensações, é construída no universo subjetivo do sujeito. Vale ressaltar que toda postura epistemológica carrega consigo a visão de mundo e os compromissos éticos implícitos do pesquisador (PACHECO, *op.cit*). Por isto, é fundamental o pesquisador ter consciência em qual postura epistemológica, ou corrente filosófica, o mesmo está inserido.

Segundo Marin *et al.* (2003) existem duas possibilidades de se compreender a percepção ambiental: uma pelo ponto de vista da sacralização e outra pelo viés da cientificidade. Além disso, a questão ambiental também pode ser compreendida por pontos de vista antropocêntricos ou biocêntricos, preservacionistas ou conservacionistas (DIEGUES, 2001; CARVALHO, 2003).

Reigota (2007) e Azevedo (2008) entendem que os resultados obtidos nos estudos de percepção ambiental equivalem às representações sociais dos sujeitos analisados. Já Faggionato (2002) define percepção ambiental como uma tomada de consciência do ambiente

pelo homem e o fato de perceber o ambiente no qual se vive, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. Nesta concepção, perceber é sinônimo de notar.

Marin, Oliveira et al. (2003) alertam para o fato de que a percepção não deveria ser compreendida apenas por vias racionalistas, baseadas apenas em características conceituais. O racionalismo positivista crê que a ciência é o único conhecimento aceitável, e seu método, fundamentado na descrição rigorosa dos fatos analisados, onde se busca a formulação de leis e a previsibilidade, é o único adequado (DINIZ, 2001).

Günther (2004) defende a abordagem multi-métodos em estudos de pessoa- ambiente. Tal abordagem consiste em usar métodos de pesquisa variados para analisar um mesmo objeto de estudo, já que cada uma das abordagens, sozinha, é incompleta. Qualquer estudo utilizando apenas uma abordagem perde a oportunidade de testar hipóteses rivais, colocando em questão a validade do estudo:

Dados provenientes de uma única fonte são passíveis de dúvida, sendo aconselhável contrabalançar os desvios surgidos a partir de uma coleta de dados com informações oriundas de outros métodos a fim de minimizar as distorções no resultado final do trabalho (MARANS & SPRECKELMEYER, 1987, p. 83).

Uzzel e Romice (2003) listam as principais metodologias dos estudos pessoa-ambiente, apresentando suas vantagens e limitações, corroborando com a ideia de que o ideal para pesquisas em Psicologia Ambiental seria a aplicação de mais de um método de pesquisa. Os autores afirmam que a análise multi-métodos podem oferecer uma representação holística e continuada da experiência ambiental das pessoas envolvidas no estudo.

A união de métodos qualitativos e quantitativos, por exemplo, amplia e aprofunda as possibilidades de análise dos fenômenos estudados (RATIÚ, 2003 *apud* GUNTHER, *op.cit*). Günther em seu conhecido artigo “Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: essa é a questão?” (2006) defende a complementaridade das duas abordagens em um mesmo objeto de pesquisa.

Moser (2005) reconhece uma falta de metodologias específicas à disciplina de Psicologia Ambiental, mais pela falta de conhecimento das metodologias disponíveis, sejam elas emprestadas de outras áreas do conhecimento ou desenvolvidas pelos próprios pesquisadores da área, do que pelo déficit de instrumentos oferecidos. O autor afirma que as abordagens multi-metodológicas não são tão frequentes quanto deveriam ser, e considera a elaboração de métodos de pesquisa mais apropriados como um desafio a ser enfrentado pela

Psicologia Ambiental atualmente. Além disso, é necessário um tratamento transdisciplinar dos temas por ela trabalhados, como a integração dos resultados na análise do pesquisador. (GÜNTHER, 2004).

Em diversos momentos ao longo desta sessão, pudemos constatar a defesa à epistemologia não ordinária, quando criticamos o pensamento reducionista, o estruturalismo, o racionalismo, o pensamento linear de causa e efeito e destacamos a abordagem fenomenológica, o tratamento transdisciplinar, a análise multimétodos, a possibilidade de união dos métodos quantitativos e qualitativos. Tal posicionamento vai ao encontro do conceito de olhar fluido, cunhado por Marques (2005), cuja natureza é mais complexa que o pensamento linear, circular e espiral, explicado anteriormente. No conceito de olhar fluido, o conhecimento não é estanque nem exclusivo de determinada área, devendo um mesmo objeto de estudo ser capaz de permear em diversas áreas do conhecimento, recebendo assim múltiplos olhares.

2.4.2. Análise de conteúdo e análise do discurso: diferenças

Nos trabalhos sobre PA, é muito comum a utilização da análise de conteúdo no tratamento dos dados de uma entrevista. É comum a confusão das técnicas de análise de conteúdo e análise do discurso. Embora pareçam sinônimas, tais técnicas diferem-se bastante em seus conceitos.

A diferença básica entre as duas é que a análise de conteúdo trabalha com os elementos gráficos encontrados em um texto. Já a análise do discurso trabalha com o sentido da fala (CAREGNATO & MUTTI, 2006). Na análise de conteúdo, o autor pode contabilizar a frequência com que determinada palavra ou expressão aparecem nos discursos. Já na análise do discurso, o elemento de interesse do pesquisador, para ser encontrado, precisa antes ser interpretado.

A análise do discurso considera a ideologia, a história e a linguagem. Neste tipo de análise, a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que fazem parte da memória coletiva que o indivíduo constrói socialmente. Ao contrário do considerado na análise do conteúdo, na análise do discurso, a língua não é transparente e homogênea como muitas vezes aparenta ser, mas permite leituras múltiplas:

O sentido não está “colado” na palavra, é um elemento simbólico, não é fechado nem exato, portanto sempre incompleto; por isso o sentido pode escapar (CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 681).

Na análise do conteúdo, o analista categoriza as unidades de texto que se repetem. O sentido começa e termina no próprio significado da palavra. Tal tipo de análise vai ao encontro da corrente filosófica estruturalista, cuja visão é positivista, conforme explicado anteriormente (DEL RIO & OLIVEIRA, 1999). Nesta visão, a informação é encarada tal como ela é, analisada de maneira jornalística, baseada em fatos. Por outro lado, a análise do discurso vai ao encontro da corrente fenomenológica, cujo objetivo é ir além da informação recebida, buscando apreender o sentido originário de um discurso, o não-dito.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo será pormenorizada a metodologia do trabalho, onde os referenciais metodológicos serão descritos. Em seguida, será apresentado o material de estudo a ser utilizado na pesquisa.

Tal pesquisa trata do Estado da Arte da Percepção Ambiental no Brasil, com ênfase na produção acadêmica de discentes dos Programas de Pós Graduação (PPG) das Grandes Áreas de Ciências Biológicas e de Ciências Humanas.

3.1. REFERENCIAIS METODOLÓGICOS

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica do tipo Estado da Arte, com abordagem quanti-qualitativa.

A pesquisa bibliográfica tem sido largamente utilizada em estudos exploratórios ou descritivos, nos casos em que o objeto de estudo é pouco estudado, o que torna dificultosa a formulação de hipóteses e generalizações. Assim, na pesquisa bibliográfica, busca-se uma aproximação com o objeto de estudo por meio de fontes bibliográficas (LIMA & MIOTO, 2007).

A pesquisa bibliográfica é um estudo teórico, isto é, uma pesquisa direcionada ao desenvolvimento de um conceito. É um estudo elaborado a partir da reflexão pessoal e da análise de documentos escritos, denominados fontes (SALVADOR, 1986).

A pesquisa bibliográfica do tipo Estado da Arte ou Estado do Conhecimento possui como objetivo mapear e discutir determinada produção acadêmica em diferentes áreas do conhecimento. Possui natureza catalográfica e descritiva da produção acadêmica acerca do assunto de interesse. Tal método visa “responder quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários” (FERREIRA, 2002, p. 258).

Soares, em 1987, já salientava que a produção de pesquisas relativas à compreensão do Estado da Arte estava se tornando imprescindível, devido à crescente produção de conhecimento em todas as áreas científicas. Chauí (2000) chama a atenção para o fato de a Universidade, particularmente a brasileira, ter se transformado em uma “universidade operacional”, com sua estrutura organizada nos moldes empresariais e avaliada por índices de produtividade. Assim, a ideia de eficácia e sucesso se resume à grande quantidade de resultados em curto espaço de tempo. Tal prática, por um lado, estimula de forma crescente o volume de produções, porém de outro, pode ter a qualidade das pesquisas questionada (LIMA & MIOTO, 2007).

Os pesquisadores que utilizam a pesquisa bibliográfica do tipo Estado da Arte buscam investigar o caráter dos trabalhos produzidos, executando uma revisão crítica a respeito dos conteúdos destas publicações. Essa ordenação periódica dos resultados obtidos possibilita a sugestão de integração de diferentes perspectivas até então consideradas independentes, assim como o apontamento de contradições e lacunas identificadas na análise (SOARES, 1989).

Ferreira resume a relevância e a finalidade de pesquisas do tipo Estado da Arte no seguinte trecho:

Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema (FERREIRA, 2002, p. 259).

A pesquisa qualitativa, segundo Patton (2002), segue a tradição interpretativa ou compreensiva, ao considerar que as ações das pessoas são consoantes às suas crenças, percepções, sentimentos e valores, e que seu comportamento sempre possui um significado que deve ser descoberto.

Alves (2015) alerta para o fato do termo ‘*pesquisa qualitativa*’ conotar uma falsa impressão de rivalidade e exclusão com a denominada ‘*pesquisa quantitativa*’. O que classifica uma pesquisa como qualitativa ou quantitativa está na sua ênfase, não na sua exclusividade.

Segundo Queiroz (2006), a pesquisa qualitativa difere-se da pesquisa quantitativa, sobretudo pelo seu paradigma epistemológico. Enquanto a pesquisa quantitativa está

embasada em uma visão realista e objetivista, a qualitativa calca-se na visão idealista e subjetivista.

O positivismo de Comte compreendia que todas as ciências deveriam ser estudadas da mesma maneira, estando as áreas científicas ordenadas da seguinte maneira: matemática, astronomia, física, química, Ciências Biológicas e sociologia. Assim, ficava implícito que os objetos sociais sejam tratados da mesma forma que os objetos físicos das ciências exatas (SANTOS FILHO, 2001).

A visão realista e objetivista, própria da pesquisa quantitativa, é bastante influenciada pelo positivismo. No paradigma positivista, acreditava-se que os objetos sociais, assim como os culturais, possuíam uma existência independente do interesse do observador. Além disso, era considerado possível e indicado que o observador mantivesse uma postura neutra em relação ao seu objeto de estudo, não podendo o mesmo fazer julgamentos ou avaliá-lo. Por fim, para tal paradigma, o objetivo da ciência era o de estabelecer relações causais entre os fenômenos socioculturais (QUEIROZ, 2006).

No entanto, o novo paradigma da ciência atribui à pesquisa qualitativa um valor central no desenvolvimento e consolidação da ciência em diferentes áreas. A crítica ao positivismo como única abordagem do conhecimento data da metade do século XX (SANTOS FILHO, *op.cit.*). A partir deste momento, compreendeu-se que a base do paradigma qualitativo está na interpretação de determinado fenômeno, não necessariamente na sua quantificação.

Quando o objeto de pesquisa é o próprio homem, como no caso das pesquisas em ciências humanas, a interrelação entre o pesquisador e o objeto pesquisado é inseparável, não havendo possibilidade de incorporação da neutralidade. Quando seres humanos são ao mesmo tempo sujeito e objeto da investigação, a compreensão de um determinado evento só se dá quando o pesquisador interage com ele, pois somente a partir disso que torna-se possível a tentativa de interpretar de forma singular o seu significado. Assim, o dualismo sujeito-objeto do paradigma quantitativo não se aplica na pesquisa qualitativa, uma vez que seus objetos são manifestações da mente (SANTOS FILHO, *op. cit.*).

A fenomenologia, conforme citado anteriormente, visa compreender os seres humanos como indivíduos em sua totalidade e em seu próprio contexto. Assim, a mesma vem contribuindo de maneira relevante para a consolidação da pesquisa qualitativa. Tal

perspectiva busca evitar a análise fragmentada conferida à abordagem positivista (QUEIROZ, 2006).

Entretanto, ao contrário do que possa supor, muitos autores acreditam que existe complementaridade entre o método qualitativo e quantitativo, sendo inclusive considerada fundamental. Os novos caminhos das ciências humanas levaram seus pesquisadores a buscarem outras metodologias que lhe possibilitassem estudos mais significativos em suas áreas. Acredita-se assim, que ambas as abordagens se complementam, e que a escolha de uma ou outra está diretamente relacionada aos objetivos e finalidades de cada pesquisa (SANTOS FILHO, 2001).

Apesar da certeza da complementaridade entre as duas abordagens, a oposição excludente entre elas ainda é centro de muitas discussões epistemológicas. Para tais autores, tais enfoques se diferenciam nas seguintes características: visão de mundo, relação entre pesquisador e o objeto pesquisado, relação entre fatos e valores, objetivo da pesquisa, abordagem, foco, método, papel do pesquisador e critérios de pesquisa (DEMO, 2001).

Há autores que acreditam que a pesquisa científica deve se valer de dados que possam ser justificados objetivamente (POPPER, 1974). Já outros como DEMO (*op. cit.*), sem ignorar a importância da pesquisa quantitativa, defendem a ideia de que temos tendência a entender os fenômenos de forma ordenada, quando a realidade é naturalmente desordenada. Assim, como a metodologia quantitativa é facilmente ordenável e mensurável, é a optada pelo método científico. Ao contrário, com as pesquisas de profundidade qualitativa é preciso se considerar a subjetividade e o imprevisível, sendo impossível esperar por dados regulares e bem delineados.

Neste trabalho, consideramos a abordagem quantitativa e qualitativa como complementares. De fato, Richardson (2012) aponta que os aspectos qualitativos podem surgir até mesmo dos dados obtidos por métodos quantitativos.

3.2. MATERIAL DE ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida a partir do estudo e análise crítica das dissertações e teses publicadas por Programas de pós graduação *Stricto Sensu* brasileiros sobre Percepção Ambiental, publicadas no Banco de Teses da Capes, disponível no site

bancodeteses.capes.gov.br/, e em outros repositórios brasileiros de teses e dissertações, como o Domínio Público, de endereço eletrônico dominiopublico.gov.br/, o repositório da UFRN, disponível em repositorio.ufrn.br/jspui/, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, disponível em teses.usp.br/, entre outros bancos de publicações, pormenorizados mais adiante.

Os trabalhos que apresentaram Percepção Ambiental como título ou palavra-chave foram selecionados para análise.

3.3. ETAPAS DE PESQUISA

1ª Etapa: identificação dos PPG *Stricto Sensu* brasileiros que pesquisam sobre Percepção Ambiental, bem como a identificação de dissertações e teses que possuíam Percepção Ambiental no título ou como palavra-chave.

Os grupos de pesquisa foram identificados através do endereço eletrônico lattes.cnpq.br/web/dgp, digitando-se “Percepção ambiental” como palavra-chave. Já os trabalhos, conforme citado acima, foram identificados através de consulta aos diversos repositórios de universidades brasileiras, que será mais bem detalhado posteriormente.

2ª Etapa: Mapeamento da produção acadêmica acerca do tema Percepção Ambiental disponível no Banco de Teses da Capes e posterior construção de um Banco de Dados.

Para tal, fizemos uma leitura flutuante dos trabalhos, identificando aqueles que de fato se propuseram a investigar um determinado campo de estudo relacionado à temática da Percepção Ambiental. Entende-se por leitura flutuante o primeiro contato do pesquisador com o material que será analisado (BARDIN, 2011).

Em seguida, montamos um Banco de Dados (Apêndice), a fim de sistematizar as informações coletadas, contendo o nível do trabalho, a grande área ao qual pertence, a área, curso, nome do autor, título do trabalho, ano de defesa, nome do orientador, instituição, programa, unidade federativa, região geográfica, enfoque temático, corrente filosófica norteadora da pesquisa, enfoque metodológico adotado, órgão financiador da pesquisa, sujeitos envolvidos, instrumento de pesquisa utilizado, banco de publicação, local de realização da pesquisa, palavras-chave, autores básicos/conceitos fundamentais dos trabalhos e observações adicionais.

3ª Etapa: Análise crítica das principais características inseridas no Banco de Dados em questão.

Nossa pesquisa bibliográfica do tipo Estado da Arte buscou dar continuidade e ampliar um estudo defendido em 2009, que analisou a produção de teses e dissertações brasileiras cuja temática era a Percepção Ambiental, do período de 1988 a 2007 (VASCO; 2009). O estudo citado mostrou que, até 2007, as pesquisas em Percepção Ambiental eram em sua maioria realizada nos PPG de Ciências Humanas e Multidisciplinares, contrariando a expectativa inicial de que a maior parte dos estudos desta temática estaria centrada nos PPG em Ciências Biológicas, especialmente nos Cursos de Ecologia. Desta forma, concluiu-se que, no Brasil, a proposta do diálogo entre a natureza e a cultura alcançara um espaço crescente no estudo do ambiente.

Demos continuidade com a referente pesquisa ao analisarmos as produções de teses e dissertações brasileiras, dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* dos PPG em Percepção Ambiental, do período entre 2008 a 2015.

A pesquisa foi ampliada em dois aspectos: o primeiro foi no apontamento das correntes filosóficas que direcionam as pesquisas estudadas. O segundo buscou analisar se as Ciências Biológicas vêm conseguindo romper barreiras na tentativa estabelecer uma melhor comunicação com outras áreas do conhecimento, como a Psicologia; e de quais formas esta aproximação está ocorrendo. Tais observações ao longo do processo investigativo são importantes, uma vez que uma das principais críticas do presente trabalho se dá na aparente carência do diálogo das Ciências Biológicas com outras áreas do conhecimento, principalmente com as Ciências Humanas, onde a Psicologia está inserida.

3.4. AS PESQUISAS SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Caracterizaremos nesta parte do trabalho a produção acadêmica sobre PA nos PPG *Stricto Sensu* brasileiros, de universidades públicas e particulares, nas Grandes Áreas de Ciências Ambientais, Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Ciências Agrárias. Analisamos o número e distribuição dos trabalhos defendidos.

Na pesquisa feita no Diretório dos grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes/ CNPq, foram encontrados 100 grupos de PPG em percepção ambiental: 28 de Ciências Biológicas, 23 de Ciências Humanas, 28 de Ciências Sociais Aplicadas; 13 de Ciências Exatas e 8 de Ciências Agrárias.

No acesso aos bancos de teses, foi feita uma busca básica com a expressão “percepção ambiental”, sendo selecionados aqueles trabalhos que apresentavam o referente termo no título ou nas palavras-chave. Quando no título ou palavras-chave havia apenas a palavra “percepção”, o resumo era lido para verificar se o objeto do estudo tratava da temática ambiental. Caso sim, o trabalho também era selecionado e analisado. Apenas os trabalhos compreendidos entre 2008 e 2015 foram analisados.

Inicialmente, nossa pesquisa se resumiria à consulta ao Banco de Teses da Capes do mesmo modo que Vasco (2009), já que o mesmo abrange trabalhos das mais variadas instituições de ensino superior. Porém, no momento da coleta de dados, o banco abrigava apenas trabalhos de 2011 e 2012, sendo necessário que pesquisássemos em outro repositório de pesquisa geral, como o site Domínio Público. Similarmente, este endereço apenas abrigava trabalhos de 2009 e 2010. O site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, <http://bdtd.ibict.br/> também foi consultado, porém o mesmo encontrava-se em manutenção, não sendo possível concluir a pesquisa.

No Banco de Teses da Capes, 97 trabalhos foram selecionados. Destes, sete foram descartados, pois o trabalho na íntegra não foi encontrado, e outros 24 também foram descartados por envolverem temas ambientais que não diziam respeito à Percepção Ambiental. Já no site Domínio Público, 28 trabalhos foram encontrados, porém quatro foram descartados por não estarem disponíveis na íntegra.

Para que a pesquisa abrangesse todo o período proposto no projeto de pesquisa, tornou-se imperativo que pesquisássemos, além do Banco de Teses da Capes e Domínio Público, também os repositórios dos PPG identificados nos grupos de pesquisa encontrados no Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes/ CNPq.

Os 100 grupos de pesquisa em PA encontrados correspondiam a 61 universidades diferentes, entre públicas e particulares. Assim, a busca foi direcionada para o banco de teses de cada uma destas universidades, digitando-se no buscador Google (google.com.br) o termo “banco de teses + (nome da universidade)”. Nem todas as 61 universidades disponibilizam banco de teses online. Destas, tivemos acesso somente a 26 bancos de teses completos

(42,6%), isto é, com a plataforma de busca abrangendo todas as áreas de estudo e com trabalhos na íntegra. Estes repositórios estão expostos no gráfico 7.

Trinta e três por cento destas universidades com PPG em Percepção Ambiental, ou seja, vinte e duas, não possuem nenhum tipo de repositório digital. Cinco estavam com o site fora do ar ou com defeito, em outras cinco só era possível fazer buscas fragmentadas no site de cada departamento da universidade, não existindo um sistema de busca integrado de teses e dissertações. Em outras duas, o buscador não encontrou nenhuma produção para as palavras “percepção” e “ambiental”, e em uma o acesso disponibilizado era somente aos títulos dos trabalhos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados sobre Percepção Ambiental começam de uma visão ampla e vão se especializando. Eles estão organizados em 4 blocos: i) no primeiro são apresentadas as áreas de conhecimento que pesquisam sobre percepção ambiental no Brasil; ii) no segundo são apresentadas as produções de teses e dissertações, iii) no terceiro são focalizadas as pesquisas nas áreas de Ciências Biológicas e Ciências Humanas e por fim iv) no quarto são destacadas as produções em Ciências Biológicas e Psicologia.

4.1. AS ÁREAS DO CONHECIMENTO QUE PESQUISAM SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

No Brasil, a Percepção Ambiental é estudada por diversas áreas do conhecimento, como Ciências Ambientais, Humanas, Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e Ciências Agrárias.

De um modo geral, a maior produção de pesquisas em PA identificadas entre 2008 e 2015 foram nas áreas de Ciências Ambientais, com 57 trabalhos (30,3%) e Ciências Humanas, com 55 produções (29,2%). Ciências Biológicas vem em terceiro lugar com 40 trabalhos (21,3%), conforme apresentado no gráfico 1.

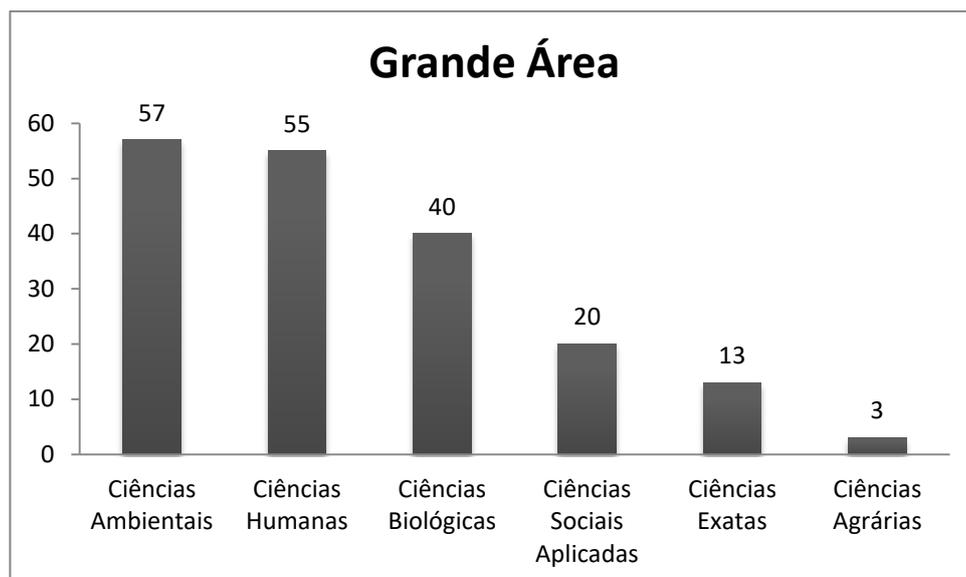


Gráfico 1 Produção sobre tema "PA" nos PPG das Grandes Áreas identificadas no período entre 2008 a 2015

Porém, em relação à área, o maior número de trabalhos encontrados foi na área Multidisciplinar, pertencente à Grande Área de Ciências Ambientais, e na área de Ciências Biológicas, com 40 trabalhos cada, ou seja, 21% (Gráfico 2). Logo depois, vem a área de Geografia, com 38 trabalhos (20%). A área Psicologia foi representada por apenas 6 trabalhos (3,2%).

Chama atenção a quantidade de trabalhos produzida pela área de Geografia. A geografia humanista no Brasil tem investigado bastante a área de percepção ambiental. Y. F. Tuan, criador do conceito de topofilia, é frequentemente citado nos trabalhos de geografia que investigam a PA. Livia de Oliveira⁵, geógrafa brasileira, também é referência no estudo de PA, sendo uma das pioneiras no estudo da Percepção Ambiental na área de Geografia. Além disso, trabalhos de outras grandes áreas, como Ciências Ambientais, Biológicas, Ciências Exatas, Sociais Aplicadas e áreas como Educação também utilizam a geografia humanista como pilares do seu trabalho. Vasco (2009), analisando a produção de PA de 1988 a 2007, apontou que 44% de toda a produção encontrada em PA pertenciam à área de Geografia.

⁵ A classificação das correntes identificadas nos trabalhos analisados em Estruturalista ou Fenomenológica, e que norteia nosso estudo, foram inspiradas em sua obra "Percepção Ambiental: a experiência brasileira", (1999) em parceria com o arquiteto Vicente del Rio, que até hoje é referência nos estudos em PA.

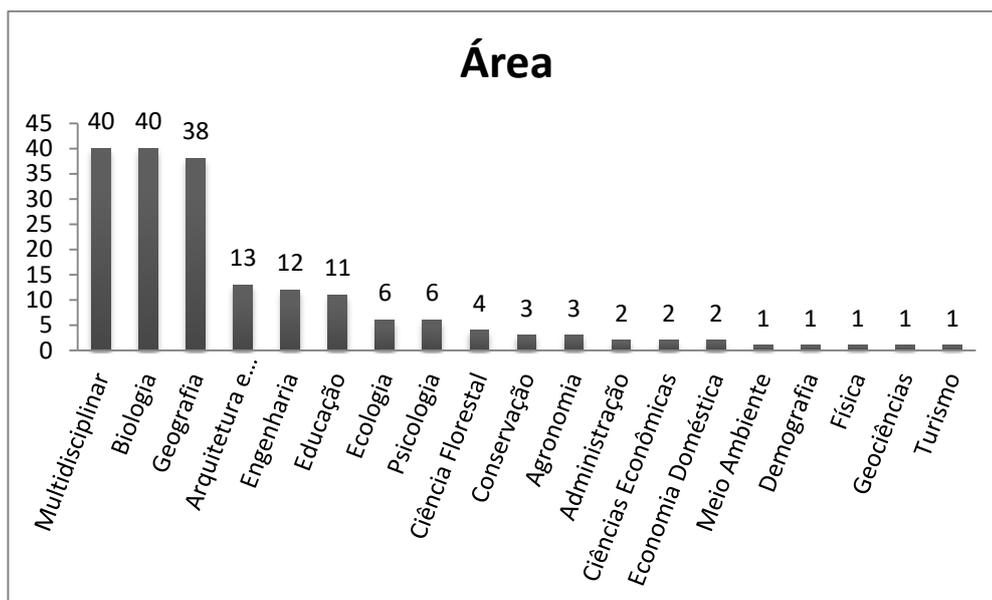


Gráfico 2 Produção sobre o tema “PA” nos PPG das áreas identificadas, no período entre 2008 e 2015

Conforme o gráfico 3, a produção em relação ao ano de defesa foi maior em 2011, com 45 trabalhos (24%) e 2012, com 43 trabalhos (23%). Em seguida, a de 2009, com 30 trabalhos (16%) e 2010, com 23 trabalhos (12%). Como no banco de teses da Capes só foram encontrados trabalhos datados entre 2011 e 2012, e no banco de teses do Domínio Público entre 2009 e 2010, tal fato poderia justificar a maior ocorrência de trabalhos encontrados neste período.

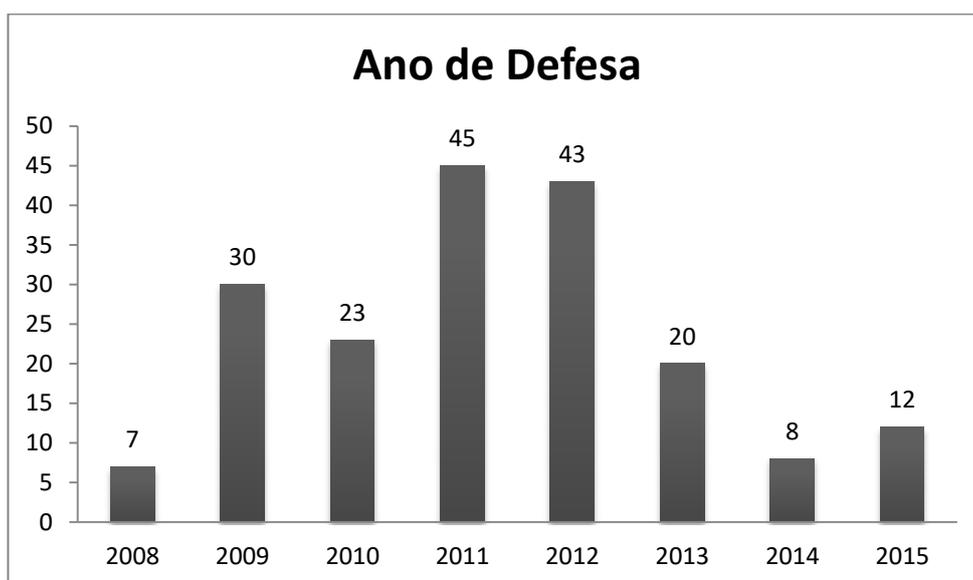


Gráfico 3 Quantidade de trabalhos por ano de defesa produzidos nos PPG em PA entre 2008 a 2015

Quanto à distribuição das produções, de acordo com o gráfico 4, São Paulo foi o estado que liderou, com 35 trabalhos no total (18,6%), seguido por Rio Grande do Norte, com 30 (16%), e Rio Grande do Sul, com 21 trabalhos (11%).

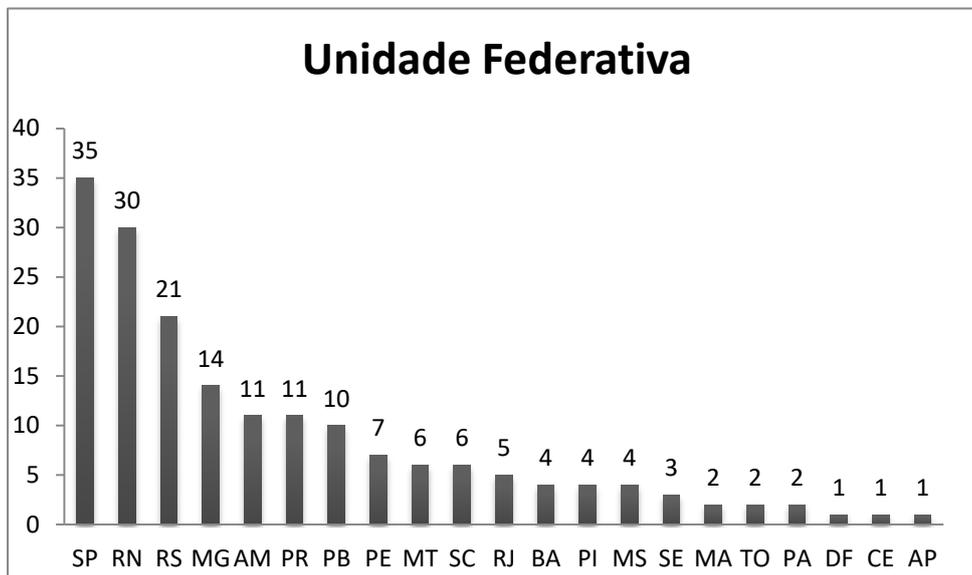


Gráfico 4 Distribuição de trabalhos por unidade federativa produzidos nos PPG em PA entre 2008 a 2015

Porém, ao contrário do que se poderia supor, uma vez que São Paulo pertence à região Sudeste, foi a região Nordeste que apresentou maior quantidade de trabalhos, com 57 produções (30,3%), vindo a região Sudeste logo em seguida, com 54 trabalhos (29%), conforme gráficos 5 e 6. Isto pode estar atrelado ao fato da UFRN, responsável por 28 das produções aqui analisadas, ter um banco de teses completo e atualizado, com ferramentas de buscas eficientes.

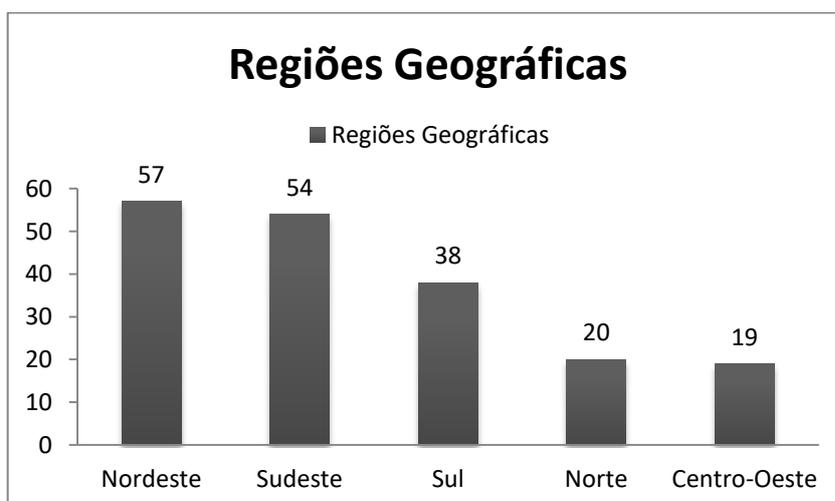


Gráfico 5 Distribuição da produção dos PPG em PA nas regiões brasileiras entre 2008 a 2015

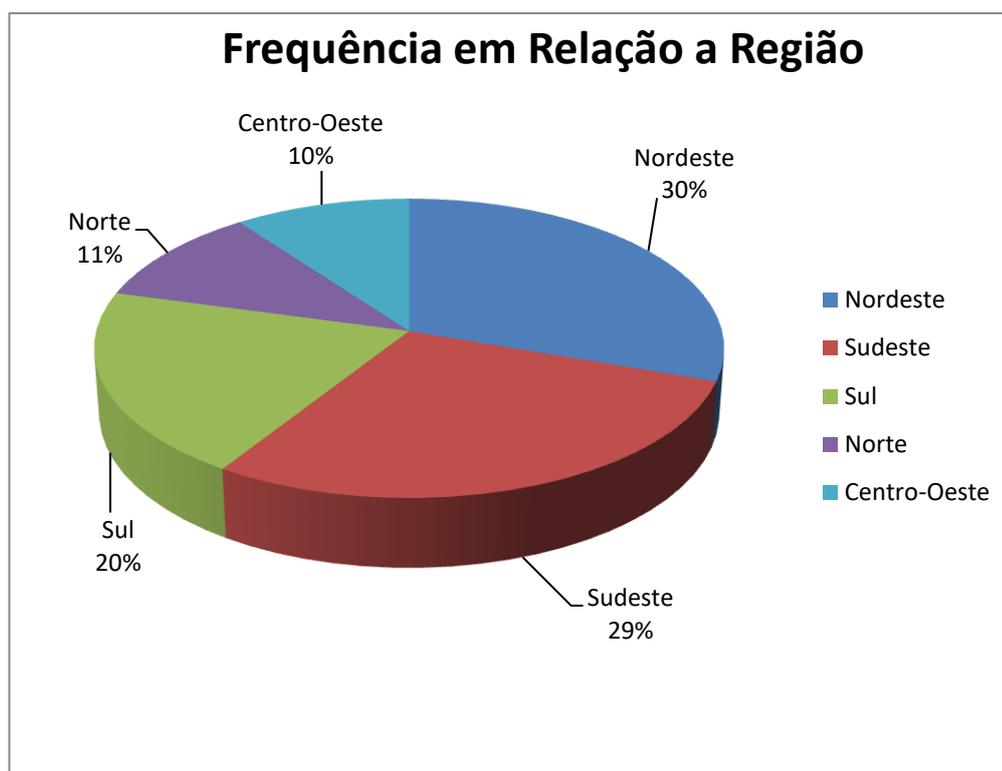


Gráfico 6 Frequência de distribuição da produção dos PPG em PA nas regiões brasileiras entre 2008 a 2015

Os quadros 1 e 2 listam a produção acadêmica nas grandes áreas de pesquisa, por região brasileira e universidades, em nível de doutorado e mestrado, respectivamente. A seguir uma listagem das siglas / universidades.

PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana (BA)
UEM	Universidade Estadual de Maringá (PR)
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR)
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (BA)
UFAM	Universidade Federal do Amazonas (AM)
UFBA	Universidade Federal da Bahia (BA)
UFC	Universidade Federal do Ceará (CE)
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande (PB)
UFF	Universidade Federal Fluminense (RJ)
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora (MG)

UFLA	Universidade Federal de Lavras (MG)
UFMA	Universidade Federal do Maranhão (MA)
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso(MT)
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto (MG)
UFPA	Universidade Federal do Pará (PA)
UFPB	Universidade Federal da Paraíba (PB)
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco (PE)
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas (RS)
UFPI	Universidade Federal de PiauÍ (PI)
UFPR	Universidade Federal do Paraná (PR)
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS)
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN)
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco (PE)
UFS	Universidade Federal de Sergipe (SE)
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina (SC)
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria (RS)
UFT	Universidade Federal do Tocantins (TO)
UFV	Universidade Federal de Viçosa (MG)
UnB	Universidade Federal de Brasília (DF)
UNEC	Centro Universitário de Caratinga (MG)
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso (MT)
UNESP	Universidade Estadual Paulista (SP)
UNIARA	Centro Universitário de Araraquara (SP)
UNIDERP	Universidade para O Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (MS)
UNIEVANGÉLICA	Centro Universitário de Anápolis (GO)
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros (MG)
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS)
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina (SC)
UNITAU	Universidade de Taubaté (SP)
UNIVALI	Universidade do Vale do ItajaÍ (SC)
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville (SC)
URI	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (RS)
USP	Universidade de São Paulo (SP)

Merece destaque na região Sudeste, a USP, com 13 dissertações sobre PA, na região Norte, a UFAM, com dez dissertações, e na região Nordeste a UFRN, com cinco teses e 25 dissertações sobre PA.

Quadro 1 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, nas Grandes Áreas de pesquisa, junto aos cursos de Doutorado, por região brasileira entre 2008 a 2015

Região	Universidade	Total por universidade	Total por região
Sul	UFRGS	1	5
	Unisinios	2	
	UFSC	1	
	UFPR	1	
Sudeste	Unesp	3	14
	USP	3	
	UFRJ	1	
	Unicamp	3	
	Fiocruz	1	
	UFU	1	
	UFSCAR	2	
Centro-Oeste	UFG	2	2
Nordeste	UFRN	5	6
	UFCE	1	
TOTAL			27

Quadro 2 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, nas Grandes Áreas de pesquisa, junto aos cursos de Mestrado, por região brasileira entre 2008 a 2015

Região	Universidade	Total por universidade	Total por região
Sul	FURB	1	32
	FURG	1	
	PUC-PR	1	
	PUCRS	1	
	UEL	1	
	UEM	1	
	UEPG	1	
	UFPEL	3	
	UFPR	6	
	UFRGS	6	
	UFSC	1	
	UFSM	5	
	Unisul	1	
	UNIVALI	1	
	Univille	1	
URI	1		
Sudeste	Fiocruz	1	
	IPEN	1	
	PUC Minas	1	
	UFF	1	
	UFJF	2	
	UFLA	1	
	UFMG	2	

	UFOP	1	41
	UFRJ	1	
	UFSCAR	1	
	UFU	2	
	UFV	1	
	UNEC	3	
	Unesp	3	
	UNIARA	1	
	Unimontes	1	
	Unitau	5	
	USP	13	
Norte	INPE	1	20
	UFAM	10	
	UFPA	2	
	UFPI	4	
	UFT	2	
	Unifap	1	
Centro-Oeste	Anhanguera –UNIDERP	1	17
	PUC-GO	1	
	UFG	3	
	UFMS	3	
	UFMT	2	
	UnB	1	
	UNEMAT	4	
	UniEvangélica	2	
Nordeste	UEFS	1	51
	UFBA	3	
	UFC	1	
	UFCG	5	
	UFMA	2	
	UFPB	4	
	UFPE	3	
	UFRN	25	
	UFRPE	4	
	UFS	3	
TOTAL			161

O quadro 3 compara a produção dos trabalhos, por região brasileira, encontrados por Vasco (2009) e no trabalho atual. A representação gráfica da oscilação representa a mudança da frequência da produção de trabalhos de hoje em relação a 2009. Quanto mais inclinada a seta, maior a mudança no número de produções. A seta totalmente na vertical representa o dobro de produção em relação a 2009.

Quadro 3 Comparação da Quantidade e frequência de trabalhos de Vasco (2009) e o atual, por região geográfica

Região	Números e frequências de trabalhos realizados por região geográfica				
	Vasco (2009)		Representação gráfica da oscilação	Alves (2016)	
	Quantidade	Frequência		Quantidade	Frequência
Sudeste	71	45,8%		54	28,7%
Sul	39	25%		38	20,2%
Nordeste	23	14,8%		57	30,3%
Centro-Oeste	15	9,7%		19	10,1%
Norte	7	4,5%		20	10,6%
TOTAL	155	100%		188	100%

Conforme vemos, a produção da região Sudeste teve uma queda aproximada de 17%, e a região Sul diminuiu sua produção em 5%. A região Norte e Nordeste dobrou o número de trabalhos produzidos, e a região Centro-Oeste manteve a frequência de publicação.

Podemos notar com esses dados que, ao longo do tempo, a produção em PA foi diluída, da região Sul/ Sudeste para a região Norte/ Nordeste.

Além disso, Vasco (*op.cit*) encontrou 155 produções sobre PA de 1988 a 2007, ou seja, durante 19 anos a produção encontrada foi menor do que a quantidade encontrada no período de sete anos, de 2008 a 2015, com 188 trabalhos. A média de trabalhos por ano encontrada por Vasco foi de 8 por ano, enquanto a média encontrada atualmente saltou para 27 trabalhos por ano. Estes números poderiam ser bem maiores se todos os PPG brasileiros realmente se comprometessem em digitalizar e tornar disponível todas as suas produções na web.

Não é difícil concluir que o aumento exponencial do número de trabalhos por ano deve-se ao acesso facilitado à informação, causado pela popularização da Internet, e pelo hábito crescente da sociedade ocidental, de maneira geral, de buscar informação de qualquer natureza por meio da web. Apesar da sociedade brasileira ainda ter uma porcentagem muito grande de excluídos digitais, em torno de 50% (IBGE, 2015), o acesso à internet contribuiu significativamente para o aumento da produção científica em nosso país.

A existência da Lei de Acesso à Informação, nº 12.527 do ano de 2011, ao dispor que a divulgação da informação deve ser máxima, sendo o acesso a regra e o sigilo, a exceção, pode também ter contribuído para o aumento da divulgação destes trabalhos, principalmente a partir de 2011.

O gráfico 7 apresenta a quantidade de trabalhos publicados em cada banco de publicação. O banco de teses da Capes foi responsável pelo acesso a 66 trabalhos coletados, correspondendo a 35% do total de trabalhos analisados. Em segundo lugar, o repositório da UFRN respondeu por 28 trabalhos, equivalente a 15% do total. Na sequência, o Domínio Público foi responsável por 24 trabalhos, ou seja, 13% do total das produções. A categoria “Outros” engloba aqueles repositórios em que foi encontrado apenas um trabalho. São eles: PUC Minas, UFPA, UFPB, UFSC, UFT, UFRPE, FURB e UEL.

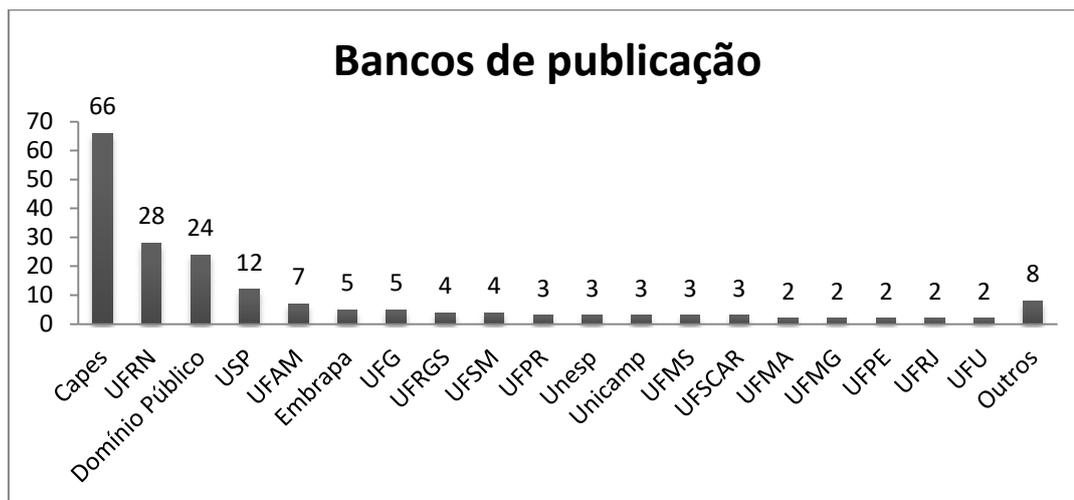


Gráfico 7 Quantidade de trabalhos sobre PA de acordo com o banco de publicação entre 2008 a 2015

Conforme já comentado, o banco de teses da Capes apresentou apenas trabalhos oriundos de 2011 e 2012, enquanto o Domínio Público, de 2009 e 2010. O repositório da UFRN, como já citado, está, até o momento, atualizado e com ferramentas de buscas eficientes.

A dificuldade encontrada durante a coleta de dados da pesquisa foi a de encontrar repositórios atualizados e com ferramentas de buscas claras. O número de teses e dissertações sobre PA pode ser bem maior do que o registrado neste trabalho, visto que, infelizmente, a maioria dos bancos de teses e dissertações está em um nível bem abaixo do ideal, principalmente no que diz respeito às atualizações. Isto vai de encontro à exigência da própria Capes/ CNPq, que tem o dever cumprir e exigir das universidades a implementação da Lei de Acesso à Informação, nº 12.527/ 2011, explicada anteriormente. Portanto, não podemos afirmar, por exemplo, que a UFRN é a universidade que mais publica trabalhos sobre PA, mas com certeza é a que melhor divulga.

4.2. PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES

No presente trabalho, foram identificadas 27 teses de doutorado e 161 dissertações de mestrado sobre Percepção Ambiental, de 2008 a 2015, conforme o gráfico 8. O número de teses é quase seis vezes menor que o número de dissertações publicadas. Os PPG em Percepção Ambiental podem investir mais em pesquisa em nível de doutorado, já que tais trabalhos permitem maior debruçamento no estudo da Percepção Ambiental, devido ao maior tempo disponível para a conclusão da pesquisa.

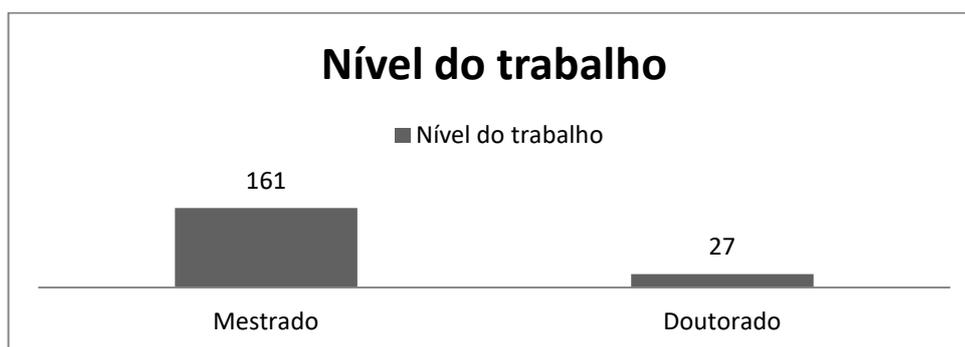


Gráfico 8 Distribuição da produção dos PPG em PA quanto ao nível de Mestrado e Doutorado entre 2008 a 2015

O gráfico 9 mostra a distribuição da produção sobre PA ao longo dos anos, de 2008 a 2015, de teses e dissertações. Conforme mencionado anteriormente, é possível que o maior número de produções entre 2011 e 2012, seguido pelas produções entre 2009 e 2010 tenham relação com o fato de o banco de teses da Capes e o Domínio Público só disponibilizarem trabalhos nestes períodos, respectivamente.

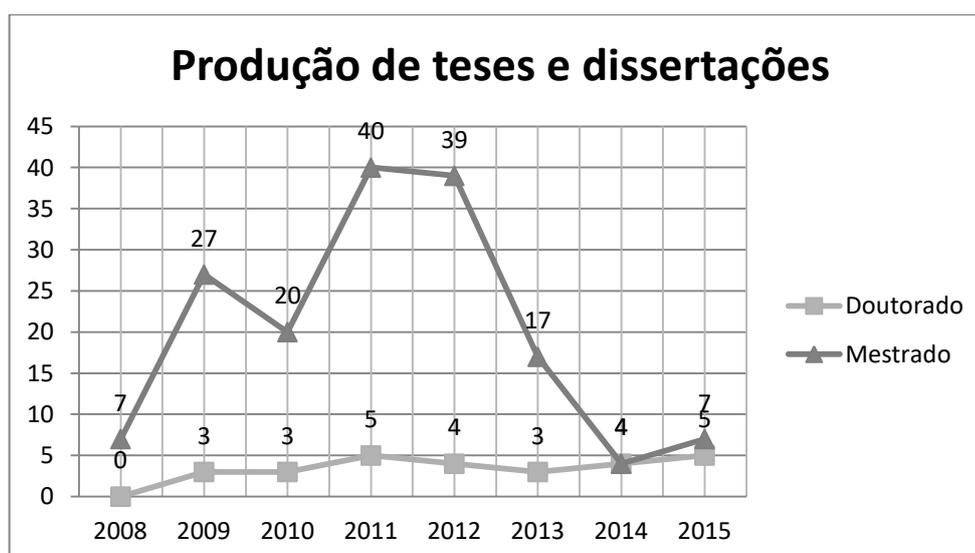


Gráfico 9 Distribuição da produção de teses e dissertações sobre PA nos PPG em PA entre 2008 a 2015

A maior produção nos cursos de Doutorado é liderada pela Grande Área de Ciências Humanas, com 12 trabalhos (44,4%), seguido da Grande Área de Ciências Biológicas, com 7 trabalhos (26%), de acordo com o quadro 4. No trabalho de Vasco (2009), a grande área de Ciências Sociais Aplicadas liderou os trabalhos em nível de Doutorado, seguido por Ciências Biológicas. Podemos perceber, então, que as Ciências Humanas aumentaram sua produção de teses entre 2008 a 2015 em relação entre o período de 1998 a 2007.

Já em nível de mestrado, a maior produção foi liderada pela Grande Área de Ciências Ambientais, com 53 trabalhos (33%), seguida pela Grande Área de Ciências Humanas, com 43 trabalhos (26,7%), conforme o quadro 5. Já no trabalho de Vasco (*op.cit*), o maior número de dissertações foi na área de Ciências Humanas, seguido por Ciências Sociais Aplicadas. Assim, foi marcante a maior participação da Grande Área de Ciências Ambientais na produção de dissertações sobre PA a partir de 2008, em relação ao período de 1988 a 2007. Cabe lembrar que no trabalho de Vasco (2009), os trabalhos que aqui elencamos como Ciências Ambientais foram categorizados dentro das Ciências Agrárias.

Quadro 4 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental nas Grandes Áreas de pesquisa, nos cursos de Doutorado, no período de 2008 a 2015

Grande Área	Curso	Universidade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL	
Ciências Ambientais	Conservação de Ecossistemas Florestais	USP						1			1	
	Multidisciplinar	UFG			1						1	
		UFG							1			1
Total C. Ambientais											3	
Ciências Humanas	Análise Ambiental	UFRGS					1				1	
	Geografia	Unesp				1					1	
	Geografia e Gestão do Território	UFU							1		1	
	Geografia Física	USP						2			2	
	Organização do Espaço	Unesp			1						1	
	Produção e Transformação do espaço urbano e regional	UFPR					1				1	
	Psicologia Ambiental	UFRN			1	1						2
		UFSC									1	1
	Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social	UFRJ		1								1
	Saneamento Ambiental	Unesp				1						1
Total C. Humanas											12	
Ciências	Conservação	Unisinos				1	1				2	

Biológicas	Saúde Pública	Fiocruz				1					1
	Biociências	UFRN							1	1	2
	Ecologia	UFSCAR		2							2
Total C. Biológicas											7
Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura e Urbanismo	UFRN							1		1
	Arquitetura, Tecnologia e Cidade	Unicamp								2	2
	Demografia	Unicamp								1	1
Total C. S. Aplicadas											4
Ciências Exatas	Irrigação e Drenagem	UFMG					1				1
Total C. Exatas											1
TOTAL			0	3	3	5	4	3	4	5	27

Quadro 5 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental nas Grandes Áreas de pesquisa, nos cursos de Mestrado entre 2008 a 2015

Grande Área	Curso	Universidade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL	
Ciências Ambientais	Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável	UFPI	1								1	
	Ciência Ambiental	USP						1			1	
	Ciência Florestal	UFRPE			1							1
		UFRPE				1						1
		UFLA			1							1
	Conservação	UFPB				1					1	
	Conservação e Desenvolvimento Socioambiental	USP					1				1	
	Conservação de Recursos Naturais	UFAM				1						1
		UFAM				1						1
	Desenvolvimento Regional	UFS			1						1	
	Ecologia Aplicada	USP				1	1	1				3
		UFJF			1	1						2
	Ecologia e Conservação	URI					2					2
	Ecologia e Manejo dos Recursos Florestais	UFMG				1						1
	Ecologia e Produção Sustentável	PUC-GO					1					1
	Educação	UNEMAT				3						3
		UFRN				1						1
	Educação Ambiental	UFF		1								1
	Estratégias da Sociedade para Desenvolvimento Sustentável	UFT		1								1
	Geociências	UFRGS								1		1
Gestão Ambiental	UFS				1						1	
Gestão e Política Ambiental	UFAM		1			1	1				3	
Meio Ambiente e	UNEC			1							1	

	Psicologia Ambiental	UFRN	1							1		
	Psicologia Cognitiva	UFPE					1			1		
	Sociedade e Meio Ambiente	UFSM		1						1		
	Teoria, Ensino e Aprendizagem da Arte	USP			1					1		
	Território e Cultura na Amazônia	UFAM			1		1			2		
Total C. Humanas										43		
Ciências Biológicas	Biociências	UFRN		1		2	3	1	1	2	10	
	Biodiversidade	UFT				1					1	
		UFPI		1	1	1					3	
	Ciências Marinhas Tropicais	UFC					1				1	
	Ecologia	UFCG						1				1
		UFPA					1	1				2
		UFPB								1		1
		USP		1	1				1			3
	Educação	Univille						1				1
		UFRN		1	1	1			1			4
	Epidemiologia	UFMG			1						1	
	Geoquímica	UFRN						1			1	
Oceanografia Saúde Pública	USP						1				2	
	Fiocruz					1					1	
Zoologia	UFRN						1			1		
Total C. Biológicas										33		
Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura	UFMG					1				1	
		UFRGS		1							1	
	Arquitetura e Urbanismo	UFPEL			1	1					2	
		UFRN				1	1		1		3	
	Ciências Econômicas	UFRGS		1			1				2	
	Gestão ambiental	PUC-PR				1					1	
	Paisagem e Ambiente	USP			1						1	
	Planejamento Urbano e Regional	UFRGS						1			1	
Políticas Públicas	UFRPE		1			1				2		
Turismo	UNIVALI					1					1	
	UFRN						1				1	
Total C. S. Aplicadas										16		
Ciências Exatas	Engenharia Ambiental	UFOP				1					1	
		UFG							1		1	
	Engenharia Civil	UFRGS		1							1	
	Engenharia Civil e Ambiental	UEFS			1						1	
	Engenharia de Produção	UFRN		1							1	
	Engenharia Florestal	UFPR	1	1		1	1				4	
	Física Ambiental	UFMT		1							1	
	Irrigação e Drenagem	UFCG					1				1	
Produção e Gestão do Ambiente Construído	UFBA		1		1					2		

Total C. Exatas											13
Ciências Agrárias	Agronomia	UFPEL				1					1
	Climatologia	UFSC					1				1
	Agroecologia	UFSCAR					1				1
Total C. Agrárias											3
TOTAL			7	27	19	41	39	17	4	7	161

No gráfico 10, é demonstrado o enfoque metodológico das pesquisas. Cento e um trabalhos (53,7%) possuem o enfoque qualitativo, 75 o quanti-qualitativo (40%), e nove possuem enfoque quantitativo (4,8%).

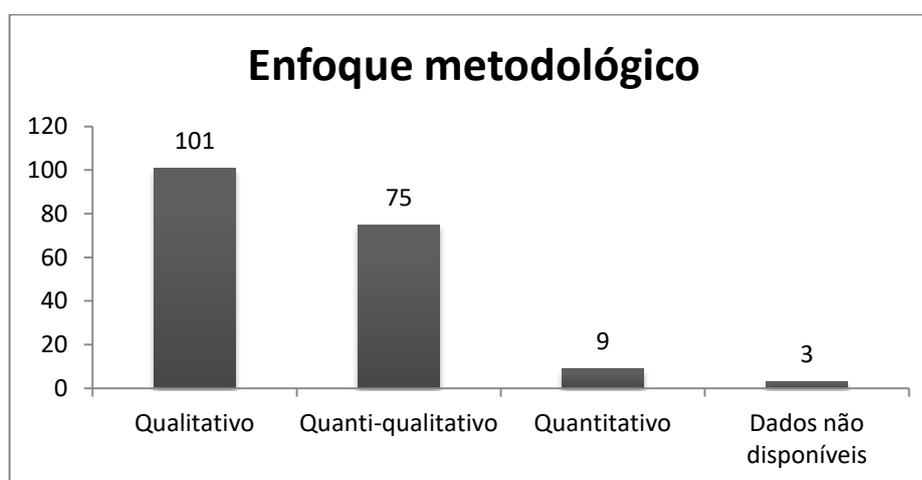


Gráfico 10 Distribuição das teses e dissertações produzidas nos PPG em PA, de acordo com o enfoque metodológico entre 2008 a 2015

Segundo Patton (2002), a pesquisa qualitativa demanda compreensão dos dados, ao considerar que as atitudes e maneiras de pensar de uma pessoa dependem das suas percepções, sentimentos e valores, que precisam ter seu significado interpretado.

Na pesquisa qualitativa, o homem é ao mesmo tempo sujeito e objeto da investigação, não sendo possível a separação sujeito/objeto encontrada na pesquisa quantitativa (SANTOS FILHO, 2001). Por este motivo, a escolha do método qualitativo é comum nos trabalhos sobre PA.

A escolha do método quanti-qualitativo também foi considerável. Segundo Santos Filho (*op. cit.*), a complementaridade entre o método qualitativo e quantitativo é considerada por muitos autores como fundamental. A união dos dois métodos amplia e aprofunda as possibilidades de análise dos fenômenos estudados (RATIU, 2003 *apud* GUNTHER, 2004). Como lembra Richardson (2012), os aspectos qualitativos de uma pesquisa podem surgir até mesmo dos dados obtidos por métodos quantitativos, como ocorre nesta pesquisa.

Segundo Serapioni (2000) os métodos quantitativos são fortes em termos de validade externa, isto é, os resultados são generalizáveis para o conjunto da comunidade, enquanto os métodos qualitativos possuem alta validade interna, ou seja, focalizam as particularidades e especificidades dos grupos sociais estudados.

Nos gráficos 11 e 12, é demonstrada a distribuição dos trabalhos em relação aos órgãos de fomento. Os órgãos que mais apoiam as pesquisas são a Capes, fomentando 43 trabalhos (23%) e CNPq, com 12 trabalhos (6,4%). A categoria “Outros” englobou os órgãos de fomento que financiaram apenas uma pesquisa. São eles: FUNCAP, Embrapa, FAPEG, FAPERN, FAPESB, FAPESPA, FIOCRUZ, FUNADESP, Fundação Araucária, FUNDECT, INPA, Programa Erasmus Mundus, SEDUC-SP, SEDUC-PA, Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico e UESB.

Oitenta e seis trabalhos não citam o órgão de fomento, o que nos leva a crer que provavelmente estes trabalhos não foram oficialmente financiados. Se somarmos a estes 86 trabalhos os oito que afirmaram não possuir ajuda financeira, chegaremos a exatos 50% do conjunto de teses e dissertações coletadas sem apoio de órgão de fomento. Isto nos leva a refletir o quanto é importante o apoio de instituições financeiras para o avanço da ciência no Brasil, e até que ponto este avanço é dificultado por falta de maior apoio financeiro nas pesquisas.

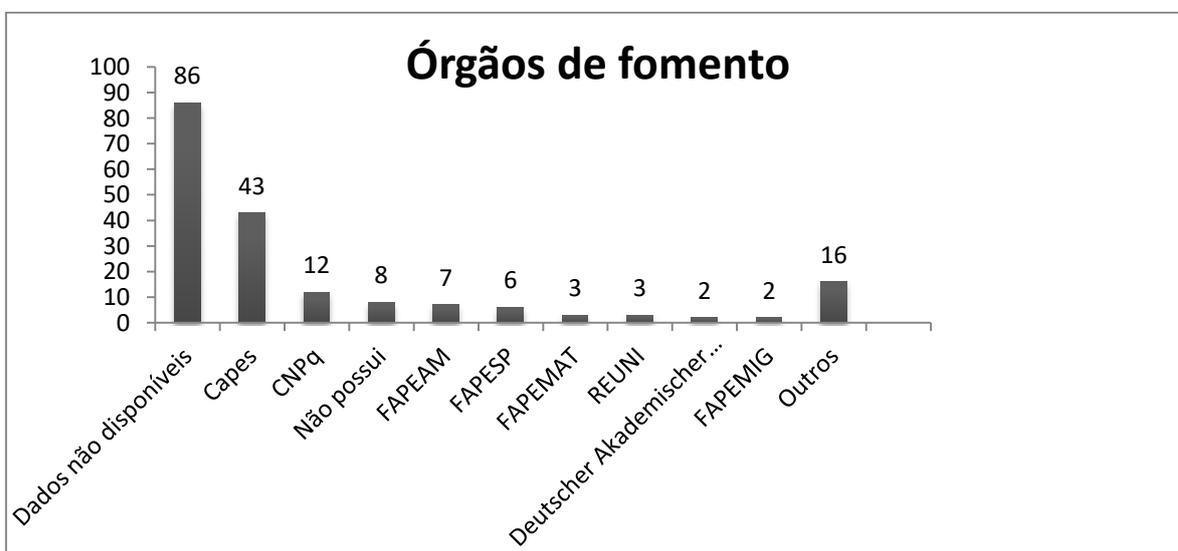


Gráfico 11 Órgãos de fomento das pesquisas produzidas nos PPG em PA entre 2008 a 2015

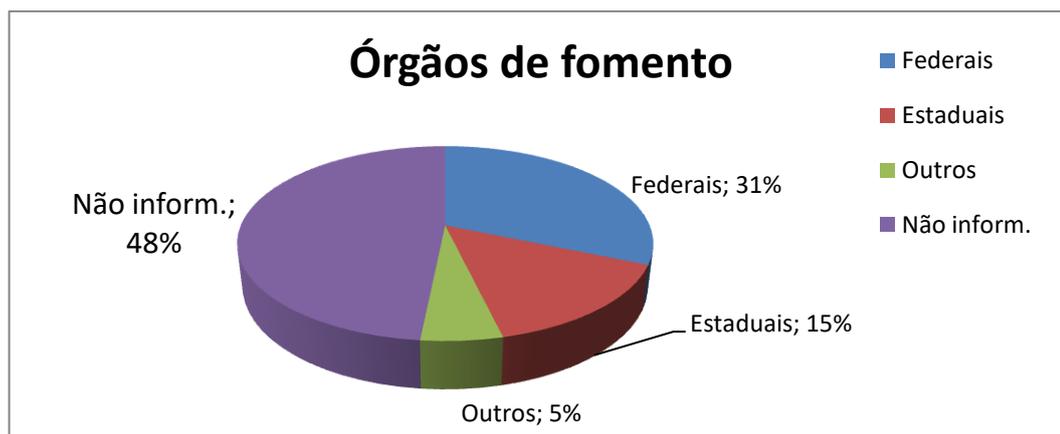


Gráfico 12 Distribuição da produção dos PPG em PA de acordo com os órgãos de fomento entre 2008 a 2015

De acordo com o gráfico 13, cerca de 147 trabalhos (78%) possuem a corrente estruturalista como norteadora da sua pesquisa. Este número supera em quase quatro vezes a quantidade de pesquisas fenomenológicas, representadas por 36 trabalhos (19%), declarados ou não como fenomenológicos.

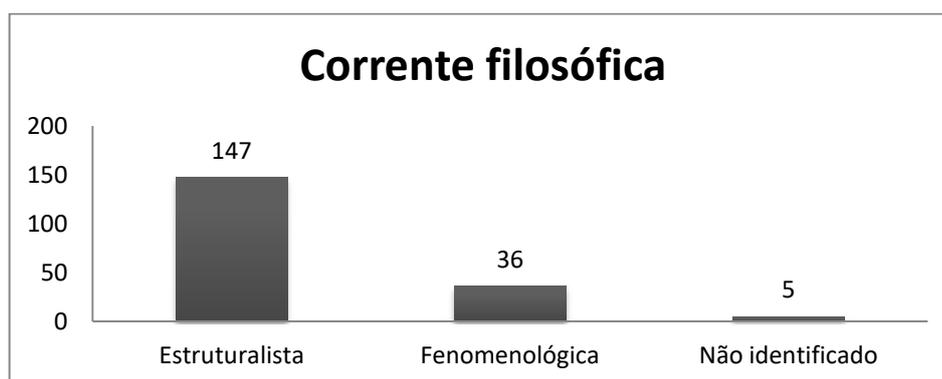


Gráfico 13 Número de produção dos PPG em PA de acordo com a corrente filosófica entre período de 2008 a 2015

Com os dados expostos no gráfico anterior, podemos notar que as pesquisas em percepção ambiental no Brasil ainda possuem um forte viés positivista, próprio da corrente estruturalista, onde se admite relações de causa e efeito (DEL RIO & OLIVEIRA, 1999). Tal visão, muitas vezes, pode levar à redução de uma hipótese, ao mascaramento de um possível novo modo de pensar de determinado grupo social, entre outros exemplos.

Por outro lado, não podemos desprezar a contribuição dos trabalhos fenomenológicos, que tem como objetivo apreender o sentido originário de determinado fenômeno, sem se basear apenas no que é visto ou falado, mas principalmente no que é interpretado.

Dos 36 trabalhos de caráter fenomenológico, 10 deles foram publicados entre 2009 e 2010, e 20 deles foram publicados entre 2011 e 2012. Talvez este número de publicações não tenha sido tão expressivo nos outros anos do período analisado pelo fato dos principais bancos de teses e dissertações – Domínio Público e Capes – só terem disponíveis, durante o levantamento bibliográfico, trabalhos entre 2009 e 2012, conforme mencionado anteriormente. Ainda assim, percebemos um salto de dez trabalhos entre 2009 e 2010 para vinte entre 2011 e 2012, o que pode ser um indicativo de que a proposta fenomenológica esteja aos poucos se tornando mais popular.

Dentre as pesquisas de caráter fenomenológico, somente 8,3% delas correspondem às Ciências Biológicas. Isso pode indicar uma possível resistência das Ciências Biológicas a posturas epistemológicas diferentes da racionalista, ou um simples desconhecimento da existência de vertentes desta natureza. As Ciências Humanas respondem por 58,3% das pesquisas de corrente fenomenológica. Somente a área de Geografia corresponde a nada menos que 39% do total das pesquisas fenomenológicas encontradas.

Na nossa pesquisa, cinco dos trabalhos com postura fenomenológica utilizam a análise de conteúdo, apesar de julgarmos que a análise do discurso seria mais apropriada para este tipo de abordagem (CARVALHO, 2012; FIGUEIREDO, 2011; OLIVEIRA, 2013; PACHECO, 2009; RIBEIRO FILHO, 2012). Dois dos trabalhos com postura fenomenológica utilizam a análise do discurso (FRASSON, 2011; RIBEIRO, 2009), e um terceiro critica a análise de conteúdo (COSTA, 2011).

Cabe frisar que os trabalhos classificados como estruturalistas não perdem sua relevância nem sua qualidade. Também não podemos concluir que os trabalhos com abordagem fenomenológica sejam “superiores” aos da abordagem estruturalista. Como ilustração, nenhum dos trabalhos de Ciências Biológicas que classificamos como estruturalista se intitula como tal. Assim, podemos inferir que esta “preferência” pela corrente estruturalista não seja de fato uma escolha, mas sim a única opção, uma vez que podem desconhecer a corrente fenomenológica de pesquisa. Da mesma maneira, o pouco uso da técnica de análise do discurso, em comparação à técnica de análise de conteúdo, pode ser atribuído simplesmente ao desconhecimento de sua existência.

Conforme lembrado por Caregnato e Mutti (2006), não existe um tipo de análise melhor ou pior, mas é importante o pesquisador ter consciência dos tipos de análises nas pesquisas qualitativas, para escolher com responsabilidade e conhecimento o método de sua

preferência. Uma vez que sabemos que a neutralidade absoluta é inalcançável, qualquer postura epistemológica adotada carregará, consciente ou inconscientemente, a visão de mundo e os compromissos éticos do pesquisador (PACHECO, 2009).

Dos 188 trabalhos analisados, 10,6%, ou seja, 20 trabalhos, provêm de universidades particulares, como mostra o gráfico 14. Embora pequena, tal quantidade não é desprezível, devendo ser considerada com a mesma seriedade que aqueles realizados em instituições públicas.

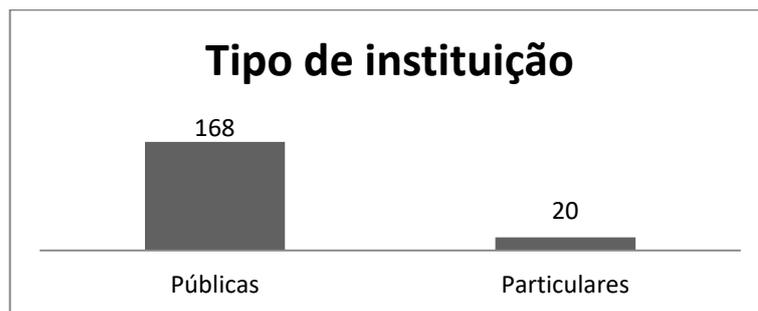


Gráfico 14 Origem das instituições da produção dos PPG em PA entre 2008 a 2015

De maneira geral, todos os trabalhos foram eficazes em relação ao objetivo de investigar alguma questão ambiental. Todos os resultados alcançados foram relevantes para a melhor compreensão dos problemas em que se propuseram a estudar.

As pesquisas nas grandes áreas variaram muito em sua natureza. Durante a análise dos trabalhos, notamos que muitos não veem como necessário o domínio da conceituação de percepção ambiental para fazer um trabalho sobre o tema. Trabalhos com ausência de definição, ou a mesma resumida em uma frase ou parágrafo eram comuns. Analisamos um trabalho em que a PA era medida, nas categorias alta ou baixa, outro em que ela era entendida como algo a ser desenvolvido no ser humano (vide Apêndice em “Observações”).

As técnicas de pesquisa também nem sempre se mostraram apropriadas para um estudo em PA. Utilizou-se, por exemplo, grupo controle e grupo experimental. Certo trabalho utilizou Índice de Felicidade Interna Bruta para “medir” a Percepção Ambiental de determinada população.

Foi também observada certa confusão de conceitos, principalmente em relação à corrente filosófica norteadora da pesquisa. Apesar de alguns autores utilizarem referências fenomenológicas, como Merleau-Ponty, a natureza do texto era estruturalista. Melhor dizendo, por muitas vezes empregava-se na conceituação de PA o viés fenomenológico, mas a abordagem metodológica era estruturalista.

Muitos trabalhos adotaram a corrente fenomenológica de maneira inconsciente, sem mencionar o crivo filosófico no qual estavam inseridos. Conforme citado, Caregnato & Mutti (2006) ressaltam a importância em se ter consciência da postura filosófica adotada na pesquisa, para escolher com responsabilidade e conhecimento a linha epistemológica de sua preferência, uma vez que nela está embutida a visão de mundo do pesquisador (PACHECO, 2009).

Outro trabalho demonstra domínio sobre a temática da Percepção Ambiental, porém, na descrição da prática da coleta de dados, também reduziu a pesquisa a simples levantamento de concepções.

Por outro lado, houve alguns trabalhos em que a discussão sobre PA foi contundente e aprofundada. Certo trabalho em Ciências Biológicas criticou o termo “desenvolvimento sustentável”, um de Ciências Ambientais fez crítica ao termo “sustentabilidade”. Dois trabalhos defendiam a Educação Ambiental crítica, conceito explicado inicialmente.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, o uso da abordagem multimétodos, defendida por Günther (2004), apareceu em 13 trabalhos. Segundo o autor, o uso de múltiplas abordagens na análise de um objeto aumenta a validade do estudo, ao criar a oportunidade de hipóteses rivais serem testadas.

Os mapas mentais também têm sido utilizados com frequência, se mostrando uma técnica muito apropriada, quando combinada a outras, para o estudo da Percepção Ambiental. Continuaremos a comentar sobre esta técnica mais adiante.

4.3. AS PESQUISAS SOBRE PERCEPÇÃO AMBIENTAL DESENVOLVIDAS NO BRASIL NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DAS ÁREAS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Como o nosso objetivo geral foi o de comparar a produção sobre PA na área de Ciências Biológicas e na área de Psicologia, apenas as grandes áreas às quais essas duas áreas pertencem serão comparadas a partir daqui. As informações sobre as outras grandes áreas, como Ciências Ambientais, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e Ciências Agrárias foram apresentadas nas tabelas anteriores, mas não serão o foco da nossa análise. Assim,

aprofundaremos a análise apenas nas grandes áreas de Ciências Biológicas e Ciências Humanas.

A área de Ciências Biológicas, conforme comentado anteriormente, é representada por 40 trabalhos, divididos em onze cursos, conforme demonstrado no gráfico 15.

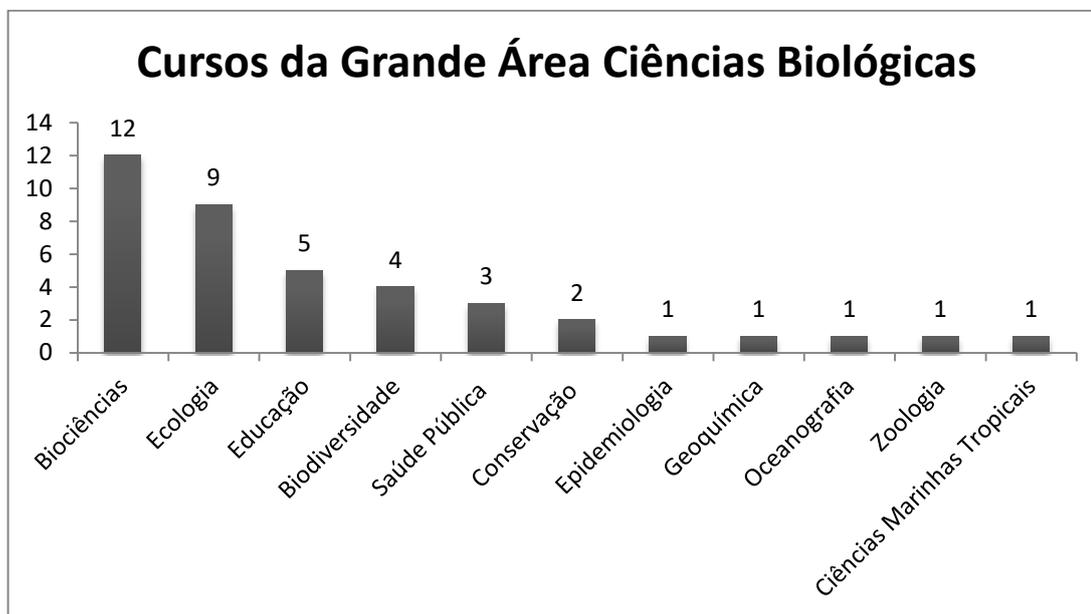


Gráfico 15 Número de trabalhos produzidos por curso nos PPG em Ciências Biológicas entre 2008 a 2015

O gráfico 16 representa o número de trabalhos de mestrado e doutorado na área de Ciências Biológicas no período estudado. A maior produção foi em 2012, com 10 trabalhos de mestrado na área, seguida por sete dissertações em 2011. Em seguida, aparece o ano de 2010, com cinco dissertações, e depois 2009, com quatro.

Devemos interpretar este dado com cautela, uma vez que no repositório da Capes só foram encontrados trabalhos datados entre 2011 e 2012, e no do Domínio Público, produções datadas entre 2009 e 2010.

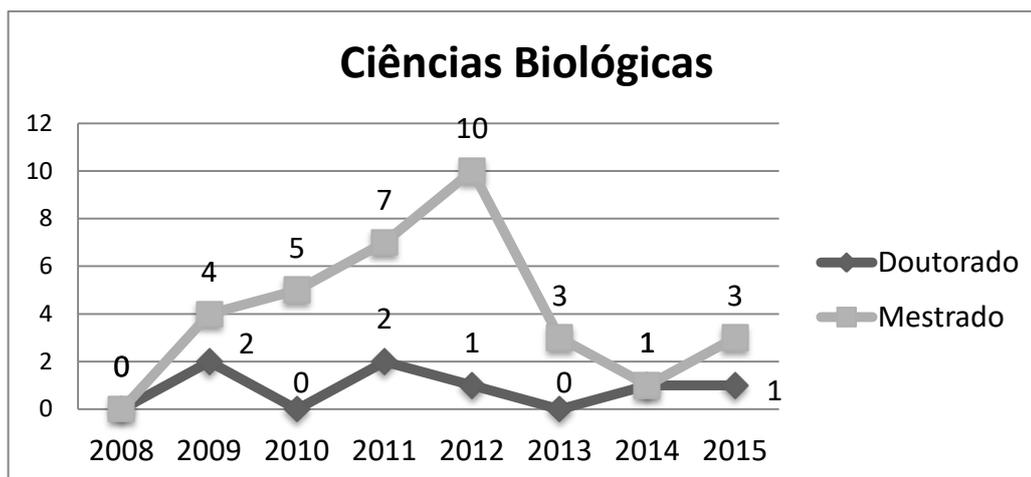


Gráfico 16 Número de dissertações e teses sobre PA nos PPG em Ciências Biológicas entre 2008 a 2015

Conforme visto no gráfico 1, a produção de trabalhos sobre PA é maior nas Ciências Humanas (29,2%) do que nas Biológicas (21,3%). No gráfico 17, vemos que Geografia é o curso que mais se destaca na produção de PA, conforme comentado anteriormente. A área de Psicologia é representada por três cursos: Psicologia Ambiental, Psicologia Cognitiva e Psicossociologia de Comunidades/ Ecologia Social. Ao todo, seis trabalhos na área de Psicologia foram identificados.

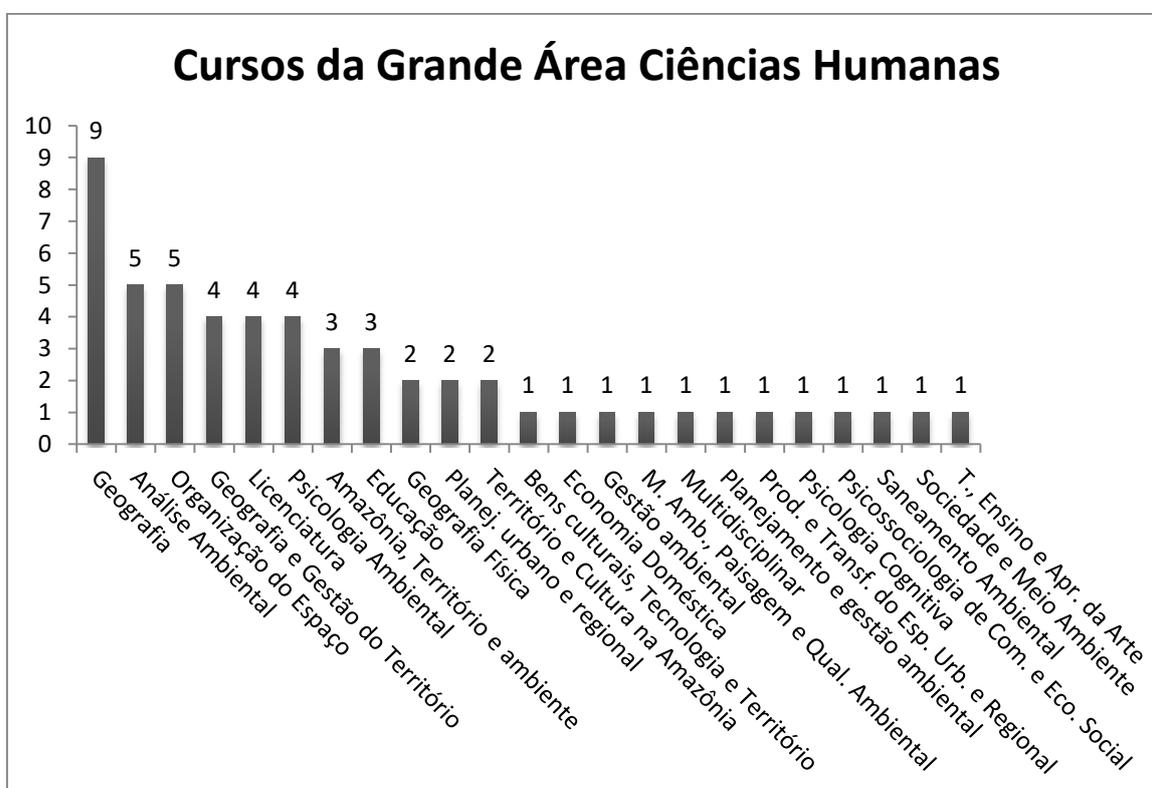


Gráfico 17 Número de trabalhos produzidos por curso nos PPG em Ciências Humanas entre 2008 a 2015

O gráfico 18 representa a quantidade de produções de mestrado e doutorado em Ciências Humanas de 2008 a 2015. Segundo a figura, a maior produção em Ciências Humanas ocorreu de 2011 a 2013. Mais uma vez, frisamos o cuidado ao tecer proposições, já que a disponibilidade nos bancos de teses consultados não foi homogênea em relação aos anos, conforme já comentado.

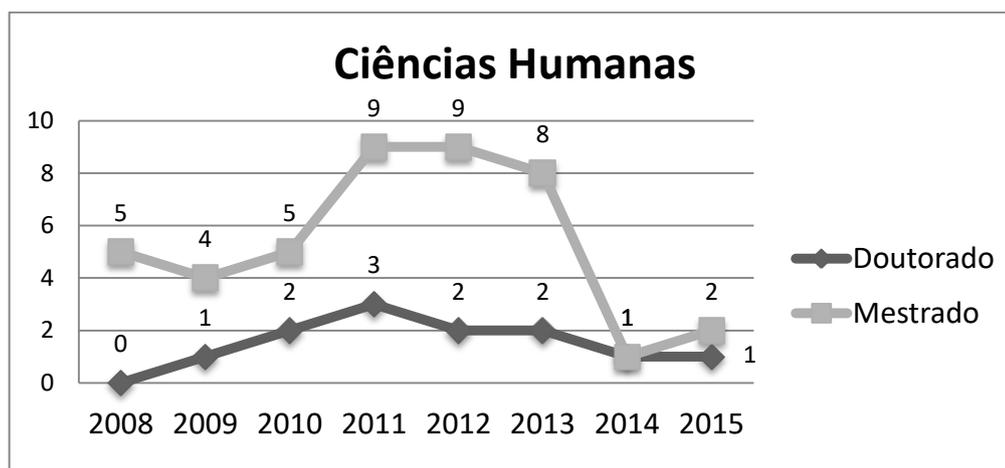


Gráfico 18 Dissertações e teses sobre PA defendidas nos PPG em Ciências Humanas entre 2008 a 2015

O quadro 6 apresenta a quantidade de trabalhos produzidos nas grandes áreas de Biológicas e Humanas. A produção em Biológicas só superou a de Humanas na região Nordeste. Comparando com os dados de Vasco (2009), a produção em Ciências Biológicas na região Nordeste saltou de apenas uma em 2009 para 21 no presente trabalho. Tal produção em Ciências Humanas se manteve, com 5 trabalhos.

Quadro 6 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, nas Grandes Áreas de Ciências Biológicas e Humanas, por região brasileira entre 2008 a 2015

Região	Número de trabalhos realizados por região brasileira	
	Ciências Biológicas	Ciências Humanas
Sul	3	16
Sudeste	10	18
Centro-Oeste	--	7
Nordeste	21	9
Norte	6	5
TOTAL	40	55

A produção na área de Ciências Biológicas, por região geográfica e universidade, é mostrada no quadro 7, que contém as informações das teses, e no quadro 8, que dispõe os dados sobre as dissertações nesta área.

Quadro 7 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, na Grande Área de Ciências Biológicas, junto aos cursos de Doutorado, por região brasileira entre 2008 e 2015

Região	Universidade	Total por universidade	Total por região
Sul	Unisinos	2	2
Sudeste	Fiocruz	1	3
	UFSCAR	2	
Centro-Oeste	--		--
Nordeste	UFRN	2	2
Norte	--		--
TOTAL			7

Quadro 8 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, na Grande Área de Ciências Biológicas, junto aos cursos de Mestrado, por região brasileira entre 2008 e 2015

Região	Universidade	Total por universidade	Total por região
Sul	Univille	1	8
Sudeste	UFMG	1	
	USP	5	
	Fiocruz	1	
Centro-Oeste	--	--	--
Nordeste	UFCG	1	19
	UFRN	16	
	UFPB	1	
	UFC	1	
Norte	UFT	1	6
	UFPA	2	
	UFPI	3	
TOTAL			33

Cabe destacar que o “salto” em relação ao trabalho de Vasco (2009) na região Nordeste, citado anteriormente, pode ser explicado no quadro 10. A universidade que se destacou na produção em Ciências Biológicas foi a UFRN, com 16 trabalhos, ou 84% da produção total desta região nesta grande área. Conforme já salientado, não podemos afirmar com convicção que a UFRN é a universidade que mais publica trabalhos sobre PA, mas sem dúvida é a que melhor divulga.

Os quadros 8 e 9 apresentam a produção de trabalhos sobre PA, de acordo com a região e universidade, dos trabalhos em Ciências Humanas, em nível de Doutorado e Mestrado, respectivamente.

A região Sudeste lidera a produção em Ciências Humanas em nível de doutorado, com sete trabalhos. Em nível de mestrado, a região Sul encabeça o número de produções, com 13 trabalhos, onde a UFSM, responsável por cinco produções, merece destaque. Logo em seguida, vem a região Sudeste, com 11 trabalhos.

Quadro 9 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, na Grande Área de Ciências Humanas, junto aos cursos de Doutorado, por região brasileira entre 2008 e 2015

Região	Universidade	Total por universidade	Total por região
Sul	UFRGS	1	

	UFSC	1	3
	UFPR	1	
Sudeste	UFRJ	1	7
	UFU	1	
	Unesp	3	
	USP	2	
Centro-Oeste	-	-	-
Nordeste	UFRN	2	2
Norte	-	-	-
TOTAL			12

Quadro 10 Produção acadêmica sobre Percepção Ambiental, na Grande Área de Ciências Humanas, junto aos cursos de Mestrado, por região brasileira entre 2008 e 2015

Região	Universidade	Total por universidade	Total por região
Sul	FURG	1	13
	PUCRS	1	
	UEL	1	
	UEM	1	
	UEPG	1	
	UFPR	2	
	UFSM	5	
	Unisul	1	
Sudeste	Unimontes	1	11
	UFU	2	
	UFV	1	
	USP	2	
	UFRJ	1	
	Unesp	3	
	PUC Minas	1	
Centro-Oeste	UFMT	1	7
	UnB	1	
	UFMS	3	
	UFG	2	
Nordeste	UFMA	1	7
	UFPE	2	
	UFBA	1	
	UFRN	3	
Norte	UFAM	5	5
TOTAL			43

O número de trabalhos financiados sobre PA nas áreas de Ciências Biológicas e Ciências Humanas está listado no quadro 11. Apesar das Ciências Humanas corresponderem a um maior número de produções que as Ciências Biológicas, com 29,2% de trabalhos contra 21,3% de Ciências Biológicas, a proporção de trabalhos financiados em Ciências Biológicas é maior.

Os trabalhos financiados nas Biológicas correspondem a 62,5% do total de trabalhos produzidos nesta área, enquanto que os trabalhos financiados em Ciências Humanas correspondem a 47,3% dos trabalhos encontrados desta área, menos da metade da produção. No trabalho de Vasco (2009), os trabalhos sobre PA em Ciências Biológicas correspondiam a 13,5% do total de trabalhos, e 90,5% deles foram financiados! Já os trabalhos em Ciências

Humanas respondiam por 25% do total, mas apenas 46% deles, muito próximo à frequência encontrada por nós.

Tal fato pode indicar a hipótese de que as Ciências Biológicas possuem mais status científico que as Humanas. Embora tal situação esteja lentamente se modificando, o fato é que o pensamento cartesiano ainda está profundamente enraizado nas Ciências Biológicas, algo que não se vê de maneira tão arraigada nas Ciências Humanas. As Ciências Biológicas ainda adotam o método analítico de raciocínio, que consiste na tentativa de decompor o fenômeno estudado e ordená-lo logicamente, para compreendê-lo. Este método é tão naturalizado na nossa cultura, que tem sido identificado como sinônimo de método científico, onde impera a ideia de que, para uma hipótese ser validada, ela precisa ser medida e comprovada por resultados concretos.

Assim, podemos supor que o menor incentivo à pesquisa em Ciências Humanas deve-se ao fato desta área não possuir o mesmo status de ciência que as Ciências Biológicas possuem, uma vez que frequentemente o objeto de estudo das Humanas não pode ser medido, decomposto em partes menores e compreendido como máquinas.

Quadro 11 Número de trabalhos financiados sobre Percepção Ambiental nas Grandes Áreas de Ciências Biológicas e de Ciências Humanas entre 2008 e 2015

Órgão financiador		Número de trabalhos financiados	
		Ciências Biológicas	Ciências Humanas
Órgãos federais	Capex	9	13
	CNPq	4	4
Órgãos estaduais (ex.: Fapesp, Fapemig)		9	8
Outros		3	1
TOTAL		25	26
Porcentagem		62,5%	47,3%

4.3.1. Instrumentos de pesquisa

Os instrumentos de pesquisa adotados estão listados no gráfico 19. Certos instrumentos de pesquisa apareceram em apenas um trabalho, sendo agrupados na categoria “Outros”. São eles: Escala de Consciência Ambiental, escuta, jogos, testes hormonais, mapa comportamental, pesquisa bibliográfica e documental, testes psicofisiológicos, maquetes, Matriz realidade/desejo, Matriz Eleição de Prioridades, Índice de Qualidade Ambiental Urbana (QAU), linhas do tempo, textos, desenhos em geral e desenho coletivo de mapa.

Foi comum um mesmo trabalho possuir dois ou mais instrumentos de pesquisa. Portanto, a contagem de um mesmo trabalho pode aparecer em duas ou mais categorias diferentes. Por este motivo, a soma total da quantidade de itens em cada categoria foi 345, bem maior que o número total de 188 trabalhos.

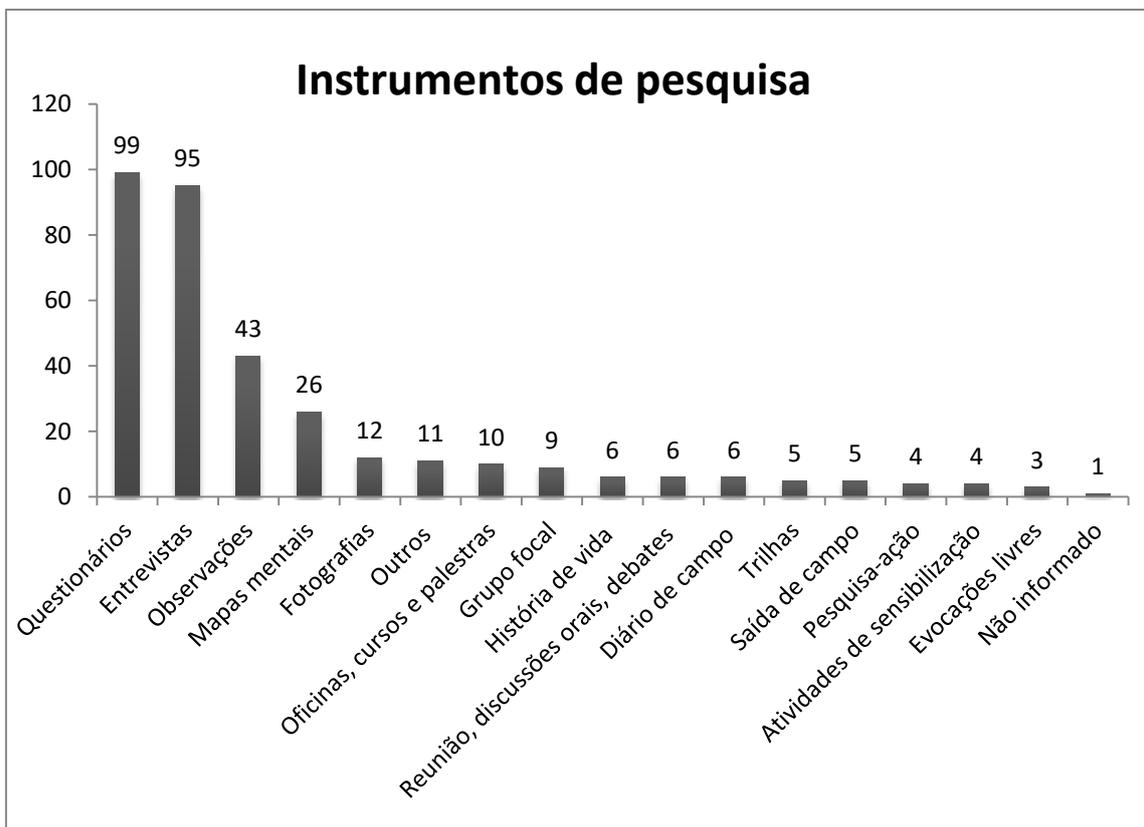


Gráfico 19 Distribuição da produção nos PPG em PA, de acordo com o instrumento de pesquisa entre 2008 a 2015

Os instrumentos de pesquisa mais utilizados nos trabalhos foram os questionários, que apareceram em 52,7% das produções, e entrevistas, presentes em 50,5% dos trabalhos. O questionário, apesar de ser uma técnica que possibilita obter informações de um grande número de pessoas de maneira rápida, ordenada e mensurável, encontra dificuldade de interpretar o não-dito, aquilo que pode ser percebido em uma entrevista, por exemplo. Por sua vez, a desvantagem de uma entrevista está no longo tempo que deve ser dispensado para analisá-la e interpretá-la. Além disso, para a entrevista oferecer o retorno esperado, a mesma precisa ser conduzida por um profissional preparado e ciente de técnicas de entrevista, de forma a estimular o entrevistado a falar e a minimizar sua influência na resposta do mesmo.

As observações também obtiveram uma frequência considerável, surgindo em 43 trabalhos, isto é, 23% das produções. Tal instrumento é importante, uma vez que para interpretar o que não é falado ou mostrado voluntariamente, precisamos exercitar o observar.

Os mapas mentais, técnica em que o pesquisado desenha sobre determinado fenômeno pesquisado, deixando ali suas impressões e percepções, também foram utilizados com certa frequência, em 26 trabalhos (14%). Tal técnica também é muito relevante no estudo da PA, uma vez que, pelo desenho, pode ser possível interpretar como o sujeito lê e compreende determinada realidade ou situação.

4.3.2. Foco temático

No gráfico 20 abaixo, segue o foco temático dos trabalhos produzidos pelos PPG em Ciências Biológicas. A categoria “Outros”, também abrangendo os focos temáticos que apareceram apenas uma vez, elenca: PA sobre agrotóxicos, PA sobre atuação do direito penal no meio ambiente, PA sobre bacia hidrográfica e análise de projetos ambientais, PA sobre problemas ambientais, PA sobre políticas ambientais, PA sobre qualidade da água, PA sobre relação homem e jacaré, PA sobre reserva extrativista marinha e PA sobre restauração de matas ciliares.

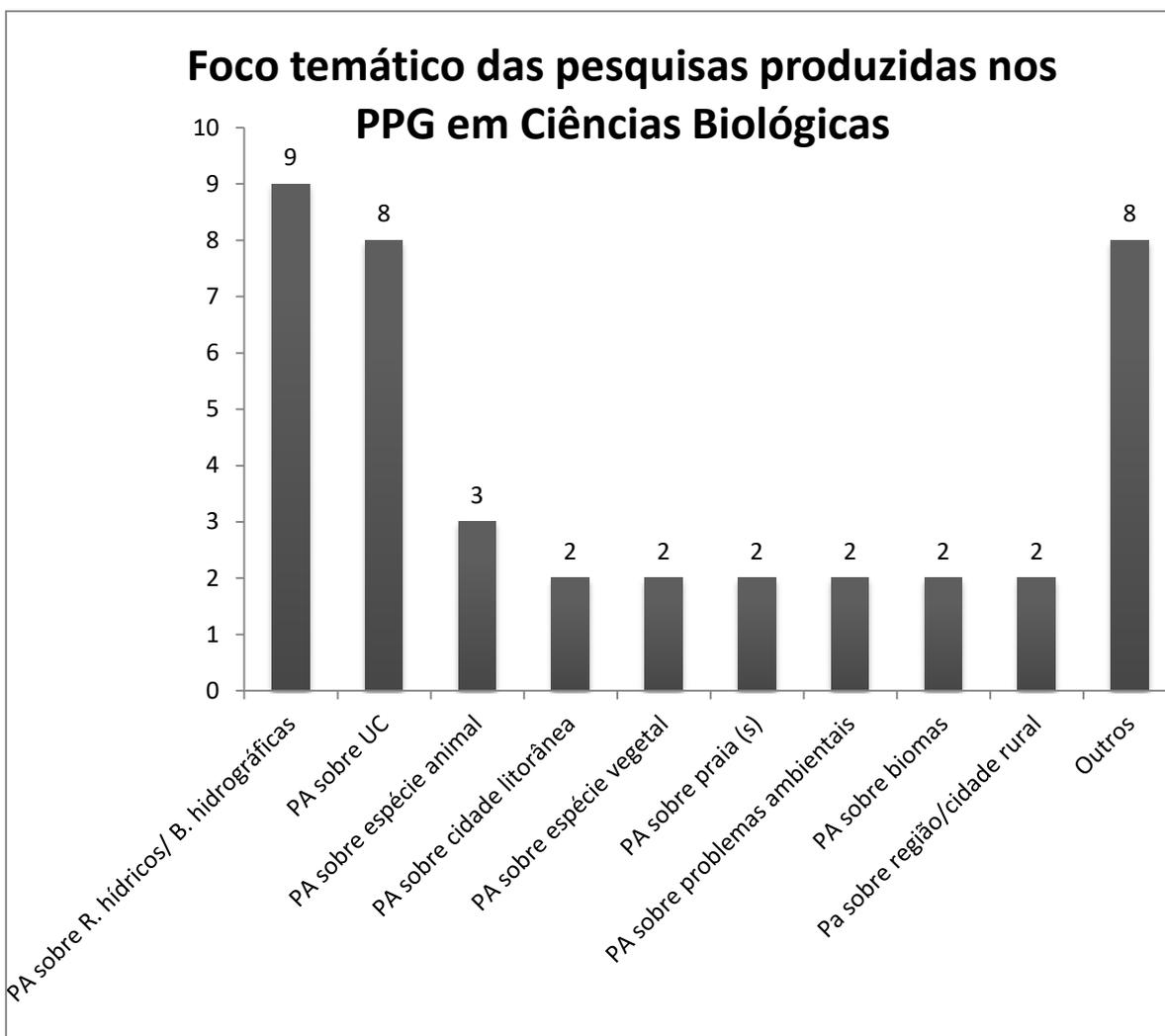


Gráfico 20 Foco temático das pesquisas sobre Percepção Ambiental, produzidas nos PPG em Ciências Biológicas entre 2008 a 2015

Notamos que nas Ciências Biológicas, o maior número de trabalhos voltou-se para a pesquisa sobre recursos hídricos/ bacias hidrográficas, com 9 trabalhos (22,5%). A frequência de trabalhos com tal foco temático aumentou cerca de 6% em relação ao trabalho de Vasco (*op. cit*). Podemos relacionar este ligeiro aumento à previsão de que, em 2025, somente 25% da humanidade terá água disponível para suas necessidades essenciais (IDEC, 2010). A tendência é que, com o passar dos anos, o número de trabalhos com este enfoque temático aumente, por causa da crescente diminuição da disponibilidade de água potável em nível global.

Em seguida, os trabalhos de PA sobre UC corresponderam a 20% do total, com 8 trabalhos. Comparando com o trabalho de Vasco (2009), a frequência de trabalhos cujo tema

era PA sobre UC diminuiu, pois em seu trabalho, 61% da produção em Ciências Biológicas discorriam sobre esta temática.

Por outro lado, de 2008 até hoje, a diversificação de trabalhos em Ciências Biológicas aumentou significativamente. Vasco (*op. cit*) não encontrou, de 1988 até 2007, trabalhos de percepção ambiental sobre biomas, espécies vegetais ou animais, relação do homem com uma espécie animal, por exemplo, o que foi encontrado por nós no presente trabalho.

Isso mostra que o trabalho em PA está penetrando em áreas que antes não estavam a seu alcance, o que reforça a importância do estudo de PA nas mais diversas áreas e subáreas do conhecimento.

O foco temático dos PPG em Ciências Humanas está no gráfico 21. Os temas que foram encontrados em apenas um único trabalho foram agrupados no ítem “Outros”, e correspondem a: Avaliação da política de mitigação de uma empresa, PA sobre ambiente costeiro, PA sobre assentamento, PA sobre atividade mineradora, PA sobre cidade do Pantanal, PA sobre cidade universitária, PA sobre demanda turística, PA sobre espécie vegetal, PA sobre Floresta Amazônica, PA sobre lei ambiental, PA sobre manejo de resíduos sólidos, PA sobre refúgio biológico, PA sobre relação homem e espaço, Percepção sobre ambiente de trabalho e insegurança, Percepção visual sobre UC e Processo de criação de trilha interpretativa.

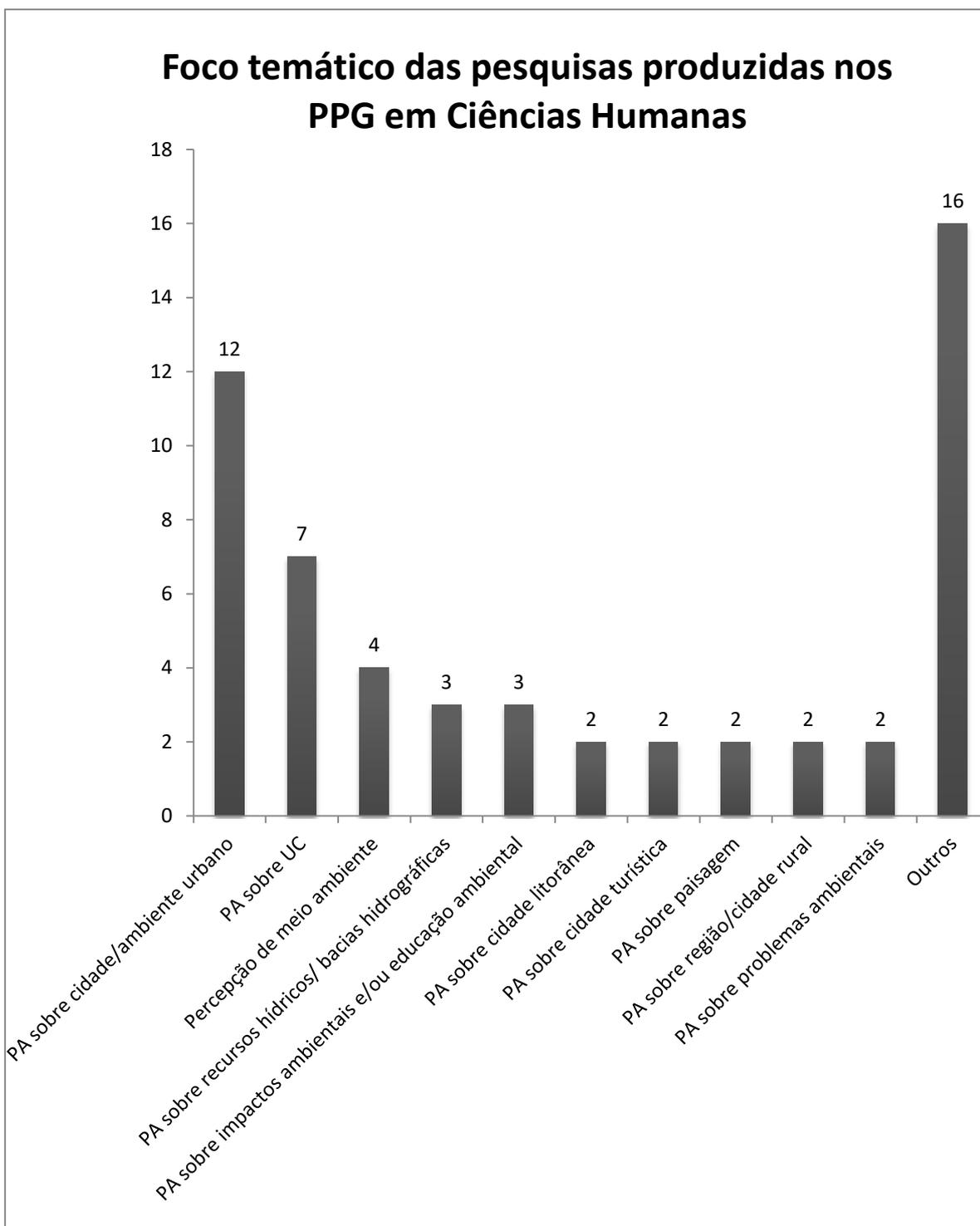


Gráfico 21 Foco temático das pesquisas sobre Percepção Ambiental, produzidas nos PPG em Ciências Humanas entre 2008 a 2015

Nas Ciências Humanas, o foco temático com a maior quantidade de trabalhos foi PA sobre cidade/ambiente urbano, com 12 trabalhos (21,8%), seguido de PA sobre UC, com sete (12,7%). No trabalho de Vasco (2009), a frequência de pesquisas sobre cidade/ambiente urbano chegou a 26%. Os trabalhos de PA sobre UC foi de 19%. Vasco encontrou 19% das

pesquisas cujo tema era problemas ambientais. Nós encontramos apenas dois trabalhos (3,5%) sobre este tema. A frequência de pesquisas sobre percepção de meio ambiente, 7%, foi a mesma encontrada por Vasco, e trabalhos sobre recursos hídricos/bacias hidrográficas, variou pouco em sua frequência: 7% em 2009 e 5% atualmente.

Assim como em Ciências Biológicas, a diversidade de focos temáticos foi marcante, com a categoria “Outros” elencando 16 trabalhos, ou seja, 28% do total, contra 19% no trabalho de Vasco. Apesar de ter diminuído a frequência de trabalhos sobre cidade/ ambiente urbano e PA sobre UC, aumentou muito o número de variedade de trabalhos, apresentado anteriormente na descrição da categoria “Outros”.

Além disso, a quantidade absoluta de trabalhos também aumentou de forma considerável. De 1988 a 2007, ou seja, durante 19 anos, a quantidade total de trabalhos de PA em Ciências Biológicas foi de 18 trabalhos, média de um por ano. No período do nosso estudo, de 2008 a 2015, intervalo de sete anos, encontramos um total de 40 trabalhos, média de quase seis trabalhos por ano.

Em Ciências Humanas, a quantidade de trabalhos encontrada por Vasco foi de 42, média de dois por ano. No nosso trabalho, encontramos 57 trabalhos de 2008 a 2015, média de oito por ano. Conforme comentado anteriormente, estes números poderiam ser bem maiores se todos os PPG brasileiros fossem mais comprometidos na divulgação pela web das suas produções.

Como também já discutido, o aumento exponencial do número de trabalhos por ano pode ter sido influenciado pela Lei de Acesso à Informação, promulgada em 2011, e também possui relação direta com o aumento do acesso à Internet no Brasil, embora a quantidade de excluídos digitais ainda seja grande em nosso país (IBGE, 2015).

4.3.3. Sujeitos envolvidos

O gráfico 22 apresenta os sujeitos envolvidos nos trabalhos produzidos na Grande Área de Ciências Biológicas. A categoria “Outros” compreende: agricultores, militares do Exército Brasileiro e proprietários rurais.

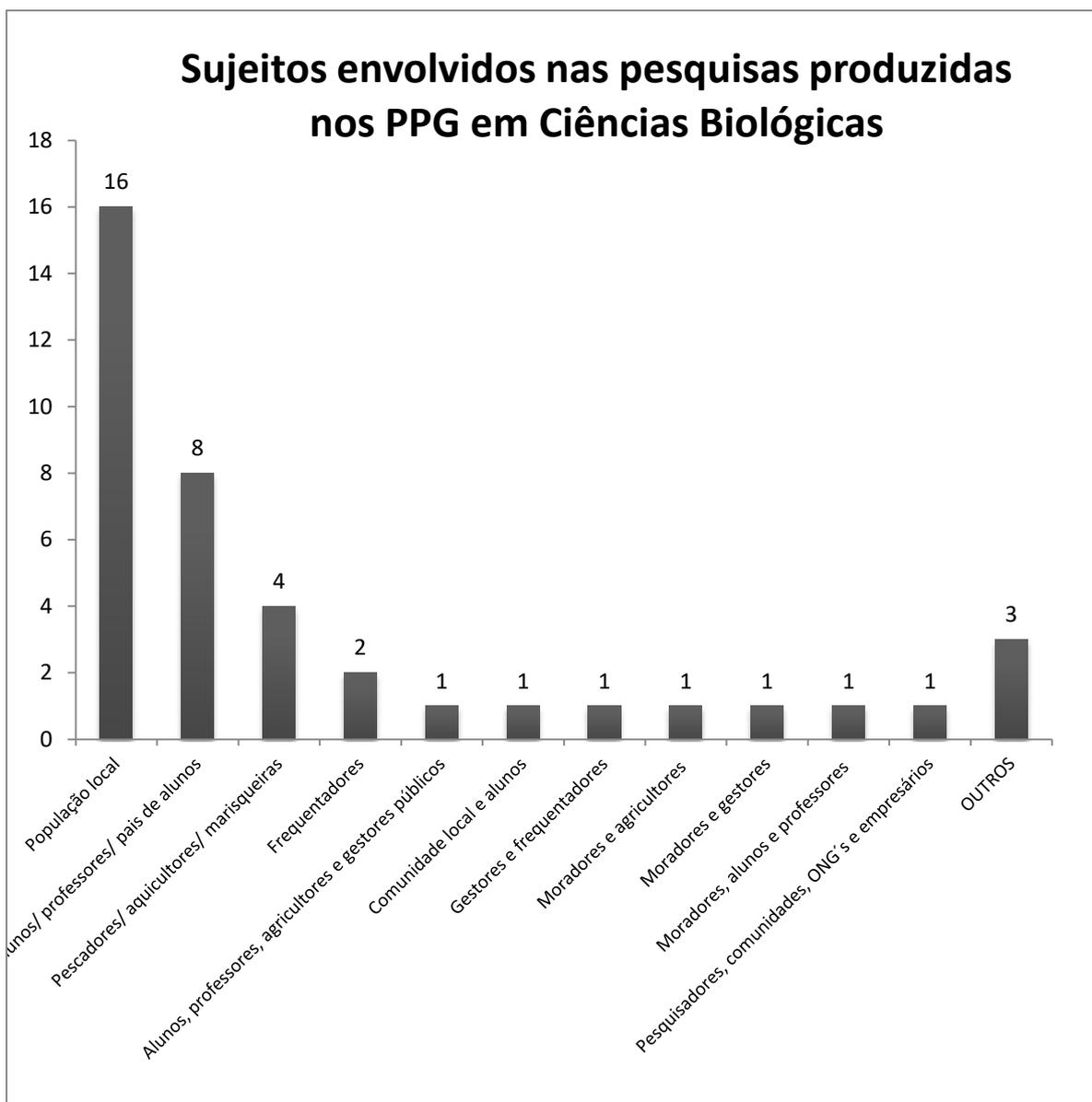


Gráfico 22 Distribuição do número de sujeitos envolvidos nas pesquisas sobre Percepção Ambiental, produzidas no PPG em Ciências Biológicas entre 2008 a 2015

Nos trabalhos de Ciências Biológicas, a maioria dos sujeitos envolvidos abrange a população local, com 16 trabalhos, ou seja, 40%. Vasco (2009) encontrou em sua pesquisa 28,5% dos trabalhos de Ciências Biológicas envolvendo a população local. Percebe-se, então, que este número cresceu mais de 10% de 2009 até hoje, o que pode sugerir um interesse maior nessa área do conhecimento em relação à escuta da população, algo intrínseco à gestão ambiental (IBAMA, 2006).

Em segundo lugar, o maior número de sujeitos envolvidos foi a comunidade escolar, (alunos, professores e pais de alunos), com 8 trabalhos, correspondendo a 20% da produção nesta grande área. No trabalho de Vasco (2009) esta frequência foi de 33%.

Dos sujeitos envolvidos nos trabalhos de Ciências Biológicas, 10% correspondem a pescadores, aquicultores ou marisqueiras, isto é, profissionais que obtêm sua renda por meio de recursos hídricos. Tais trabalhos vão ao encontro do gráfico 20, onde vimos que o foco temático “PA sobre recursos hídricos/ bacias hidrográficas” correspondem a 22,5% do total dos 40 trabalhos de Ciências Biológicas encontrados em nossa pesquisa.

Os sujeitos envolvidos nas pesquisas produzidas na Grande Área de Ciências Humanas estão resumidos no gráfico 23. A categoria “Outros” abrange agricultores, assentados, policiais militares mulheres, trabalhadores, transeuntes, empreendedores turísticos locais e gestores ambientais.

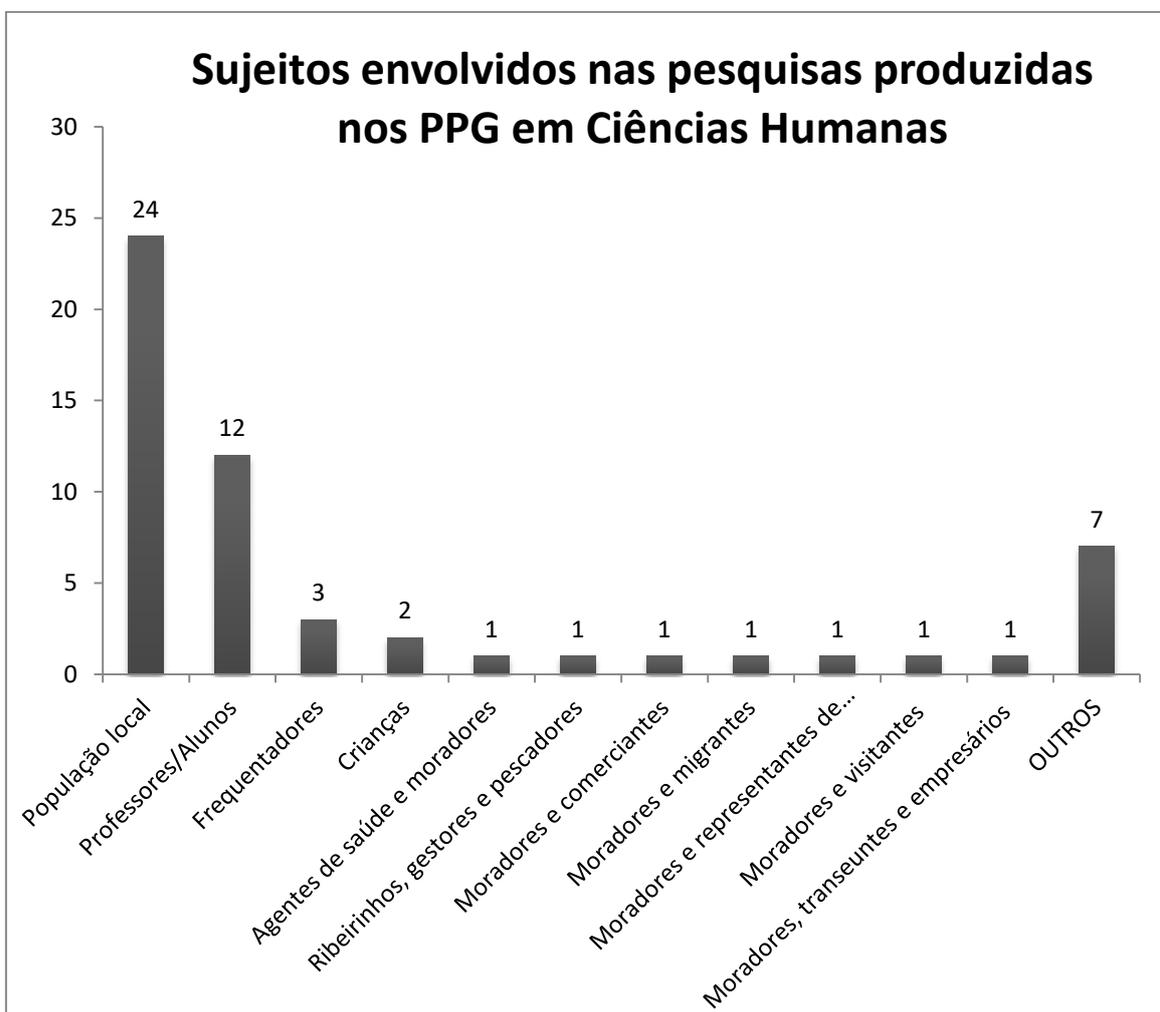


Gráfico 23 Distribuição do número de sujeitos envolvidos nas pesquisas sobre Percepção Ambiental, produzidas no PPG em Ciências Humanas entre 2008 a 2015

Da mesma forma que em Ciências Biológicas, o maior número de sujeitos envolvidos nos trabalhos de Ciências Humanas foi a população local, correspondendo a 24 trabalhos, isto é, 43,6% do total. Este resultado é proporcional ao encontrado por Vasco (2009), com 51%

dos trabalhos apresentando a população local como sujeitos envolvidos na grande área de Ciências Humanas.

No nosso trabalho, da mesma maneira que em Ciências Biológicas, a comunidade escolar também veio em segundo lugar na frequência de trabalhos, com 12 produções, correspondendo a 21,8% do total. Vasco (*op.cit*) encontrou em segundo lugar a comunidade escolar e visitantes do local estudado, com cada categoria representando 15% do total das pesquisas.

Da mesma maneira que no enfoque temático, notamos maior diversidade na natureza dos sujeitos envolvidos, em comparação ao trabalho de Vasco (*op.cit*), ao observarmos os componentes da categoria “Outros”, principalmente a referente às Ciências Humanas.

4.4. PRODUÇÕES EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E PSICOLOGIA SOBRE PA

O objetivo inicial deste trabalho é o de comparar as produções acadêmicas na área de Ciências Biológicas e Psicologia, para analisar de que forma estas duas áreas conversam no estudo de Percepção Ambiental. A produção de trabalhos em Psicologia foi muito menor do que a esperada, pois, como PA está diretamente atrelada ao tema “Percepção”, supunha-se que trabalhos em Psicologia seriam encontrados em maior quantidade. A mesma constatação foi observada no trabalho de Vasco (*op.cit*), com os trabalhos em Psicologia correspondendo a 8% da produção. Na presente pesquisa, apenas 3,2% do total de trabalhos pertencem à área de Psicologia, ou seja, número inferior à metade da frequência encontrada por Vasco.

Conforme já mencionado e apresentado no gráfico 24, quarenta trabalhos foram identificados em Ciências Biológicas e apenas 6 em Psicologia, embora os trabalhos em Ciências Humanas, em geral, tenham superado largamente o número de trabalhos em Ciências Biológicas.

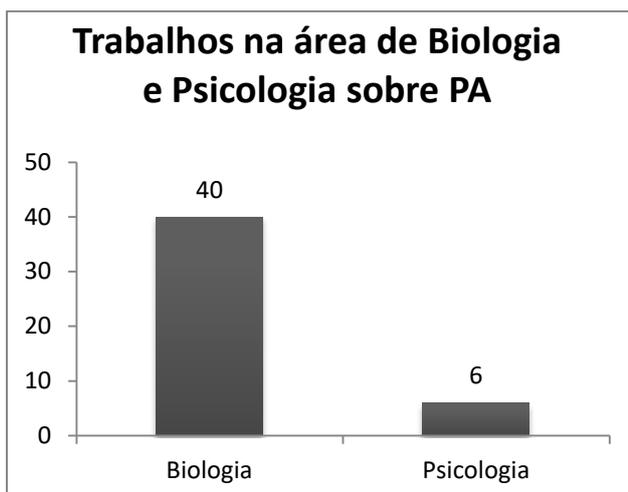


Gráfico 24 Produção nas áreas de Ciências Biológicas e Psicologia nos PPG em PA entre 2008 a 2015

Nos trabalhos da área de Ciências Biológicas, encontramos um certo padrão no estilo de desenvolvimento dos mesmos. Em todos os trabalhos, notou-se a ausência de um conhecimento embasado sobre PA (vide Apêndice). Morin e Kern (1994) e Okamoto (2002) já observavam certa pobreza teórico-metodológica em grande quantidade de trabalhos sobre PA no Brasil.

Muitos sequer definiam PA, outros faziam uma breve definição, resumida em uma frase ou parágrafo. Outros conceituavam percepção como uma “tomada de consciência” (FAGGIONATO, 2002). Conforme mencionado anteriormente, neste ponto de vista, perceber é sinônimo de notar. Diversos trabalhos entendiam percepção como sinônimo de opinião. Towata (2013) e Pacheco (2009) também comentaram que as pesquisas em PA muitas vezes ficam reduzidas a um simples levantamento de concepções, com clichês reproduzidos pela mídia. Esta característica reducionista foi encontrada nos trabalhos de todas as grandes áreas, de maneira geral (Apêndice).

Nos trabalhos de Ciências Biológicas, assim como nos trabalhos de todas as outras áreas em geral, a análise de conteúdo é preponderante. O uso deste instrumento foi encontrado em 22,5% dos trabalhos de Ciências Biológicas.

A concepção transparente da linguagem (CAREGNATO & MUTTI, 2006), própria da análise de conteúdo, é notada na grande maioria dos trabalhos. O que se identifica como padrão é a análise reducionista da PA, onde por muitas vezes a entrevista é pautada em fatos, naquilo que é ouvido ou lido, não interpretado. Tal postura pode ser um reflexo da concepção cartesiana da ciência, própria das Ciências Biológicas e outras áreas do conhecimento.

A análise de conteúdo segue a essência da corrente filosófica estruturalista, cuja visão é positivista, baseada em relações de causa e efeito (DEL RIO & OLIVEIRA, 1999). Em Ciências Biológicas, 37 dos 40 trabalhos analisados (92,5%) adotaram a corrente estruturalista.

Já a análise do discurso, ao trabalhar com o sentido da fala (CAREGNATO & MUTTI, 2006), vai ao encontro da corrente fenomenológica, cujo objetivo é buscar o significado que permeia uma fala ou atitude, isto é, a essência, seu sentido originário (GOTO, 2004). Nenhum trabalho de Ciências Biológicas utilizou a técnica da análise do discurso.

Nos seis trabalhos analisados na área de Psicologia, quatro adotaram a corrente estruturalista. Metade destes trabalhos utilizou análise de conteúdo, e nenhum a análise do discurso. Quatro dos trabalhos são da área da Psicologia Ambiental, enquanto um é do curso de Psicologia Cognitiva e outro de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Cabe ressaltar que o último, da autoria de Éser Pacheco (2009), se tornou referência em muitas produções posteriores sobre PA, incluindo o presente trabalho.

O grande diferencial do trabalho de Pacheco foi justamente a eficácia na abordagem da conceituação profunda de PA, onde é destacada a importância do sentido, que acabamos de citar, na interpretação dos dados das entrevistas. Além disso, o autor não só defendeu uma abordagem fenomenológica de pesquisa em PA como também a fez, na segunda parte da sua tese.

Pacheco ainda frisou a importância dos biólogos e geógrafos em conhecerem a contribuição da Psicologia Ambiental ao estudo da Percepção Ambiental, algo que é um dos pontos-chave do presente trabalho.

O presente trabalho corrobora com o apelo de Pacheco para que certas áreas do conhecimento, como as Ciências Biológicas, busquem aprofundamento para suas questões em outras áreas, como as Humanas, especificamente a Psicologia.

A pouca incidência de trabalhos em Psicologia sobre PA pode ser compreendida. Mais uma vez, Pacheco (*op.cit*) afirma que ainda é pequena a presença de psicólogos na investigação sobre percepção ambiental no Brasil. O mesmo afirma que muitos estudos em percepção ambiental têm sido publicados no país, mas poucos fazem uma discussão epistemológica sobre este tema. Nenhum dos trabalhos sobre PA publicados na catalogação de Del Rio & Oliveira (1999) foi produzido por algum programa de pós-graduação em Psicologia.

Pacheco (2009) afirma que o lugar da Psicologia na compreensão da crise de pessoas no ambiente ainda está em processo de construção. O autor admite que a Psicologia precisa entrar com mais vigor na contribuição para o estudo da questão ambiental.

O conceito de Percepção Ambiental, por se tratar do meio ambiente físico e das relações que o indivíduo constrói com este ambiente, fator este psicológico, está no meio do terreno entre as ciências biológicas e geográficas e as ciências humanas, como a Psicologia. Assim, é frequente notarmos, na conceituação de PA, ora uma inclinação para o ponto de vista biológico, ora para o ponto de vista das ciências humanas.

Pacheco (*op.cit*) também aponta que, muitas vezes, os biólogos e geógrafos aventuram-se por conta própria a investigar a PA, sem recorrer à ajuda dos psicólogos. Tanto que, salienta, foi na Geografia, e não na Psicologia, que o conceito de PA foi mais discutido. A Psicologia, segundo o autor, é ainda um campo emergente no tratamento deste assunto, principalmente a Psicologia Ambiental.

Tal constatação foi uma surpresa para a autora. Como bióloga, conhecendo o enfoque cartesiano da maioria dos trabalhos sobre PA em Ciências Biológicas, supunha que a área de Psicologia, em especial a Psicologia Ambiental, dominasse os trabalhos referentes a esta área. Porém, a área de Geografia foi a que liderou os trabalhos na Grande Área de Ciências Humanas.

De maneira geral, em todas as grandes áreas, notou-se uma tendência, em boa parte dos trabalhos, na utilização de termos como “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável” (Apêndice). Conforme mencionado no início do trabalho, o termo “desenvolvimento sustentável” é uma expressão autocontraditória, já que, sendo nosso planeta um sistema finito, crescimento contínuo e preservação tornam-se incompatíveis a longo prazo (FERNANDEZ, 2005). Diegues, em 1992, já criticava o termo “desenvolvimento sustentável”. Porém, apesar desta crítica já ter ultrapassado duas décadas, ainda é pouquíssimo socializada nas produções e no ambiente acadêmico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observarmos o panorama das produções dos PPG em Percepção Ambiental de 2008 a 2015, podemos tecer algumas conclusões.

A primeira é o aumento no número absoluto de produções no período em questão, quando comparado ao encontrado por Vasco (2009). De fato, a maior acessibilidade à Internet facilitou o aumento das pesquisas em todas as áreas do conhecimento, e a imposição por meio de uma lei federal de que toda tese e dissertação devem ser disponibilizadas na íntegra na web, estimulou a maior divulgação das mesmas em formato digital.

Outra constatação foi o fato da produção em PA ter sido diluída do eixo Sul/ Sudeste para a região Norte/ Nordeste. Percebemos uma melhor distribuição entre as regiões geográficas na pesquisa sobre este tema. Além disso, o enfoque temático e os sujeitos envolvidos na pesquisa possuem uma variedade bem maior do que os trabalhos encontrados em PA até 2007.

A área de Geografia se destacou na quantidade de produções, com 20% do total dos trabalhos. Na maioria destes trabalhos, foi identificado o viés da geografia humanista. No trabalho de Vasco (*op. cit*), a produção em Geografia correspondeu a 44% dos trabalhos.

Cerca de metade dos trabalhos em PA encontrados não é financiada, frequência um pouco maior que a encontrada por Vasco (*op. cit*), de 46%. Isto nos leva a refletir até que ponto o avanço da ciência no Brasil é dificultado por falta de maior apoio financeiro nas pesquisas.

Tanto em nosso trabalho como no de Vasco, a frequência de produções em Ciências Humanas superou a de Ciências Biológicas, porém esta última possui maior número de trabalhos financiados que Humanas. Inferimos que este resultado seja pelo fato de, historicamente, as Ciências Biológicas possuírem um maior status científico que as Humanas, sendo assim privilegiada.

A maior surpresa do trabalho, como já citado, foi a baixa quantidade de trabalhos dos PPG em Psicologia sobre PA. Apenas seis trabalhos da área de Psicologia foram encontrados, sendo quatro do curso de Psicologia Ambiental. Como já reconheceu Pacheco (2009), a Psicologia precisa entrar com mais vigor no entendimento da questão ambiental.

Respondendo à pergunta presente no objetivo geral, as Ciências Biológicas conversam com a Psicologia de maneira ainda muito tímida. Isto porque, em primeiro lugar, as Ciências Biológicas ainda tem resistência em receber contribuições de outras áreas do conhecimento, principalmente as Humanas, por serem consideradas “ciências do espírito”. As Ciências Biológicas trabalham sob uma disciplina explicativa, e as Humanas em uma perspectiva compreensiva (PACHECO, 2009). Assim, de maneira geral, as Ciências Humanas querem compreender, e os biólogos, comprovar.

Pacheco (*op. cit*) reconhece a importância dos biólogos de aceitarem a contribuição da Psicologia no entendimento dos problemas ambientais. A postura fenomenológica, por exemplo, cuja natureza é mais compreensiva que explicativa, só foi adotada em três dos trabalhos em Ciências Biológicas. Além disso, de maneira geral, o olhar fenomenológico ainda é pouco adotado em qualquer área do conhecimento. Sabemos que muito da dificuldade dos biólogos de se apropriarem de abordagens compreensivas provém da proposta curricular dos cursos de Ciências Biológicas, ainda com uma proposta fortemente cartesiana. Assim, o entendimento de vertentes como a Fenomenologia e a Semiótica torna-se de fato um desafio. Portanto, é fundamental que mais biólogos se lancem na tentativa de compreender conceitos próprios das ciências humanas, de forma que consigam “traduzir” a linguagem destas teorias. Muitas vezes, tal linguagem é aplicada de maneira tão rigorosa pelos seus teóricos, que torna difícil a compreensão por estudiosos de outras áreas do conhecimento.

Em segundo lugar, conforme explicado ainda há pouco, o espaço da Psicologia no entendimento da crise de pessoas no meio ambiente ainda está em processo de construção, sendo ainda pequeno o número de psicólogos no estudo da PA no país (PACHECO, *op. cit*). A partir daí explica-se o baixo número de produções, e conseqüentemente o empobrecimento do diálogo da Psicologia, especificamente a Ambiental, com outras áreas, principalmente com as Ciências Biológicas, tradicionalmente resistentes à contribuição de outras áreas.

Quanto à corrente filosófica das produções, a grande maioria dos trabalhos ainda possui um forte viés estruturalista. Talvez, podemos inferir que esta “preferência” pela corrente estruturalista não seja de fato uma escolha, mas sim a única opção, uma vez que podem desconhecer o método fenomenológico de pesquisa.

Entretanto, 19% de toda a produção adotou a corrente fenomenológica, frequência longe de ser desprezível. Porém, parece que este tipo de abordagem ainda é próprio das Ciências Humanas. Somente a área de Geografia correspondeu a 39% das produções de

caráter fenomenológico, e conforme acabamos de mencionar, somente três trabalhos de Ciências Biológicas (8,3%) adotaram o viés fenomenológico em suas pesquisas.

Nos trabalhos analisados, em todas as áreas, foi observada certa confusão de conceitos quanto à corrente filosófica adotada. Alguns trabalhos se intitulavam fenomenológicos, mas o modo de conduzir a pesquisa era estruturalista. Muitos trabalhos adotaram a corrente fenomenológica de maneira inconsciente, sem mencionar a postura filosófica na qual se basearia.

Quanto ao conteúdo, percebemos em muitos trabalhos certa superficialidade na conceituação de PA e na maneira de interpretar os dados coletados em campo, constatação também notada por Towata (2013) e Pacheco (2009). É mais frequente do que deveria a naturalização da ideia que Percepção Ambiental é uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, e a pesquisa de campo resumida a um levantamento de opiniões (TOWATA, *op. cit.*).

A ideia de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade encontram-se enraizadas na produção atual de PA. Apenas dois trabalhos criticam esta conceituação, cujo significado original foi tão deturpado (DIEGUES, 1992) que atualmente carrega consigo uma visão de mundo que pouco tem de sustentável.

Um fator de ordem técnica que prejudicou diretamente nosso trabalho foi a questão da qualidade dos bancos de teses digitais utilizados. Os principais repositórios nacionais não estavam atualizados e disponibilizavam produções de apenas um curto período de anos. 57,4% das universidades que possuem PPG em Percepção Ambiental não possuem repositórios ou o site estava desativado, ou as ferramentas de busca eram ineficazes, ou ainda as produções estavam pulverizadas nos sites dos departamentos, sem garantir a possibilidade de busca integrada.

Por este motivo, os bancos de teses atualizados e mais completos se “beneficiaram” nesta pesquisa, pois se destacaram mais do que se todos os outros bancos também estivessem na mesma situação. Este fato nos fez suspender o julgamento de que as universidades que mais apareceram no trabalho são as que possuem o maior número de produção, pois pode ser que outra esteja produzindo mais, porém não esteja divulgando na web.

Cabe a nós pesquisadores cobrar das instituições acadêmicas e de seus órgãos fomentadores o incentivo à manutenção da qualidade dos seus repositórios. Isto poderia ser

facilmente resolvido se as universidades se utilizassem do serviço dos seus próprios estudantes para manter seu banco de teses eficiente e atualizado.

Se os repositórios de todas as universidades que possuem PPG em PA fossem eficazes, o número da amostra coletada poderia ser bem maior, enriquecendo nosso trabalho e talvez oportunizando observações inéditas em relação às tecidas aqui.

Quanto à natureza das produções, independentemente da corrente filosófica adotada, do aprofundamento ou não da questão da PA no trabalho, do uso do método adotado, ou do instrumento de pesquisa escolhido, o fato é que todos os trabalhos, sem exceção, podem ajudar de alguma forma os líderes governamentais na tarefa de escutar a população para a tomada de decisões em uma gestão ambiental.

A política brasileira não está habituada a executar a gestão democrática, as decisões são tomadas sem a consulta prévia à população. São inúmeros estudos que alertam sobre a importância do diálogo governo/ população para a construção de uma sociedade mais sustentável e com melhor qualidade de vida.

Ter acesso a estes 188 trabalhos me fez conhecer, além das culturas de comunidades que até então me eram ignoradas, os anseios de pessoas com as mais variadas histórias de vida. Um trabalho marcante foi o de Tatiana Gomes Ferreira (2011), que investigou a percepção socioambiental de uma comunidade do município de Mariana, MG, acerca da atividade mineradora na região.

No trabalho citado, a autora frisa a importância na escuta das comunidades para a gestão ambiental, salienta o desconhecimento dos moradores do seu papel na gestão ambiental participativa da região, e descreve que os moradores estavam preocupados com o risco de saúde que corriam ao depender da água contaminada pela mineração. Neste trabalho, a autora analisou a qualidade da água daquela região, concluindo que existiam níveis de enxofre acima dos permitidos por lei.

Ao final do seu trabalho, ela recomenda que maiores estudos sejam feitos em relação à escuta da população. Ela também apresentou um quadro com os maiores acidentes antropogênicos das últimas décadas, e muito provavelmente não imaginaria que quatro anos depois o seu local de estudo estaria compondo esta lista. Vale lembrar que o rompimento da barragem de uma grande mineradora ocorreu em novembro de 2015 em Mariana, MG, sendo considerado o maior desastre socioambiental da história brasileira.

Se o governo e a empresa mineradora dessem a devida atenção a trabalhos como este, muito provavelmente este desastre poderia ter sido evitado. Penso não haver exemplo melhor quanto este para defender a importância das pesquisas em Percepção Ambiental.

Vimos que a maioria dos trabalhos em PA se resume a levantamentos de concepções, e muitas vezes faltam conceituações definidas sobre o que de fato é PA. Ainda assim, a publicação de tais trabalhos continua sendo de extrema importância. É mais importante que centenas de trabalhos com definições confusas sobre PA sejam publicados do que não falarmos sobre o tema. Com o avanço e a difusão de conceitos apreendidos das Ciências Humanas, cremos que daqui a poucos anos será mais comum encontrarmos trabalhos de PA com viés fenomenológico, por exemplo, do que encontramos hoje.

O que muito foi lido nos trabalhos é que a população não conhece o direito que possui de atuar na gestão ambiental da sua localidade. Tais trabalhos precisam ser produzidos, melhor divulgados, até que cheguem a socializar na sociedade. A principal emissora de TV aberta do país já dedicou alguns programas à importância da relação do homem com a natureza, por exemplo, apresentando até mesmo PPG brasileiros que estudam a relação homem-ambiente. O objetivo da ciência é exatamente este, de atuar como ferramenta que facilite a sociedade a refletir e assim repensar suas ações, para que novas soluções sejam criadas para os novos problemas que surgem.

5.1. RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Na pesquisa realizada no Diretório dos grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes/CNPq, encontramos 28 PPG de Ciências Sociais Aplicadas que estudam PA. Juntamente com a grande Área de Ciências Biológicas, que também possuem 28 PPG nesta temática, compõem o maior número de PPG por área do país. Recomendamos o estudo aprofundado da produção desta Grande Área, que assim como a área de Geografia, vem se destacando no estudo da Percepção Ambiental. Vale lembrar que os autores do livro “Percepção ambiental: a experiência brasileira”, obra de referência no estudo da PA, são Livia de Oliveira, geógrafa, e Vicente del Rio, cuja formação é em Arquitetura, área pertencente às Ciências Sociais Aplicadas.

Como o foco da nossa pesquisa se baseou na produção dos PPG em PA de Ciências Biológicas e Humanas, mais especificamente nas áreas de Ciências Biológicas e Psicologia, também é válido um desdobramento da pesquisa na área de Ciências Ambientais, que correspondeu à maioria das produções em PA de 2008 a 2015, com 57 trabalhos.

Em toda a produção analisada, foram muito raros os trabalhos que discorriam sobre a importância da postura fenomenológica em PA e em seguida exemplificavam este argumento com uma pesquisa de campo com o enfoque fenomenológico. O que notamos foram trabalhos que ora defendiam o trato fenomenológico na discussão teórica, porém na prática da pesquisa seguiam o modelo estruturalista; ora seguiam a corrente fenomenológica na pesquisa de campo, mas em nenhum momento mencionavam esta postura na discussão teórica.

Muitos estudos em percepção ambiental têm sido publicados no país, mas poucos são aqueles que fazem uma discussão epistemológica sobre o tema (PACHECO, 2009). Assim, precisamos que mais trabalhos se dediquem a esta discussão.

Em diversos trabalhos, também não vimos um empenho em se conceituar percepção ambiental, e muitos resumiam este conceito em uma frase ou parágrafo e já seguiam diretamente para a descrição da pesquisa de campo, que se resumia a levantamento de opiniões. Os pesquisadores que estiverem discutindo PA precisam ao menos se esforçar para compreender os pressupostos teóricos em percepção ambiental, antes de partirem para campo.

Também há uma profunda carência de pesquisas de campo direcionadas pelo viés fenomenológico. Seria interessante haver pesquisas de campo sobre PA sob o ponto de vista da Semiótica, por exemplo.

Conforme discutido, reforçamos a urgência das Ciências Biológicas em se beneficiar da contribuição da Psicologia no estudo da PA, e encorajamos que mais psicólogos se dediquem ao estudo da Percepção Ambiental. De fato, é preciso o esforço das duas áreas para que aumente o diálogo entre ambas no estudo das questões ambientais.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Caderno de Pesquisas*, São Paulo, n.77, p.53-61, Maio 1991. Disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/797.pdf> . Acesso em 28 mar. 2015.

AZEVEDO, G. C. Uso de jornais e revistas na perspectiva da representação social de meio ambiente em sala de aula. In: REIGOTA, M. (Org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, p. 59-71, 2008.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, T. M. O.; GONÇALVES, A. A. C. Concepções de meio ambiente e educação ambiental por professores da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão-PE. *Biotemas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 115-125, 2007. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/20679/18834>. Acesso em 29 mar. 2015.

BORGES, J. L.; RIBEIRO, U.E.; PINTO, B.C. Uma proposta de educação em espaço não formal: uma experiência em bacias hidrográficas. *Revista de Ensino de Ciências Biológicas da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Biológicas (SBEEnBio)*, Niterói, RJ, v.7, p.1-11, 2014. Disponível em <http://www.sbenbio.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2014/11/R0768-1.pdf>. Acesso em 27 abr. 2015.

BRASIL. *Lei de Acesso à Informação*. Brasília, DF: Senado, 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em 10 jun. 2016.

BRUNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

_____. *Realidade mental, mundos possíveis*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CAPRA, F. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 14 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

CAREGNATO, R. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto – Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, Dez. 2006. Disponível em scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 19 fev. 2015.

CARVALHO, I.C. M. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 9, n. 9, p. 283-302, Jul. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0104-1832003000100012>. Acesso em 17 mar. 2015.

CARVALHO, M.M. *Questões socioambientais e o viver na cidade de Viçosa - MG: uma análise a partir da percepção de seus moradores*. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

CHAUÍ, M. A Universidade hoje. *Princípios*, São Paulo, n. 58, p. 67-70, Ago./Out. 2000. Disponível em http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=160&id_indice=1109. Acesso em 15 abr. 2015.

CORRALIZA, J. A. La Psicología Ambiental y los problemas medioambientales. Papeles del psicólogo. *Revista del Colegio Oficial de Psicólogos*, Espanha, v.67, p.26-30, 1997. Disponível em <http://www.papelesdelpsicologo.es/vernumero.asp?id=748> . Acesso em 26 mar. 2015.

COSTA, R. G. *Valores, atitudes e simbolismos: estudo da percepção dos frequentadores do parque Mariano Procópio, Juiz De Fora, MG*. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2011.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

DEMO, P. *Pesquisa e informação qualitativa*. Campinas: Papirus, 2001.

DIEGUES. A. C. S. Desenvolvimento Sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In *São Paulo em Perspectiva*. 6 (1-2), 22-29, jan/jun, 1992. Disponível em http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf. Acesso em 05 jun. 2015.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/141603/mod_folder/content/0/Antonio%20Carlos%20Diegues%20-%20O%20mito%20moderno%20da%20natureza%20intocada.pdf?forcedownload=1. Acesso em 23 mar. 2015.

DINIZ, D. S. *A questão corpo-mente e o ensino médico no Brasil*. 2001. 234 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Jandaia do Sul, Jandaia do Sul, 2001.

DURKHEIM, É. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

FAGGIONATO, S. Percepção Ambiental. *Material de Apoio – Textos*, 2009. Disponível em: < http://educar.sc.usp.br/Ciências_Biológicas/textos/m_a_txt4.html. Acesso em 20 fev. 2015.

FERNANDES, R.; SOUZA, V. et al. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. *Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, v.2, p.1-15, 2004. Disponível em www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/.../Texto_RFernandes.pdf. Acesso em 16 mar. 2015.

FERNANDEZ, F. Aprendendo a lição de Chaco Canyon: do “Desenvolvimento Sustentável” a uma Vida Sustentável. *Reflexão*. São Paulo, ano 6, n.15, Ago. 2005. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/reflexao-no15-aprendendo-a-licao-de-chaco-canyon-do-desenvolvimento-sustentavel-a-uma-vida-saudavel/#.V4Exk krLIU>. Acesso em 15 Mar. de 2016.

FERREIRA, N. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n.79, p. 257-272, Ago. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002000300013&script=sci_arttext. Acesso em maio de 2015.

FERREIRA, T. G. *Percepção socioambiental e gestão participativa dos recursos hídricos: perfil da comunidade de Santa Rita Durão por meio do diagnóstico rápido participativo*. 131 f. Dissertação (Mestrado), Curso de Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto, Núcleo de Pesquisas e Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Ouro Preto, 2011. Disponível em http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/2291/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Percep%C3%A7%C3%A3oS%C3%B3cioAmbiental.pdf. Acesso em 16 jan. 2016.

FIGUEIREDO, L. C. M. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1991.

FIGUEIREDO, L.V. *Percepção ambiental em uma Unidade de conservação de proteção integral*. 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros. 2011.

FRASSON, V.R. *Análise da percepção ambiental de atores sociais do município de Balneário Camboriú-SC*. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

GOMES, M. M. P. L. *Conhecimentos ecológicos em livros didáticos de Ciências: aspectos sócio-históricos de sua constituição*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação. UFF. 2008. Disponível em http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/maria_margarida_gomes.pdf. Acesso em 17 jun. 2016.

GOTO, T. A. *O fenômeno religioso: a fenomenologia em Paulo Tillich*. São Paulo: Paulus, 2004. Disponível em <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2015/04/com43.htm>. Acesso em 16 fev. 2015.

GRZYBOWSKI, C. Mudar mentalidades e práticas: um imperativo. *Revista Democracia Viva*. Rio de Janeiro, n. 43, p. 58-62, 2009. Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/cidadania/0125.html>. Acesso em 10 abr. 2015.

GUIMARÃES, M. *A dimensão ambiental da educação*. 7 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n.2, p.201-210, Mai./Ago. 2006. Disponível em www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2. Acesso em 15 abr. 2015.

_____ ; ELALI, G.A. ; J.Q. PINHEIRO. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. *Séries: Textos de Psicologia Ambiental*, Brasília, n.23, 2004. Disponível em <http://www.psi-ambiental.net/XTextos/20MultiMetodo.pdf> Acesso em abril de 2015.

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Como estruturar o sistema municipal de meio ambiente: cadernos de formação. Volume 2*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/arquivos/volume2.pdf. Acesso em 25 abr. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio*, 2015. Disponível em ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/. Acesso em 21 jun. 2016.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. *Água: um recurso cada vez mais ameaçado*. Disponível em: idec.org.br/biblioteca/mcs_agua.pdf. Acesso em 25 fev. 2016.

LAYRARGUES, P. P.; LOUREIRO, C. F. Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 53-71, Jan./Abr. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100004. Acesso em 26 abr. 2015.

LIMA SILVA, E. *Avaliação da percepção ambiental de estudantes do ensino médio em Seropédica – J*. 2014. 90p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014. Disponível em <http://r1.ufrj.br/wp/ppgpsi/wp-content/uploads/Vers%C3%A3o%20definitiva%20da%20disserta%C3%A7%C3%A3o%2020EdneusaAVALIA%C3%87%C3%83O%20DA%20PERCEP%C3%87%C3%83O%20AMBIENTAL%20DE%20ESTUDANTES%20DO%20ENSINO.pdf>. Acesso em 20 abr. 2015.

LIMA, T.; MIOTO, R. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v.10, p.37-45, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004&script=sci_arttext. Acesso em abril de 2015.

LOUREIRO, C. F. B. (Org.) *Cidadania e meio ambiente*. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003.

MACHADO, L. M. A percepção do meio ambiente como suporte para a educação ambiental. In: POMPEO, M. L. *Perspectivas da limnologia no Brasil*. São Luís: Gráfica e Editora União, p.1-13, 1999.

MALUF, U. M. M. *Epistemologias não ordinárias: paradigmas alternativos nas Ciências Humanas e Sociais*. Rio de Janeiro: Booklink, 2003.

MARANS, R. W.; SPRECKELMEYER, K.F. *Evaluating built environments*. Ann Arbor: Michigan Press, 1987. Disponível em

<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015071886019;view=1up;seq=37>. Acesso em 15 mar. 2015.

MARGULIS, L. *O planeta simbiótico: Uma nova perspectiva da evolução*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

MARIN, M.; OLIVEIRA, H. T.; COMAR, V. A Educação ambiental num contexto de complexidade do campo teórico da percepção. *Interciência*, Caracas, v. 28, n. 10, p. 616-619, 2003. Disponível em http://www.interciencia.org/v28_10/marin.pdf. Acesso em 20 mar. 2015.

MARQUES, V. *Ruptura Epistemológica e Psicologia: a importância do olhar fluido*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. UFRJ. 2005. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/315805535_Ruptura_epistemologica_e_psicologia_a_importancia_do_olhar_fluido> Acesso em 11 mar. 2015.

MILGRAM, S. Interdisciplinary thinking and the small world problem. In: SHERIF, M.; SHERIF, C.W. (orgs.) *Interdisciplinary relationships in the social sciences*. Chicago: Aldine, p. 103-120, 2009[1969].

MINAYO, M.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 239-262, Jul./Set., 1993. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1993000300002&script=sci_arttext Acesso em 10 abr. 2015.

_____. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

MORIN, E.; KERN, A. A carta de identidade terrena. In: *Revista Margem, dossiê: a condição planetária*, n. 3, São Paulo, Dez., 1994.

MOSER, G. A Psicologia Ambiental: competência e contornos de uma disciplina. Comentários a partir das contribuições. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 16, p. 279-294. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642005000100030&script=sci_arttext . Acesso em 10 abr. 2015.

NAKE, F.; GRABOWSKI, S. Human-computer interaction viewed as pseudo-communication. *Knowledge-Based Systems*, Bremen, v.14, n.8, p. 441-447, Dez. 2001. Disponível em <http://susangrabowski.de/material/KNOSYSPaper.pdf>. Acesso em 25 abr. 2015.

OKAMOTO, J. *Percepção ambiental e comportamento: Visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

OLIVEIRA, J. E. *Percepção e ações educativas em ambientes escolares: enfoques aos documentos legais determinantes em área de proteção ambiental*. 2013. 83 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2013.

OLIVEIRA, L. A percepção da qualidade ambiental. In: *A ação do homem e a qualidade ambiental*. Rio Claro: Associação dos Geógrafos/Câmara Municipal, p.1-8, 1983. Disponível em http://bib.pucminas.br/arquivos/270000/274800/25_274892.htm. Acesso em 12 mar. 2015.

PACHECO, E. *Percepção ambiental como desvelamento do ethos embrionário*. 2009. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PACHECO, E. *Percepção Ambiental como desvelamento do Ethos Embrionário*. 2009. 279 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://objdig.ufrj.br/30/teses/594271.pdf> . Acesso em 13 mar. 2015.

PATTON, M.Q. *Qualitative Research & Evaluation Methods*. 3 ed. California: Sage Publications, 2002. Disponível em <http://people.ucsc.edu/~ktellez/Patton2003.pdf> . Acesso em 23 fev. 2015.

PEDRINI, A. G.; BRITO, M. I. M. S. Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável ou sociedade sustentável? Uma breve reflexão para a América Latina. *Revista Educação Ambiental em Ação*, Novo Hamburgo, n. 17, ano V, Jun./Ago. 2006. Disponível em <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=413>. Acesso em 04 mai. 2015.

PEDRINI, A; COSTA, E. et al. Percepção ambiental de crianças e pré-adolescentes em vulnerabilidade social para projetos de educação ambiental. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 16, n. 1, p. 163-179, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132010000100010. Acesso em 24 abr. 2015.

PEREIRA JR.; GUERRINI. Unidade e multiplicidade do tempo: uma abordagem transdisciplinar. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, UNESP, v.8, n.15, p. 247-256, 2004. Disponível em <http://issuu.com/revista.interface/docs/15> . Acesso em 02 jun.2015.

PICH, R.H. Thomas Reid sobre concepção, percepção e relação mente-mundo exterior. *Veritas*, Porto Alegre, v.55, n.2, p. 144-175, 2010. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/viewArticle/10238>. Acesso em 10 jun. 2015.

PINHEIRO, J.Q. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.2, n.2, p.377-398, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n2/a11v02n2.pdf> . Acesso em 13 jan. 2015.

_____; GÜNTHER, H. (Org.) *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1974. Disponível em <http://www.fisica.net/epistemologia/Karl-Popper-A-Logica-da-Pesquisa-Cientifica.pdf>. Acesso em 2 mar. 2015.

QUEIROZ, L. Pesquisa quantitativa e qualitativa: perspectivas para o campo da etnomusicologia. *Claves*, João Pessoa, n.2, p.87-98, Nov. 2006. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/claves/article/view/2719/2324> . Acesso em 16 abr. 2015.

REIGOTA, M. A Educação Ambiental frente aos desafios apresentados pelos discursos contemporâneos sobre a natureza. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.36, n.2, p. 539-553, Mai./Ago. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000200008. Acesso em 18 abr. 2015.

_____. *Meio ambiente e representação social*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RIBEIRO FILHO, M. J. *Paisagem e impactos socioambientais do lago do Aleixo: Um estudo sobre a percepção dos moradores do entorno*. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2012.

RIBEIRO, W.C. *Meio ambiente e Educação Ambiental: as percepções dos docentes do Curso de Geografia da PUC Minas - Unidade Coração Eucarístico*. 2009. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

RICHARDSON, R. J; PERES, J.A.S.; WANDERLEY, J.C.V.; CORREIA, L.M.; PERES, M.H.M. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. Disponível em <http://docslide.com.br/documents/01-richardson-pesquisa-social-mctodos-e-tccnicaspdfpdfcompressor-643562.html>. Acesso em 22 mar. 2015.

RICOEUR, P. *Na escola da fenomenologia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

ROCHA, C. *Disciplina: Laboratório de Experimentação Digital I*. Programa de Pós Graduação Em Artes Visuais, EBA, UFRJ. *Anotações de aula* feitas por Soraya C. Vital Alves. 2015.

RODRIGUES, A. S.; MALAFAIA, G. O meio ambiente na concepção de discentes no município de Ouro Preto-MG. *Revista de Estudos Ambientais*, Blumenau, v.11, n.2, p.44-58, Jul./Dez. 2009. Disponível em <http://gorila.furb.br/ojs/index.php/rea/article/viewFile/1514/1199~>. Acesso em 20 mai. 2015.

RODRIGUES, M.; MALHEIROS, T. et al. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e formulação de políticas públicas ambientais. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v.21, n.3, p.96-110, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21s3/09.pdf> . Acesso em 19 abr. 2015.

SALVADOR, A. D. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTAELLA, L. *A percepção: uma teoria semiótica*. São Paulo: Experimento, 1993.

_____. *Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTOS FILHO, J. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. In: SANTOS FILHO, J.; GAMBOA, S. *Pesquisa educacional: quantidade/qualidade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, p.13-59, 2001.

SAUNDERS, C.D. The emerging field of conservation psychology. *Human Ecology Forum*, Brookfield, v.10, n.2, p.137- 149, 2003. Disponível em <http://www.humanecologyreview.org/pastissues/her102/102saunders.pdf> . Acesso em 15 mai. 2015.

SAUVÉ, L. Educação ambiental: possibilidades e limitações. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, Mai./Ago. 2005.

SCHMITT, J. *Estudo da Percepção Ambiental na Represa do Lobo*: subsídios à Educação e ao Planejamento Ambiental. São Paulo: UFSCAR, (Banco de Teses), 2005. Disponível em <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp012427.pdf>. Acesso em 20 jan. 2015.

SIEBENHUENER, B. From homo economicus to homo sustinens: towards a new conception of man for ecological economics. *Fifth Biennial Meeting of the International Society for Ecological Economics*. Santiago, 1998.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 187-192, 2000. Disponível em scielo.br/pdf/csc/v5n1/7089.pdf. Acesso em 18 jul. 2015.

SOARES, M. *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. Brasília: INEP/MEC, 1989.

STIGAR, R. *O pensamento reducionista*. Disponível em <http://webartigos.com/artigos/o-pensamento-reducionista/5774>. Acesso em 15 jul. 2016.

TOWATA, N. *Análise da atividade de extensão “Mergulho Fora d’Água”*: implicações nas concepções de estudantes do Ensino Fundamental sobre o ambiente marinho. 2013. 89p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41132/tde-31032014-093554/en.php>. Acesso em 22 abr. 2015.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

TURATO, E. R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

URSI, S.; TOWATA, N. Relation between marine environment and quotidian: what are the spontaneous concepts of students? In: *Conference Proceedings – 10th Annual Hawaii International Conference on Education*, Honolulu, p. 1758-1764. 2012. Disponível em <http://botanicaonline.com.br/geral/arquivos/Ursi%20Towata%202012%20HICE.pdf>. Acesso em 22 abr. 2015.

URSI, S.; TOWATA, N; KATON, G.F.; BERCHEZ, F.S. Influência de exposição interativa sobre ambiente marinho e sua biodiversidade nas concepções de meio ambiente de estudantes do ensino fundamental. In: *IX Congresso Internacional sobre investigación en didáctica de las ciencias*, Girona, p. 3575- 3580. 2013. Disponível em http://botanicaonline.com.br/geral/arquivos/art_encien844.pdf. Acesso em 22 abr. 2015.

UZZEL, D; ROMICE, O. *Analysing Environmental Experiences*, 2003. Disponível em https://www.academia.edu/5669194/Analysing_Environmental_Experiences. Acesso em 4 mar. 2015.

VASCO, A. *O estado da arte das pesquisas sobre percepção ambiental no Brasil*. 84 f. Monografia (Graduação), Curso de Ciências Biológicas, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Instituto de Ciências Biológicas, Erechim, 2009.

APÊNDICE

Resumo do Banco de Dados levantado

Grande Área, Curso e Observações sobre Dissertações e Teses em Percepção Ambiental nas Grandes Áreas do conhecimento, no período de 2008 a 2015.

Trabalho	Grande Área	Curso	Observações
1	Ciências Ambientais	Gestão Ambiental	Uso de análise de conteúdo Uso de estatística descritiva
2	Ciências Humanas	Geografia	Uso de análise do discurso
3	Ciências Ambientais	Ecologia Aplicada	Percepção encarada como sinônimo de concepção, dividida em categorias, apesar de referências de autores fenomenológicos
4	Ciências Ambientais	Educação	Linha de pesquisa: Análise socioambiental do Pantanal, Amazônia e Cerrado Metodologia pouco clara
5	Ciências Sociais Aplicadas	Gestão ambiental	
6	Ciências Humanas	Saneamento Ambiental	Conceituação de percepção ambiental resumida em um parágrafo
7	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	
8	Ciências Humanas	Multidisciplinar	Uso de análise de conteúdo
9	Ciências Humanas	Educação	
10	Ciências Ambientais	Turismo	Uso de análise do discurso
11	Ciências Agrárias	Agronomia	Destaque para o fato que as entrevistas foram analisadas além das informações verbais dadas pelos sujeitos, considerando as observações relacionadas a dados complexos, como exemplo seus sentimentos.
12	Ciências Ambientais	Educação	
13	Ciências Ambientais	Educação	
14	Ciências Ambientais	Conservação de Recursos Naturais	Percepção encarada como sinônimo de concepção

15	Ciências Ambientais	Conservação	Acesso somente ao resumo
16	Ciências Ambientais	Educação	Percepção encarada como sinônimo de concepção
17	Ciências Humanas	Geografia Física	Tese de doutorado
18	Ciências Biológicas	Ecologia	Uso de análise de conteúdo
19	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Conceituação muito breve sobre PA
20	Ciências Exatas	Engenharia Civil	
21	Ciências Biológicas	Biodiversidade	
22	Ciências Humanas	Planejamento urbano e regional	Ausência da conceituação de PA
23	Ciências Agrárias	Climatologia	Apesar de não afirmar o caráter fenomenológico, ele está presente. (ex.: cuidado ao interpretar as “entrelinhas”, pontuar que a relação das percepções ambientais não foram fruto de resposta direta
24	Ciências Sociais Aplicadas	Políticas Públicas	Breve comentário sobre percepção ambiental, com foco na ação individual para a resolução dos problemas ambientais
25	Ciências Biológicas	Educação	Acesso somente a artigo com o mesmo título Breve citação no artigo à percepção ambiental, sem defini-la
26	Ciências Ambientais	Ecologia e Conservação	Uso de análise de conteúdo
27	Ciências Humanas	Planejamento urbano e regional	
28	Ciências Ambientais	Ecologia e Conservação	Uso de análise de conteúdo
29	Ciências Humanas	Análise Ambiental	Apesar de não enfatizar, a corrente filosófica que norteia o trabalho é a fenomenológica
30	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Mestrado profissional
31	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Mestrado profissional
32	Ciências Biológicas	Conservação	Sem definição sobre PA “Estas populações são capazes de desenvolver muitas vezes a percepção ambiental, ou seja, elas conhecem os problemas que envolvem os ecossistemas e, por consequência, aprendem a proteger e cuidar dos mesmos”.
33	Ciências Biológicas	Conservação	Definição breve sobre percepção e PA
34	Ciências Humanas	Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social	Uso de análise de conteúdo.
35	Ciências Humanas	Planejamento e gestão ambiental	Definição breve sobre percepção e PA

36	Ciências Humanas	Psicologia Ambiental	Ênfase na abordagem multimétodos Apesar de não utilizar o nome “mapa mental”, esta técnica está presente no trabalho
37	Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura e Urbanismo	Ênfase na abordagem multimétodos Uso de análise de conteúdo Entende análise de conteúdo como sinônimo da de discurso
38	Ciências Biológicas	Zoologia	
39	Ciências Biológicas	Educação	Uso de análise de conteúdo
40	Ciências Biológicas	Educação	
41	Ciências Biológicas	Educação	Uso de análise de conteúdo
42	Ciências Biológicas	Educação	
43	Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura e Urbanismo	Ausência de definição de percepção ambiental
44	Ciências Humanas	Psicologia Ambiental	
45	Ciências Biológicas	Geoquímica	Definição breve sobre percepção e PA
46	Ciências Biológicas	Biociências	Definição breve sobre percepção e PA Uso de análise de conteúdo
47	Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura e Urbanismo	Ênfase na abordagem multimétodos
48	Ciências Biológicas	Biociências	Uso de análise de conteúdo
49	Ciências Exatas	Engenharia de Produção	Ausência de definição de percepção ambiental
50	Ciências Biológicas	Biociências	
51	Ciências Biológicas	Biociências	
52	Ciências Biológicas	Biociências	
53	Ciências Humanas	Psicologia Ambiental	Uso de análise de conteúdo
54	Ciências Biológicas	Epidemiologia	Ausência de definição de percepção ambiental
55	Ciências Humanas	Psicologia Cognitiva	Uso de análise de conteúdo Boa fundamentação teórica sobre PA, ressaltando que é um dos estudos da Psicologia Ambiental
56	Ciências Biológicas	Ecologia	Ausência de definição de percepção ambiental
57	Ciências Ambientais	Conservação e Desenvolvimento	

		Socioambiental	
58	Ciências Biológicas	Oceanografia	
59	Ciências Ambientais	Ecologia Aplicada	Uso de análise de conteúdo, embora não utilize este termo
60	Ciências Biológicas	Saúde Pública	
61	Ciências Ambientais	Conservação de ecossistemas florestais	
62	Ciências Humanas	Território e Cultura na Amazônia	Reflexão sobre o turismo além do viés economicista desta atividade
63	Ciências Humanas	Geografia Física	
64	Ciências Sociais Aplicadas	Planejamento Urbano e Regional	Ausência de definição sobre PA
65	Ciências Ambientais	Geociências	Uso de análise de conteúdo
66	Ciências Humanas	Geografia e Gestão do Território	Crítica à análise de conteúdo
67	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	
68	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Corrente filosófica estruturalista, apesar de afirmar ser fenomenológica
69	Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura, Tecnologia e Cidade	
70	Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura	Abordagem fenomenológica, embora não cite
71	Ciências Humanas	Bens culturais, Tecnologia e Território	Teoria fenomenológica bastante explorada
72	Ciências Humanas	Geografia	
73	Ciências Humanas	Produção e Transformação do espaço urbano e regional	Uso de análise multifatorial
74	Ciências Humanas	Amazônia, Território e ambiente	Descrição de histórias orais e análise de narrativas
75	Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura, Tecnologia e Cidade	Percepção compreendida como resultado do processamento dos estímulos recebidos, que causa uma resposta: perspectiva fisiológica

76	Ciências Sociais Aplicadas	Demografia	Análise de narrativas Uso da “Grounded Theory” Não conceitua PA, apenas percepção de risco Entende PA como forma de envolvimento das pessoas com seu entorno, assumindo atitudes ambientais
77	Ciências Ambientais	Gestão e Política Ambiental	Uso de análise de conteúdo
78	Ciências Humanas	Amazônia, Território e ambiente	Não cita a expressão PA
79	Ciências Humanas	Amazônia, Território e ambiente	
80	Ciências Ambientais	Gestão e Política Ambiental	Uso de análise de conteúdo Apesar de não citar, a corrente filosófica é fenomenológica: “Não basta simplesmente aplicar uma entrevista, transcrever e analisar o que foi dito, é preciso observar como foi dito” (p. 84).
81	Ciências Humanas	Território e Cultura na Amazônia	Utilização da técnica de história oral e análise de narrativa
82	Ciências Ambientais	Gestão e Política Ambiental	Uso de análise de conteúdo Cita também o conceito de biofilia
83	Ciências Humanas	Educação	Uso de análise do discurso Justifica o emprego de entrevista estruturada
84	Ciências Ambientais	Ecologia Aplicada	Utilização de categorias êmicas
85	Ciências Humanas	Teoria, Ensino e Aprendizagem da Arte	Utilização de mapas mentais, apesar de não citar esta expressão Ausência de definição de PA PA compreendida como algo a ser desenvolvido Crença na educação ambiental baseada na mudança de atitudes
86	Ciências Biológicas	Ecologia	Percepção encarada como concepção
87	Ciências Ambientais	Ciência Ambiental	Uso de grupo focal para coleta de dados. Uso de hipótese e posterior verificação
88	Ciências Biológicas	Ecologia	Ausência de definição sobre PA
89	Ciências Biológicas	Ecologia	Crítica ao desenvolvimento sustentável Menção breve ao conceito de PA PA encarada como opinião
90	Ciências Sociais Aplicadas	Paisagem e Ambiente	
91	Ciências Humanas	Organização do Espaço	Ausência sobredefinição de PA
92	Ciências Humanas	Organização do Espaço	Uso de indicadores de sensibilidade
93	Ciências Humanas	Geografia	
94	Ciências	Análise	Uso de indicadores para definir qualidade de vida PA

	Humanas	Ambiental	categorizada em negativa ou positiva
95	Ciências Humanas	Geografia	Breve definição de PA Percepção encarada como concepção
96	Ciências Exatas	Irrigação e Drenagem	Utilização de “grau de PA” Definição muito breve sobre PA
97	Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura e Urbanismo	
98	Ciências Biológicas	Ecologia	Uso de análise de conteúdo Medição de conhecimentos ecológicos
99	Ciências Humanas	Geografia	Uso de representações sociais Uso de categorias Enfoque estruturalista, apesar de se intitular fenomenológico
100	Ciências Biológicas	Biodiversidade	Ausência de definição sobre PA
101	Ciências Biológicas	Saúde Pública	Definição muito breve sobre PA. PA compreendida como “tomada de consciência”
102	Ciências Biológicas	Biodiversidade	
103	Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura	Destaque à Psicologia Ambiental
104	Ciências Humanas	Educação	
105	Ciências Exatas	Física Ambiental	Uso de mapas mentais, apesar de não se utilizar este termo Ausência de definição de PA
106	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Denominação de “Grupo Controle” e “Grupo Experimental”
107	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Econômicas	Uso de categorias
108	Ciências Exatas	Produção e Gestão do Ambiente Construído	Enfoque estruturalista, apesar de se intitular fenomenológico
109	Ciências Ambientais	Sustentabilidade em Agroecossistemas	Uso de categorias
110	Ciências Ambientais	Estratégias da Sociedade para Desenvolvimento Sustentável	Uso de abordagem multimétodos
111	Ciências Ambientais	Desenvolvimento Regional	Percepção encarada como concepção
112	Ciências Ambientais	Ciência Florestal	Uso de análise de conteúdo, abordagem multimétodos
113	Ciências Humanas	Organização do Espaço	Enfoque estruturalista, apesar de se intitular fenomenológico. Boa discussão sobre PA, porém na análise encara percepção como opinião

114	Ciências Ambientais	Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente	
115	Ciências Ambientais	Ecologia Aplicada	Uso de análise de conteúdo
116	Ciências Ambientais	Meio Ambiente e Sustentabilidade	
117	Ciências Exatas	Engenharia Civil e Ambiental	Definição de percepção resumida em um parágrafo
118	Ciências Ambientais	Meio Ambiente e Sustentabilidade	Crítica ao termo "sustentabilidade", ausência de conceituação de PA
119	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Enfoque fenomenológico, apesar de não se intitular como tal. Uso constante do termo "sustentabilidade"
120	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	
121	Ciências Ambientais	Educação Ambiental	Diálogo entre PA e educação ambiental
122	Ciências Ambientais	Ciência Florestal	Definição muito breve sobre PA. PA encarada como concepção. Uso do termo "sustentabilidade"
123	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Ausência de definição de PA.
124	Ciências Ambientais	Ciência Florestal	Uso de análise de conteúdo
125	Ciências Ambientais	Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente	Uso constante do termo "sustentabilidade" e "desenvolvimento sustentável"
126	Ciências Exatas	Produção e Gestão do Ambiente Construído	Uso de análise de conteúdo
127	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Ausência de conceituação de PA
128	Ciências Ambientais	Tecnologia Nuclear	Ausência de conceituação de PA. Uso de categorias. Tentativa de investigação de PA somente por apresentação de fotografias.
129	Ciências Ambientais	Ecologia e Manejo dos Recursos Florestais	Campus Patos, PB. Uso do termo "sustentabilidade". Uso de categorias.
130	Ciências Humanas	Gestão ambiental	Abordagem multimétodos. Uso de categorias. Uso de hipóteses.
131	Ciências Ambientais	Ecologia Aplicada	Ausência de definição de PA.
132	Ciências Humanas	Análise Ambiental	Uso de categorias. Definição de percepção da paisagem mas ausência de definição de PA, apesar de citá-la.
133	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Cita a importância da fenomenologia no estudo da Educação Ambiental, mas não a utiliza no estudo. Abordagem multimétodos. Uso constante do termo

			"desenvolvimento sustentável".
134	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Utilização de tipologias, segundo Sauvé (2005), com adapta�es. Men�o � importância da cultura e história de vida no estudo da PA.
135	Ciências Biológicas	Saúde Pública	Utiliza�o de categorias. Ausência de defini�o e do termo "PA". Percep�o encarada como concep�o.
136	Ciências Ambientais	Conserva�o de Recursos Naturais	Percep�o encarada como opinião, apesar de consistente embasamento teórico. Uso do termo "sustentabilidade".
137	Ciências Sociais Aplicadas	Turismo	Uso de categorias. Ausência de defini�o do termo "PA".
138	Ciências Humanas	Organiza�o do Espaço	Uso de mapas mentais, apesar de não utilizar este termo.
139	Ciências Ambientais	Ecologia e Produ�o Sustentável	Percep�o como tomada de consciência. Conceitua�o muito breve sobre PA.
140	Ciências Humanas	Economia Doméstica	Abordagem fenomenológica apesar de não fazer men�o � mesma. Conceitua�o consistente sobre PA. Emprego do conceito "sustentabilidade urbana". Uso de análise de conteúdo.
141	Ciências Biológicas	Ciências Marinhas Tropicais	C�culo de capacidade de carga. Breve teoriza�o sobre percep�o da paisagem.
142	Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura e Urbanismo	Acesso somente ao artigo anterior � finaliza�o da disserta�o. Abordagem multimétodos. Uso de hipótese.
143	Ciências Humanas	Geografia e Gestão do Território	Falta de clareza quanto � descri�o da metodologia.
144	Ciências Biológicas	Ecologia	Uso de categorias. Ausência de defini�o do termo "PA".
145	Ciências Sociais Aplicadas	Turismo	Ausência de defini�o do termo "PA". Percep�o encarada como opinião.
146	Ciências Exatas	Engenharia Florestal	Acesso somente ao artigo originário da disserta�o. Ausência da expressão "PA". Uso frequente do termo "desenvolvimento sustentável". Percep�o encarada como concep�o.
147	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Econ�micas	
148	Ciências Exatas	Engenharia Ambiental	Uso do indicador FIB (Felicidade Interna Bruta). Uso do termo "desenvolvimento sustentável"
149	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Ausência de defini�o e do termo "PA". Percep�o encarada como opinião.
150	Ciências Humanas	Licenciatura	Abordagem multimétodos. Defini�o muito breve de PA.
151	Ciências	Engenharia	Acesso somente ao artigo originário da disserta�o.

	Exatas	Florestal	Ausência de definição e do termo "PA". Percepção encarada como opinião.
152	Ciências Ambientais	Sociedade e Recursos Naturais	Mestrado profissional. Apesar de na dissertação constar o ano da defesa em março/2013, no banco da Capes consta outubro/2012. Ausência de definição e do termo "PA". Percepção encarada como opinião. Uso constante dos termos "sustentabilidade e "desenvolvimento sustentável".
153	Ciências Humanas	Análise Ambiental	Discussão contundente sobre PA.
154	Ciências Humanas	Análise Ambiental	Citação a Merleau-Ponty na teorização, porém abordagem estritamente estruturalista.
155	Ciências Humanas	Meio Ambiente, Paisagem e Qualidade Ambiental	
156	Ciências Humanas	Sociedade e Meio Ambiente	Uso de análise de conteúdo, apesar de empregar o termo "análise do discurso". Citação constante à perspectiva fenomenológica na teorização, porém abordagem estritamente estruturalista.
157	Ciências Humanas	Geografia e Gestão do Território	"O termo 'percepção ambiental' foi utilizado no sentido amplo de investigar a tomada de consciência da legislação ambiental pelos entrevistados" (Autor). Ausência de definição de PA.
158	Ciências Humanas	Geografia e Gestão do Território	Uso de indicadores. Definição sobre PA.
159	Ciências Humanas	Organização do Espaço	Uso do termo "desenvolvimento sustentável". Discussão contundente sobre percepção ambiental, de acordo com a Geografia Humanística.
160	Ciências Humanas	Licenciatura	Uso de análise de conteúdo. Abordagem multimétodos. Ausência de definição de PA. PA compreendida como algo a ser medido. Exemplo: "PA baixa".
161	Ciências Humanas	Licenciatura	Uso de análise textual discursiva. Uso todo termo "conscientização" . Citação às vertentes estruturalista e fenomenológica de Oliveira (1999) na teorização.
162	Ciências Sociais Aplicadas	Políticas Públicas	PA compreendida como algo a ser medido. Exemplo: "Aumenta a PA dos moradores."/ "PA é o modo como cada indivíduo sente o ambiente ao seu redor, valorizando-o em menor ou maior escala." Uso constante do termo "desenvolvimento sustentável".
163	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	PA utilizada como indicador. Abordagem multimétodos. Percepção compreendida como opinião. Uso do termo "desenvolvimento sustentável."
164	Ciências Biológicas	Biociências	Percepção compreendida como opinião. Breve definição sobre PA.
165	Ciências Biológicas	Biociências	PA compreendida como "tomada de consciência". Uso do termo "sustentabilidade".

166	Ciências Biológicas	Biociências	Uso do termo "sustentabilidade". Uso de análise de conteúdo. Percepção encarada como opinião.
167	Ciências Biológicas	Biociências	Abordagem multimétodos.
168	Ciências Humanas	Psicologia Ambiental	Uso de abordagem multimétodos. Apesar de não enfatizar, a corrente filosófica que norteia o trabalho é a fenomenológica (ex.: ao buscar múltiplos significados para a linguagem corporal.)
169	Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura e Urbanismo	Uso constante do termo "desenvolvimento sustentável". Uso de análise de conteúdo. Discussão contundente sobre PA.
170	Ciências Humanas	Geografia	Discussão contundente sobre PA. PA encarada como opinião.
171	Ciências Biológicas	Biociências	PA compreendida como "tomada de consciência."
172	Ciências Biológicas	Biociências	Uso de análise de conteúdo. Ausência de definição de PA. PA encarada como opinião.
173	Ciências Humanas	Geografia	Ausência de definição de PA. PA encarada como opinião.
174	Ciências Biológicas	Biociências	Uso de indicadores. PA compreendida como "tomada de consciência." Uso constante do termo "sustentabilidade". Uso de análise de conteúdo.
175	Ciências Ambientais	Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável	Percepção encarada como opinião, apesar de consistente embasamento teórico. Uso do termo "sustentabilidade".
176	Ciências Exatas	Engenharia Florestal	PA encarada como concepção.
177	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	PA encarada como concepção. Ausência de definição do termo "PA". PA encarada como concepção.
178	Ciências Biológicas	Biodiversidade	
179	Ciências Exatas	Engenharia Florestal	
180	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Ausência de definição de PA.
181	Ciências Exatas	Engenharia Ambiental	Percepção encarada como opinião.
182	Ciências Humanas	Geografia	Uso de categorias de resposta.
183	Ciências Humanas	Geografia	Percepção compreendida como concepção.
184	Ciências Ambientais	Multidisciplinar	Uso de análise de conteúdo. Ausência de definição de PA.
185	Ciências Humanas	Licenciatura	Uso de análise de conteúdo.
186	Ciências Biológicas	Ecologia	Educação ambiental crítica. Percepção encarada como opinião.
187	Ciências Biológicas	Ecologia	Menção à teoria do pensamento complexo. Educação ambiental crítica. Uso constante do termo

			"sustentabilidade". Percepção encarada como opinião.
188	Ciências Agrárias	Agroecologia	PA compreendida como "tomada de consciência". Uso de análise de conteúdo, apesar de não utilizar tal termo.